



IPARDES

fundação edison vieira INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO SERVIDOR PÚBLICO
ESTADUAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
VOLUME 1,**

**CONVÊNIO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO-IPE**

**CURITIBA
DEZEMBRO/1985**

I59c

IPARDES - Fundação Edison Vieira.

Caracterização sócio-econômica do servidor público estadual da Região Metropolitana de Curitiba, 1985.

2v.

Convênio Instituto de Previdência do Estado-IPE, IPARDES.

1.Servidor público-Condições econômicas - Região Metropolitana de Curitiba. 2.Servidor público-Condições sociais-Região Metropolitana de Curitiba. I.Título.

CDU 353.08:331.83(816.21)

IPARDES - Fundação Edison Vieira

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS - *Diretor-Presidente*

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM - *Secretário Geral*

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Coordenador Técnico*

EQUIPE TÉCNICA

Denise Maria Maia (*economista - coordenadora*), Glória Fabisiewicz (*administradora pública*), Luzia do Rocio Pires Ramos (*advogada*), Marley Vanice Deschamps Soares (*economista*), Maria Luiza Macedo Soares Marques Dias (*economista*), Simone Rebello Bergmann (*socióloga*)

ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Emílio Carlos Boschilia

ASSESSORIA EM PESQUISA E PLANEJAMENTO

Cleide Maria Perito de Bem, Iria Zanoni Gomes, Maria Tarciza Silva Bega

ASSESSORIA ESTATÍSTICA

Arion Cesar Foerster, Hudson Prestes dos Santos, Sérgio Aparecido Ignácio

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Luiz Cláudio Bara Piã de Andrade, Mauro Barbosa, Mercedes Hoffman (*tabulação*), Alceu Souza, Deborah Ribeiro Carvalho Guimarães (*análise e programação*)

Luiza de Fátima Pilati M. Lourenço (*normalização bibliográfica*)

Antônia Schwinden (*editoração*), Maria Cristina Ferreira (*revisão*), Vilma Regina Sieben (*datilografia*), Iara Regina Teixeira (*desenho*), Pedro Luiz Gryzbowski (*reprografia*)

SUMÁRIO

VOLUME 1

LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
APRESENTAÇÃO.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
1 METODOLOGIA.....	7
1.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA.....	7
1.2 PLANO DE AMOSTRAGEM.....	9
1.3 CONCEITOS E INDICADORES.....	10
1.4 PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	16
1.4.1 Crítica dos Questionários.....	20
1.4.1.1 Quadro I - Características do servidor.....	20
1.4.1.2 Quadro II - Características do domicílio.....	22
1.4.1.3 Quadro III - Características das pessoas no domicílio.....	23
1.4.1.4 Quadro IV - Expectativa quanto à habitação.....	24
1.4.1.5 Quadro V - Módulo específico do estatu- tário.....	25
1.4.1.6 Quadro VI - Módulo específico do celetista.....	25
2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	26
2.1 CARACTERÍSTICAS DO SERVIDOR.....	27
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS NO DOMICÍLIO.....	33
2.2.1 Características Gerais.....	35
2.2.2 Características Quanto à Renda e Emprego.....	51

2.3	CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS.....	64
2.3.1	Avaliação da Adequação das Condições Residenciais.....	77
2.3.2	Gastos Familiares e Comprometimento de Renda.....	83
2.4	EXPECTATIVA QUANTO À HABITAÇÃO.....	86
2.5	AVALIAÇÃO E EXPECTATIVAS QUANTO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO IPE.....	95
2.5.1	Críticas e Sugestões aos Serviços Prestados pelo IPE.....	107
3	CONCLUSÕES.....	113
	ANEXO 1 - CÁLCULO DA AMOSTRA.....	122
	ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO/FORMULÁRIO.....	130
	ANEXO 3 - RELAÇÃO SIMPLIFICADA DE CARGOS DO SIP/SEAD.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
	VOLUME 2 - ANEXO ESTATÍSTICO	

LISTA DE TABELAS

1	Servidores estatutários e celetistas da administração direta do poder executivo estadual, segundo faixas de salários, na RMC - ABR/1985.....	5
2	Número de domicílios dos servidores da administração direta do poder executivo estadual, segundo adequação das instalações de água e esgoto, na RMC - ABR/1985.....	77
3	Número de domicílios dos servidores da administração direta do poder executivo estadual, segundo adequação das instalações sanitárias e uso do equipamento sanitário, na RMC - ABR/1985.....	81
4	Domicílios dos servidores da administração direta do poder executivo estadual, segundo faixa de renda mensal familiar, na RMC - ABR/1985.....	83
5	Distribuição dos bairros de preferência para habitação dos servidores da administração direta do poder executivo estadual, segundo zonas da cidade de Curitiba e outros municípios, na RMC - ABR/1985.....	91
6	Distribuição dos servidores interessados no programa habitacional, por faixa de renda mensal comprovada do servidor, segundo zona de preferência de Curitiba e outros municípios, na RMC - ABR/1985.....	94
7	Distribuição dos servidores interessados no programa habitacional, por faixa de renda mensal familiar comprovada, segundo zona de preferência e outros municípios, na RMC - ABR/1985.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

1	Distribuição de cargos para servidores estatutários e celetistas, segundo a média de salário/hora e o tempo médio de serviço, na RMC - 1985.....	32
2	Tempo médio de serviço, para servidores estatutários e celetistas, segundo classes de salários, na RMC - 1985.....	34
3	Distribuição das pessoas presentes no domicílio do servidor público estadual, por sexo e condição na família, na RMC - 1985.....	37
4	Distribuição do servidor público celetista e estatutário, por sexo e condição na família, na RMC - 1985.....	38
5	Distribuição do servidor público estadual segundo estado civil, na RMC - 1985.....	40
6	Distribuição das pessoas presentes, no domicílio do servidor público estadual, segundo o nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	44
7	Distribuição das pessoas presentes no domicílio do servidor público estadual celetista, segundo o nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	45
8	Distribuição das pessoas presentes no domicílio do servidor público estadual estatutário, segundo o nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	46
9	Distribuição do servidor público estadual, segundo o nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	47
10	Distribuição do servidor público estadual celetista, segundo nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	48
11	Distribuição do servidor público estadual estatutário, segundo nível de escolaridade, na RMC - 1985.....	49

12	Situação de emprego das pessoas em idade ativa presentes no domicílio do servidor público estadual, celetista e estatutário, segundo condição na família, na RMC - 1985.....	53
13	Participação percentual do salário do servidor público estadual no total do seu rendimento, na RMC - 1985.....	57
14	Participação percentual do salário do servidor público estadual celetista no total do seu rendimento, na RMC - 1985.....	58
15	Participação percentual do salário do servidor público estadual estatutário no total do seu rendimento, na RMC - 1985.....	59
16	Participação percentual do salário do servidor público estadual no total da renda familiar mensal, na RMC - 1985.....	61
17	Participação percentual do salário do servidor público estadual celetista no total da renda familiar mensal, na RMC - 1985.....	62
18	Participação percentual do servidor público estadual estatutário no total da renda familiar mensal, na RMC - 1985.....	63
19	Distribuição percentual do servidor público estadual celetista e estatutário, por faixa etária, na RMC - 1985.....	65
20	Infra-estrutura e serviços públicos, por domicílio dos servidores públicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	73
21	Infra-estrutura e serviços públicos, por domicílio dos servidores públicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	75
22	Bens móveis e essenciais nos domicílios dos servidores públicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	76
23	Bens móveis de uso difundido, nos domicílios dos servidores públicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	78
24	Bens móveis de uso restrito, nos domicílios dos servidores públicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	

	sal, na RMC - 1985.....	79
25	Bens m3veis de uso restrito, nos domic3lios dos servidores p3blicos, segundo faixa de renda mensal, na RMC - 1985.....	80
26	Incid3ncia de utiliza33o dos servi3os ofertados pelo IPE, por fam3lia do servidor p3blico estatut3rio, na RMC - 1985.....	97
27	Utiliza33o dos servi3os ofertados pelo IPE, por fam3lia de servidor p3blico estatut3rio, segundo renda familiar mensal, na RMC - 1985.....	99
28	Demanda por servi3os de sa3de n3o-vinculados ao IPE, pelo servidor p3blico celetista, segundo local de demanda, na RMC - 1985.....	104
29	Demanda por servi3os de sa3de n3o-vinculados ao IPE, pelo servidor p3blico celetista, segundo fonte financiadora, na RMC - 1985.....	106

APRESENTAÇÃO

O estudo "Caracterização Sócio-Econômica do Servidor Público Estadual da Região Metropolitana de Curitiba", inédito quanto ao tema, foi realizado graças ao convênio entre o Instituto de Previdência do Estado - IPE - e o IPARDES, colocando o Paraná como pioneiro na elaboração de um trabalho dessa natureza.

A contribuição de outros órgãos foi valiosa e algumas vezes imprescindível, como a da Secretaria de Estado da Administração - SEAD -, que permitiu a utilização do cadastro do Sistema Integrado de Pagamento - SIP - para a mensuração do universo e cálculo da amostra.

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC - emprestou sua experiência como órgão de pesquisa de campo e de planejamento urbano.

Os demais órgãos da administração direta do Estado facilitaram e permitiram a realização das entrevistas com os servidores amostrados.

Agradece-se todo esse apoio, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada pelo IPARDES, atendendo a uma solicitação do Instituto de Previdência do Estado - IPE -, com vistas à caracterização sócio-econômica do servidor público estadual.

Num momento em que o Estado do Paraná e sua população enfrentam uma crise econômica, com reflexos nas condições sociais, em função de transformações observadas na estrutura sócio-econômica estadual, também os servidores públicos enfrentam dificuldades.

De modo geral, pode-se dizer que a situação da força de trabalho na administração pública estadual, em termos de qualificação, remuneração, alocação institucional, etc., reflete as prioridades verificadas nos investimentos públicos. Esses recursos foram alocados, principalmente, em setores ligados à infra-estrutura econômica (estradas, energia, etc.) - cuja ação administrativa se dá basicamente através de empresas públicas e de economia mista - em detrimento dos gastos de caráter social. Como a administração direta estadual concentra suas atividades nessa área, obviamente os funcionários a ela vinculados foram os que tiveram menores condições para se adequar à prestação dos serviços exigidos pelo crescente processo de urbanização da população do Estado.

Configura-se, portanto, uma situação em que a sociedade paranaense, de modo geral, tem sido precariamente atendida em

suas necessidades básicas, situação que se agrava em virtude da crise e dos baixos índices de remuneração. Da mesma forma, ao se iniciar esta pesquisa, havia uma expectativa de que o pessoal do setor público voltado mais diretamente ao atendimento dessas necessidades estivesse premido pelos mesmos problemas, sem condições de prestar um atendimento mais adequado e compatível com o volume das carências sociais verificadas no Estado.

Nesses termos, ao solicitar a realização desta pesquisa, o IPE tornou manifesta sua preocupação com relação ao atendimento das necessidades dos servidores públicos paranaenses.

Vislumbraram-se, basicamente, três aspectos merecedores de uma atuação mais concentrada e que acabaram por configurar os objetivos a serem atingidos pela pesquisa.

Em primeiro lugar, há a preocupação em se formular um programa habitacional voltado especificamente ao servidor público estadual. Para tanto, torna-se necessário conhecer algumas características do servidor, como suas condições atuais de moradia, tamanho de sua família, montante de sua renda familiar e seus principais comprometimentos.

O conhecimento dessas variáveis leva ao segundo objetivo da pesquisa, qual seja, o de avaliar o perfil sócio-econômico do servidor público estadual, como elemento básico para a formulação de outras políticas gerais relacionadas à sua escolaridade, condições de saúde, padrão de vida, níveis de remuneração, etc., condição necessária para se atingir o primeiro objetivo.

O terceiro objetivo se configura na preocupação de se ter uma avaliação, por parte do servidor, quanto aos serviços

prestados pelo IPE e às expectativas de sua ampliação. Trata-se, basicamente, de conhecer a intensidade de utilização dos serviços prestados ao servidor e sua família, seu grau de satisfação, seus anseios e críticas com relação às modalidades de serviço utilizadas.

Para dar conta desses objetivos, optou-se pela realização de pesquisa de campo, com a elaboração de um instrumento de coleta contendo os itens considerados como necessários.

O universo que abrange os servidores públicos estaduais pode ter vários cortes: quanto ao regime de trabalho, têm-se estatutários e celetistas; quanto ao nível administrativo, subdivide-se em administração direta (ou centralizada) e indireta (que corresponde à descentralizada mais empresas públicas e de economia mista); já, quanto ao âmbito de atuação, têm-se o poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Dadas a extensão do universo a ser pesquisado e a complexidade dos itens que compõem o instrumento de coleta, definiu-se que a pesquisa seria conduzida em duas fases: na primeira - à qual corresponde este relatório -, foram pesquisados os servidores estatutários e celetistas do poder Executivo da administração direta estadual, exercendo suas funções na Região Metropolitana de Curitiba - RMC. A escolha desse universo inicial introduz peculiaridades que devem ser destacadas: de um lado, é na Região Metropolitana de Curitiba, e mais especificamente na Capital do Estado, que se encontra o maior adensamento de servidores, devido à concentração de substancial parcela da administração pública estadual; de outro, boa parte dos servidores alocados na Região já está num estágio avançado de suas carreiras, dado o sistema de promoções e remoções adotado pela administração es-

tadual, o que confere especificidades ao perfil desses servidores. Assim, o universo abrangido nessa primeira fase da pesquisa representa mais de 37% do total de servidores públicos ativos da administração direta do poder Executivo estadual.

Na segunda fase - a ser desenvolvida a partir de proposta oportunamente apresentada -, pretende-se incluir os servidores estatutários e celetistas do poder Executivo localizados no interior do Estado, bem como os estatutários e celetistas dos poderes Legislativo e Judiciário de todo o Estado e ainda os celetistas da administração indireta.

Uma vez concluída a pesquisa relativa a todo o conjunto da administração pública estadual, será possível ter um perfil abalizado e inédito da situação dos servidores públicos do Paraná, instrumento fundamental para a formulação de políticas não somente de atendimento ao servidor, mas também para subsidiar, de um modo geral, políticas de emprego, salários e de pessoal do Estado, entre outras.

Assim, este relatório apresenta os principais resultados obtidos a partir da pesquisa de campo relativa ao universo correspondente à primeira fase do trabalho. Cumpre realçar que para essa fase contou-se com a facilidade representada pelo fato de o universo pesquisado estar todo ele implantado sob a forma de cadastro junto ao Sistema Integrado de Pagamento - SIP - da Secretaria de Estado da Administração - SEAD. Com bases nessas informações, referentes a abril de 1985, foi possível fazer uma caracterização geral desses servidores.

Tem-se, na tabela 1, a composição dos servidores estatutários e celetistas do poder Executivo da administração direta na Região Metropolitana de Curitiba, segundo sua distri-

buição por faixas de salário.

TABELA 1 - SERVIDORES* ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEGUNDO FAIXAS DE SALÁRIO, NA RMC - ABR/1985

FAIXA DE SALÁRIO	ESTATUTÁRIO						CELETISTA					
	Curitiba		Outros Municípios		RMC		Curitiba		Outros Municípios		RMC	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
De 0 a 2 SM	777	3,84	177	9,24	954	4,31	1 483	18,89	226	24,81	1 709	19,50
Mais de 2 a 3 SM	2 200	10,86	243	12,69	2 443	11,02	3 795	48,32	295	32,38	4 090	46,67
Mais de 3 a 5 SM	9 071	44,81	1 068	55,77	10 139	45,75	1 402	17,85	354	38,86	1 756	20,04
Subtotal	12 048	59,51	1 488	77,70	13 536	61,08	6 680	85,06	875	96,05	7 555	86,21
Mais de 5 a 7 SM	4 607	22,76	319	16,66	4 926	22,23	738	9,40	30	3,29	768	8,76
Mais de 7 a 10 SM	1 879	9,28	55	2,87	1 934	8,73	244	3,11	6	0,66	250	2,85
Mais de 10 SM	1 711	8,45	53	2,77	1 764	7,96	191	2,43	0	0,00	191	2,18
TOTAL	20 245	100,00	1 915	100,00	22 160	100,00	7 853	100,00	911	100,00	8 764	100,00

FONTES: SEAD - Cadastro SIP; Elaboração IPARDES

*Refere-se ao número de cargos de pessoal civil e militar

Verifica-se que, de um total de 30 924 servidores ativos da Região Metropolitana, 72% são estatutários e 28% celetistas. Em ambos os casos, 90% dos servidores atuam em Curitiba. A distribuição segundo faixas de salário é bastante diferenciada entre estatutários e celetistas, revelando que a maior concentração de funcionários estatutários se encontra na faixa de 3 a 5 salários mínimos (46%), enquanto a de celetistas já se dá na faixa de 2 a 3 salários mínimos (47%).

Quanto aos celetistas, cerca de 86% ganham até 5 salários mínimos, atingindo 95% ao se incluírem os que recebem até 7 salários mínimos por mês. Já, entre os estatutários, aqueles que recebem até 5 salários mínimos representam pouco mais de 60% do total; esse percentual atinge 83% incluídos os que ganham até 7 salários mínimos, elevando-se para 92%, com os servidores de até 10 salários mínimos de remuneração mensal.

Em ambos os casos, a desagregação daqueles que trabalham em Curitiba em relação aos que trabalham nos outros municípios segue a tendência geral observada na Região Metropolitana, sen-

do relativamente mais concentrados os salários menores nos demais municípios do que na Capital, tanto para estatutários como para celetistas.

1 METODOLOGIA

1.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A partir do interesse manifestado pelo IPE, formulou-se um programa de trabalho com a estruturação de uma pesquisa de campo a ser aplicada por pesquisadores treinados, estabelecendo-se um cronograma que especificou as diversas etapas e seus respectivos prazos de execução.

Como se trata de uma pesquisa complexa, seu planejamento exigiu uma série de discussões, em que participaram, além da equipe responsável, especialistas nas áreas de:

- a) pesquisa e planejamento (mais especificamente pesquisa de campo);
- b) organização e métodos (elaboração do formulário/questionário);
- c) estatística (plano de amostragem);
- d) processamento de dados (desenvolvimento do sistema, tabulação, digitação, conferência e correção, processamento).

Através de critérios estatísticos, calculou-se a amostra a partir do cadastro do SIP. Foram sorteados 345 amostrados, sendo 277 estatutários (80%) e 68 celetistas (20%) da administração direta do poder Executivo na Região Metropolitana de Curitiba, conforme cálculo da amostra exposto no Anexo 1.

A aplicação dos questionários aos amostrados se deu no seu próprio local de trabalho. Nos casos em que o amostrado não

foi encontrado, ocorreram substituições na amostra, por critérios preestabelecidos, conforme explicitado no item 1.4.

Definiu-se um processo interno de rotina para o recebimento dos questionários, contendo os seguintes procedimentos:

- a) crítica visual - consistia em verificar se todas as questões estavam devidamente preenchidas;
- b) segunda crítica - esta mais detalhada e minuciosa para se verificar a coerência e consistência das respostas e, em caso de haver qualquer problema, o formulário retornava a campo até que as dúvidas e erros existentes fossem superados;
- c) checagem - para esse processo, selecionaram-se formulários da amostra, a partir de critério aleatório usual; na prática, no entanto, a checagem assumiu valores superiores a este.

Paralelamente, o Setor de Informática do IPARDES desenvolvia o sistema para análise e programação a ser utilizado no processamento das informações obtidas.*

Uma vez eliminados todos os problemas relativos à aplicação dos formulários, estes foram encaminhados ao segundo conjunto de rotina ligado ao processamento, ou seja, à tabulação, digitação, conferência e correção, consistência, operação e análise.

Por fim, obtidos os dados processados e elaborados, procedeu-se à análise técnica das informações.

*A documentação de todos os procedimentos adotados, desde a planilha ao programa de emissão dos relatórios finais, está arquivada e à disposição no Setor de Documentação do IPARDES.

1.2 PLANO DE AMOSTRAGEM

O universo da pesquisa é constituído por todos os servidores estatutários e celetistas do poder Executivo da administração direta do Estado, em atividade na Região Metropolitana de Curitiba.

Utilizou-se como descritor do universo o cadastro do Sistema Integrado de Pagamento - SIP - da Secretaria de Estado da Administração - SEAD. Esse cadastro contém a relação de todos os funcionários públicos estatutários e celetistas do poder Executivo da administração direta na RMC. Num primeiro momento, utilizaram-se as informações de novembro de 1984 para a definição da amostra; no entanto, verificadas as mudanças que ocorreram no universo, em termos de distribuição salarial da época da definição da primeira amostra (nov./84) à da pesquisa de campo (jan./85), foi necessária uma adequação da referida amostra ao novo universo. Para tanto, utilizaram-se as informações de abril de 1985 do mesmo cadastro, que serviram de base para o cálculo da complementação da amostra.

Os problemas oriundos do desajuste entre os resultados da pesquisa quanto às faixas de salário dos servidores amostrados e as informações fornecidas pelo cadastro do SIP relativas a novembro de 1984 são decorrentes não apenas do reajuste concedido em janeiro de 1985, mas também da correção de distorções salariais e incorporações de vantagens (anuênios, quinquênios, avanços, etc.), o que implicou um desajuste não-uniforme segundo faixas de salário.

Desse modo, realizou-se uma complementação da pesquisa no sentido de ajustar o número de questionários ao novo tamanho da amostra. Cabe observar que essa complementação da pes-

quisa implicou precauções adicionais no que se refere aos valores monetários que correspondem aos quesitos pesquisados. Isso porque a pesquisa original apresenta como valores de referência preços do período jan.-abr./1985 e a complementação se deu em junho deste mesmo ano. Diante disso, alguns procedimentos foram adotados: para os itens referentes ao conjunto das despesas com a manutenção do domicílio, alimentação e transporte, indagou-se quanto o amostrado gastava no momento da pesquisa e deflacionaram-se os valores monetários com os índices de preços adequados (INPC, IGP, etc.) para abril de 1985. No que se refere aos salários e/ou remuneração em geral, verificou-se o valor constante do contra-cheque de abril. As informações relativas à remuneração de outros membros da família foram consideradas em seu valor atual e deflacionadas.

Os cálculos e demais procedimentos adotados para a seleção da amostra estão descritos no Anexo 1.

1.3 CONCEITOS E INDICADORES

Tornam-se necessários alguns comentários sobre conceitos e indicadores utilizados na elaboração e análise desta pesquisa, já que alguns deles foram ajustados às suas necessidades.

Outros conceitos, de senso comum e já definidos no próprio formulário, como, por exemplo, cargo, função, etc. não serão comentados aqui (ver Anexo 2).

Desse modo, o primeiro conceito que cabe aqui ser explicitado é o de servidor público, visto que este foi objeto da pesquisa e que, apesar de ser um conceito conhecido, cabe no momento reafirmá-lo. Como servidor público entende-se toda pessoa que serve ao Estado, trabalha no setor público estadual, na

administração direta ou indireta, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, podendo ser celetista ou estatutário.

Quanto aos vínculos empregatícios em outras atividades, alguns conceitos utilizados na sua definição merecem esclarecimentos por caracterizarem uma situação especial:

- a) auxiliar membro da família, agregado sem remuneração - engloba os que auxiliam o trabalho de pessoas da família, sem remuneração em dinheiro, mas podendo receber em bens ou utilidades;
- b) aprendiz ou outro, sem remuneração - pessoas que estão principiando ou aprendendo o ofício, sem remuneração em dinheiro, mas podendo receber em bens ou utilidades;
- c) trabalhador familiar - aqueles que trabalham com pessoas da família ou simplesmente auxiliam, mediante remuneração em dinheiro.

Na caracterização das condições de moradia do servidor, conceituou-se domicílio o local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa; como imóvel considerou-se a construção propriamente dita. Os domicílios coletivos são os ocupados por grupos conviventes, ou seja, conventos, hotéis e similares, quartéis, instituições de assistência, "república" de estudantes, etc.

No detalhamento da renda, trabalhou-se com dois conceitos para fins de análise. O primeiro conceito é o de renda familiar, que se refere aos rendimentos auferidos por todas as pessoas que moram no domicílio e que têm laços de parentesco com o servidor, isto é, excetua-se agregados, pensionistas, empregados domésticos, parentes do empregado e outros. O segundo

conceito diz respeito à renda do servidor, composta por duas parcelas: salários, seja como servidor público estadual (incluindo-se aí as vantagens e função gratificada), seja como empregado de qualquer outra instituição pública ou privada; a segunda parcela corresponde a outras rendas provenientes de aluguéis, capital, exercício de profissão liberal, pensão, poupança, etc. Em ambos os conceitos é possível considerar duas dimensões correspondentes à renda comprovada (vinculada ao comprovante da fonte pagadora) e à renda não-comprovada (renda auferida sem comprovante da fonte pagadora).

Como dependentes consideram-se todas as pessoas que dependem efetivamente do servidor para prover sua subsistência.

Para a avaliação da adequação das condições de habitação dos servidores públicos estaduais, utilizaram-se alguns indicadores. Esses indicadores se referem à adequação das instalações de água e esgoto, à adequação quanto aos materiais de construção e adequação quanto à densidade domiciliar e à separação de funções no domicílio. Os procedimentos aqui utilizados basearam-se em trabalho de David M. Vetter.¹

Tomando-se inicialmente os indicadores que permitem a avaliação das instalações de água e esgoto, tem-se:

- a) abastecimento de água - considerou-se adequado o domicílio cujo abastecimento é feito por rede geral, poço ou nascente, desde que haja canalização interna. A ausência de canalização interna ou outras formas de

¹VETTER, David Michel. Problemas conceituais e operacionais na avaliação de "adequação" das condições residenciais através de indicadores elaborados com dados dos Censos e das PNAD'S. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro 42 (168): 284 out./dez.1981.

abastecimento de água que não as mencionadas, configura uma situação inadequada;

- b) instalações sanitárias - definiu-se como adequado o escoamento sanitário através de rede geral ou fossa séptica. O escoamento através de fossa rudimentar ou outras formas, ou mesmo inexistente, configura uma situação inadequada;
- c) uso do equipamento sanitário - considerou-se adequado o equipamento sanitário utilizado exclusivamente pela família. Quando o equipamento é usado em comum com outro domicílio ou família foi considerado inadequado.

Da combinação das variáveis que permitem a avaliação das instalações de água e esgoto, pode-se chegar a quatro situações:

- a) sistema de água e de esgoto adequado;
- b) sistema de água inadequado, mas com sistema de esgoto adequado;
- c) sistema de água adequado, mas com sistema de esgoto inadequado;
- d) sistema de água e de esgoto inadequado.

Observadas essas quatro situações, tem-se ainda, em cada uma delas, a possibilidade de o uso das instalações sanitárias ser adequado ou inadequado.

Para os indicadores que medem a adequação dos domicílios quanto à durabilidade dos materiais utilizados em sua construção, cabe inicialmente um esclarecimento: não se está avaliando a qualidade do material empregado nos domicílios, a medida que as informações disponíveis não chegam a esse nível de detalhe. Avalia-se, conceitualmente, o tipo de material utilizado se-

gundo sua durabilidade.

Assim, os materiais podem ser classificados como rústicos ou duráveis; os componentes analisados foram paredes, piso e cobertura (quadro 1).

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SEGUNDO SUA DURABILIDADE

COMPONENTES	DURÁVEL	RÚSTICO
Paredes	Alvenaria Madeira Misto	Taipa Materiais aproveitados Palha
Piso	Madeira Cerâmica ou ladrilho Mármore Cimento Carpet	Materiais aproveitados Tijolo Terra batida
Cobertura	Laje Telha de barro Telha de cimento amianto	Madeira Zinco Materiais aproveitados Palha

FONTE: Revista Brasileira de Estatística, out./dez.-1981

Na classificação dos domicílios, considerou-se inadequado quando apresentava pelo menos um dos componentes rústicos. Cabe observar que, nesse caso, optou-se por uma classificação mais rígida que a proposta por David M. Vetter, uma vez que se está pesquisando uma população com patamar mínimo de padrão de vida, a medida que está toda empregada no mercado formal de trabalho, ou seja, com vínculo empregatício, recebendo pelo menos um salário mínimo.

Para a mensuração da adequação dos domicílios quanto à separação de funções e à densidade, tomou-se inicialmente o conceito de cômodo tal como é adotado nos censos.

Como cômodos serão considerados todos os compartimentos (inclusive banheiros e cozinhas) integrantes do domicílio, separados por paredes, inclusive os

existentes na parte externa do prédio desde que constituam parte integrante do domicílio, com exceção de corredores, alpendres, varandas, garagens, depósitos e outros compartimentos para fins não residenciais.²

A utilização desse tipo de mensuração prende-se à noção de que uma unidade domiciliar deve ter um espaço necessário para cada morador, bem como a separação de funções dentro do domicílio. Essas funções se referem a quatro espaços independentes: preparação de alimentos (cozinha), higiene pessoal (banheiro), repouso (dormitório) e integração social (sala). Assim, são necessários no mínimo quatro cômodos para que a separação de funções no domicílio seja adequada. A ausência de qualquer um desses quatro tipos de cômodos configura o domicílio como inadequado quanto à separação de funções.

Para a mensuração da densidade domiciliar foram considerados dois tipos de indicadores: a densidade por cômodos e a densidade por dormitório. A densidade por cômodo diz respeito ao total de moradores em relação ao número de cômodos, segundo a conceituação anterior. Definiu-se como densidade domiciliar adequada a de até uma pessoa por cômodo.

Já a densidade por dormitório corresponde ao número de moradores em relação ao número de dormitórios (quartos) existentes no domicílio, configurando-se adequada a densidade de até duas pessoas por dormitório.

Cabe lembrar que esses indicadores não levam em conta o tamanho do cômodo considerado, o que representa uma limitação na avaliação, incontornável numa pesquisa como esta.

²FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1983. t.6 p. xliii.

1.4 PROCEDIMENTOS ADOTADOS

O instrumento de coleta formulado para atender aos objetivos da pesquisa é auto-explicativo e compõe-se de duas partes: um formulário, aplicado por pesquisadores, dirigido ao servidor, sua família e seu domicílio; e um questionário de pesquisa de opinião, sobre suas expectativas quanto à habitação e aos serviços prestados pelo IPE. Em ambas as partes, o sujeito da pesquisa é o servidor público (ver Anexo 2).

No primeiro quadro do formulário, caracterizam-se o servidor, sua ocupação e remuneração, quer no setor público, quer em outras atividades; no segundo, seu domicílio, avaliando suas condições de moradia e seus principais gastos de manutenção; no terceiro quadro, caracterizam-se as pessoas que moram no domicílio, sua ocupação e remuneração, sua escolaridade e seu patrimônio.

A expectativa quanto à habitação foi questionada (Quadro IV do formulário) em termos do interesse do servidor em obter financiamento para aquisição ou melhoria de casa própria, além do tipo e características do imóvel pretendido.

Em relação aos serviços prestados pelo IPE, a pesquisa foi dividida em dois módulos: um específico para os servidores estatutários (Quadro V) e outro para os celetistas (Quadro VI). O primeiro diz respeito aos programas que o servidor estatutário tem interesse que venham a ser ofertados, bem como às suas críticas, sugestões e avaliações quanto aos serviços utilizados junto ao IPE, nos doze meses que precederam à pesquisa. O segundo se refere ao uso e avaliação do atendimento das farmácias do IPE pelo servidor celetista e ao seu interesse em usufruir dos demais programas do Instituto, além da demanda por serviços médicos e odontológicos

não-vinculados ao IPE, nos doze meses que precederam à pesquisa; segundo o tipo de serviço procurado, na rede pública ou particular, e tipo de financiamento.

Cabe acrescentar que nas perguntas referentes a qualquer tipo de avaliação, adotou-se como procedimento apresentar ao amostrado uma escala de valores com seus respectivos significados, para evitar possíveis distorções quanto à compreensão subjetiva de cada um dos conceitos:

- a) excelente - atendimento totalmente satisfatório (altamente confiável);
- b) bom - atendimento normal, mas nada de especial;
- c) regular - algumas falhas, sem, no entanto, apresentar problemas;
- d) razoável - atendimento com um ou outro problema;
- e) sofrível - atendimento com muitos problemas;
- f) péssimo - impossível usar o serviço (atendimento não-confiável).

Outra observação é quanto ao nível de escolaridade em que, para compatibilizar a legislação antiga com a atual, estabeleceu-se para fins de tabulação a seguinte correspondência: primário - da 1ª a 4ª série do primeiro grau; ginásio - da 5ª a 8ª série do primeiro grau; colegial e curso técnico - segundo grau.

Dada a não-realização de um pré-teste que possibilitasse a identificação de possíveis falhas ou omissões do formulário, alguns problemas foram contornados no próprio treinamento dos pesquisadores.

Os pesquisadores, recrutados em sua maioria através do cadastro do IPPUC, foram treinados em duas etapas. Na primeira,

participaram todos os inscritos, em turmas de no máximo 10 pessoas, e na segunda somente os pesquisadores selecionados. Inicialmente, examinou-se e discutiu-se detalhadamente todo o formulário, esclarecendo-se os termos, o conteúdo, a forma de preenchimento, sanando-se as dúvidas levantadas; além disso, esclareceu-se o objetivo do trabalho, sua delimitação e como estava sendo promovido. A seguir, realizou-se a seleção dos pesquisadores, avaliando-se a aplicação simulada de um formulário por candidato. Na segunda etapa, fez-se um repasse geral, em que foram destacados alguns pontos que geraram dúvidas de interpretação, incluíram-se algumas orientações adicionais, estabeleceram-se algumas convenções e, principalmente, definiram-se alguns conceitos e procedimentos até então insuficientemente esclarecidos ou não-identificados na primeira etapa, quais sejam:

- a) pergunta 8: a remuneração pode também ser em utilidade como, por exemplo, moradia e alimentação;
- b) pergunta 9, alternativa 9: considerar como trabalhador familiar aquele que recebe alguma remuneração em dinheiro;
- c) pergunta 18, alternativa 1: não considerar o trajeto domicílio/ponto de ônibus/trabalho, exceto quando este for maior que 1 km;
- d) pergunta 24: considerar a última prestação paga antes do reajuste referente a 1985;
- e) pergunta 46:
 - i) item 4: incluir código SF que corresponde à "separação de fato";
 - ii) item 11.A.1: considerar o total de salários brutos;
 - iii) item 14: no caso de a pessoa possuir mais de um

- determinado bem, como por exemplo, dois terrenos, colocar o número total dos bens que possui, ou seja 2, em vez de X;
- f) pergunta 48: no caso de o entrevistado demonstrar interesse em reformar ou ampliar o imóvel existente, passar para a questão 54;
 - g) pergunta 51: considerar como recurso que possui para poupança a venda de bens, quando o amostrado indicar essa possibilidade. Não considerar como resposta os recursos obtidos através de empréstimos;
 - h) pergunta 58: pedir ao entrevistado que selecione até 10 das opções discriminadas de serviços já prestados ou que poderão vir a ser prestados pelo IPE; esta escolha não necessariamente deveria chegar até 10, mas se deu a orientação de que este número não fosse ultrapassado;
 - i) item 24: incluir "além de Curitiba e Londrina";
 - i) pergunta 60: com base na escala de avaliação, considerar a opinião do amostrado sobre os serviços prestados pelo IPE, utilizados por ele ou membros de sua família, mencionados no item 15 da pergunta 46.

As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho dos amostrados, sendo que os pesquisadores possuíam um crachá de identificação, além de uma carta de apresentação fornecida pelas instituições responsáveis pela pesquisa.

Outro procedimento adotado se relaciona a substituições na amostra. Estabeleceu-se uma amostra alternativa e indicou-se como substituto do amostrado o servidor listado imediatamente a seguir, com a única condição de estar na mesma faixa

salarial. Na hipótese de o amostrado ser o último nome de uma faixa salarial, seu substituto seria o imediatamente anterior.

As substituições foram necessárias nos casos em que não foi possível entrevistar o amostrado que se encontrava em gozo de férias, tinha sido transferido, estava prestando serviço no interior do Estado ou de licença, ou tinha sido recentemente aposentado. Porém, em algumas ocasiões, o substituto também se encontrava numa das situações anteriormente referidas; nesse caso o procedimento adotado foi o mesmo da primeira substituição e assim sucessivamente, sempre respeitando a mesma faixa salarial. Esses problemas ocorreram porque o SIP/SEAD, utilizado para a amostra, é atualizado anualmente e, portanto, as pessoas que se aposentaram ou foram transferidas ao longo do ano, não puderam ser excluídas da listagem de servidores. Ainda, devido à sua finalidade - pagamento de pessoal -, o SIP inclui servidores que recebem na Capital, embora prestem serviço em cidades do interior. Essas pessoas também foram substituídas pelos critérios descritos anteriormente.

1.4.1 Crítica dos Questionários

A descrição dos principais procedimentos adotados durante a crítica dos questionários limita-se às questões mais relevantes, ou seja, àquelas que de alguma forma induziram a dúvidas ou a dificuldades no preenchimento.

1.4.1.1 Quadro I - Características do servidor

Pergunta 1 - cargo: considerou-se cargo aquele cuja denominação consta da T10 - Tabela de Cargos do SIP/SEAD -, eliminando-se os diversos níveis de cada cargo, o que resultou nu-

ma tabela reduzida (ver Anexo 3). Quando o cargo não constava da T10, o pesquisador foi instruído a entrar novamente em contato com o amostrado e assegurar a correção da informação; persistindo a ocorrência de cargo não-constante da T10, este foi classificado sob o código "outros".

Pergunta 2 - função: como função consideram-se encargo de chefia, assessoramento, direção e outras, quando constante da T10 sob a denominação de cargos de confiança e quando seu exercício incorre na atribuição de vantagem pecuniária acessória para o servidor. Quando a função não constava da T10, procedeu-se da mesma forma anteriormente relatada.

Pergunta 3 - atividades: listaram-se as atividades executadas, na forma em que foram descritas pelo servidor.

Pergunta 4 - horas normais trabalhadas: no caso de o servidor não trabalhar um número fixo de horas semanais, mas trabalhar em regime de turnos (por exemplo 12 x 24 ou 24 x 48), procedeu-se da seguinte forma: somou-se o número de horas trabalhadas em um mês e dividiu-se o resultado por quatro semanas, obtendo-se assim uma média de horas semanais trabalhadas.

Pergunta 9 - vínculo empregatício em outra atividade: além das opções listadas, considerou-se em "outros" o regime de trabalho estatutário municipal ou federal.

Perguntas 11, 12 e 13 - referentes ao pagamento de seguro/montepio/pensão: não foi considerado o desconto obrigatório para os institutos de previdência INPS ou IPE.

Pergunta 14 - número de dependentes: foram consideradas dependentes as pessoas que dependem economicamente do servidor, exceto ele próprio. Quando o amostrado for homem e chefe de família, considerou-se que dele dependem mulher e filhos, exceto

aqueles que possuam renda igual ou superior à dele. Quando o amostrado for mulher, e cônjuge do chefe, dela dependem os filhos, somente se o seu salário for semelhante ou superior ao do marido; e dela dependerá o cônjuge, se este estiver desempregado ou for inválido. Quando o amostrado for filho ou filha do chefe, dele dependem as pessoas da família que não trabalham, somente se o chefe não possuir renda própria.

1.4.1.2 Quadro II - Características do domicílio

Pergunta 19 - tipo de domicílio onde mora: nos casos em que o entrevistado respondeu que mora em domicílio coletivo (pensão, convento, "república" de estudante, etc.), não foram consideradas, para fins de análise, as características desse tipo de domicílio, uma vez que não interessam aos objetivos da pesquisa.

Pergunta 20 - tempo que mora no domicílio: considerou-se o tempo que o servidor está morando no local (endereço), independente da idade do imóvel (ver pergunta 25).

Pergunta 24.- prestação paga atualmente: quando a prestação paga não foi especificada se líquida ou bruta, considerou-se o valor dado pelo entrevistado como sendo a prestação líquida, supondo-se que o servidor referiu-se à prestação que de fato pagou no mês anterior ao reajuste referente a 1985.

Pergunta 25 - idade do imóvel: considerou-se se a idade do imóvel habitado pelo servidor na época da pesquisa.

Perguntas 32,33 e 34 - tipos de materiais predominantes no piso, paredes externas e cobertura do imóvel: como material predominante foram considerados os existentes em mais de 50% de cada uma dos itens mencionados.

Pergunta 39 - tipo de despejo sanitário: quando no domicílio as instalações sanitárias não estão ligadas a nenhum tipo de despejo, ou ligados à valeta em frente a sua casa, foi considerado como despejo a céu aberto; rede geral: quando ligado à rede de esgoto de concessionária pública;* fossa séptica: é aquela com revestimento; fossa rudimentar: quando os dejetos estão em contato com a terra.

Pergunta 43 - infra-estrutura e serviços públicos básicos existentes: além dos 10 itens enumerados, foram acrescentados, pela frequência com que apareceram nos questionários, os seguintes: 11 - praça, parque, playground; 12 - linha de transporte coletivo; 13 - ponto de táxi; 14 - telefone público; 15 - caixa de coleta dos correios; 16 - módulo policial.

Pergunta 44 - gastos mensais da família: além dos 11 itens enumerados foram acrescentados os seguintes: 12 - saúde (médico, farmácia, etc.); 13 - lazer (clube, etc.).

1.4.1.3 Quadro III - características das pessoas no domicílio

Pergunta 46 - características das pessoas no domicílio:

- a) item 8 - situação atual de frequência à escola: consideraram-se apenas os cursos regulares frequentados pelo amostrado e pessoas de seu domicílio, excluindo-se, portanto, quaisquer outros cursos de nível com-

*Dada a dificuldade para muitos dos amostrados em identificar a ligação de seus domicílios à rede pública de esgotos, foi feita uma correção posterior das respostas a essa pergunta, bem como da pergunta 43, no quesito referente à rede de esgoto pública. Essa correção consistiu em fazer o mapeamento do local de moradia dos servidores, superpondo-o ao mapa que apresenta o zoneamento das regiões atendidas efetivamente pela rede de esgoto pública e procedendo-se aos ajustes que se fizeram necessários.

- plementar (exemplo: curso de línguas);
- b) item 10 - atual nível de escolaridade: considerou-se, no curso que o amostrado e os membros da família frequentam, o período ou ano que está sendo cursado de fato; no caso de já ter interrompido qualquer curso, considerou-se o último ano completo que frequentou;
- c) item 11 - renda mensal: como salário considerou-se o total de rendimentos do trabalho assalariado recebido pelo entrevistado e membros de sua família; no caso de estatutários, é possível identificar as vantagens, uma vez que estas foram objeto de pesquisa; como vantagens, consideram-se todas aquelas constantes do contra-cheque do servidor estatutário; em outras rendas comprovadas incluem-se rendimentos do exercício de profissão liberal, pensões, rendas de capital, etc. No caso de o entrevistado estatutário não haver discriminado o valor das vantagens que compõem o seu salário, considerou-se o total percebido como sendo salário, inclusive vantagens.

1.4.1.4 Quadro IV - Expectativa quanto à habitação

Pergunta 51 - tipo de recurso que possui para aquisição de imóvel: incluíram-se nesta questão as opções "poupança" e "bem disponível para venda", pela frequência com que apareceram nos questionários respondidos.

Pergunta 54 - número de cômodos que deseja: quando se tratava de ampliação do domicílio, considerou-se como resposta os cômodos que excediam aos já existentes.

1.4.1.5 Quadro V - Módulo específico do estatutário

Esse quadro reflete a opinião do servidor estatutário sobre novos programas que ele gostaria que fossem ofertados pelo IPE e sobre aqueles serviços que ele ou membros de sua família utilizaram nos últimos doze meses que precederam a pesquisa.

1.4.1.6 Quadro VI - Módulo específico do celetista

Por não usufruir dos serviços prestados pelo IPE, à exceção da farmácia, o servidor celetista, através desse módulo, emitiu sua opinião sobre esse serviço utilizado e também sobre aqueles que ele gostaria de usufruir; além das questões opinativas (61, 62, 63, 64), o amostrado, nas questões 65 e 66, informou sobre a utilização de serviços médicos não-vinculados ao IPE (tipo de serviço, motivo, rede utilizada e fonte pagadora).

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados da pesquisa, é importante observar algumas questões de caráter geral que implicam cuidados específicos no que se refere a salário e renda.

Conforme explicitado na metodologia, definiu-se como renda mensal familiar o total da renda comprovada e não-comprovada de todos os membros da família, ou seja, chefe, cônjuge, filho e outro parente; como renda do servidor, considerou-se o seu salário, como servidor, outros salários e outras rendas comprovadas e não-comprovadas. O salário como servidor compõe-se do seu salário mais vantagens e função gratificada.

Uma vez que a pesquisa de campo ocorreu no período de janeiro a abril de 1985, os valores monetários se referem a esse período. No entanto, realizou-se a correspondência em termos do salário mínimo de maio de 1985, visando a uma dimensão atual desses valores.*

Mesmo assim, embora tendo de levar em conta essa defasagem temporal, os valores monetários são comparáveis intrinsecamente, o que atende ao objetivo da pesquisa. Desse modo,

*Dessa forma, cria-se um desajuste relativo entre valores de salário (ou renda) e sua correspondência em termos de salários mínimos. Além disso, quando se faz referência à faixa de salário (ou renda) de 0 a 2 salários mínimos de maio, na verdade corresponde à faixa de 0 a 4 salários mínimos de abril, e assim sucessivamente. Essa dificuldade de periodização não pode ser contornada, devido às diferenças na época de reajuste do salário mínimo e do salário dos servidores.

quando se faz referência ao salário mínimo de maio de 1985 (Cr\$ 333 120), isso significa exatamente o dobro do salário mínimo do período janeiro a abril, época da pesquisa. E, a não ser que se especifique, todos os valores monetários dizem respeito ao salário de maio de 1985.

Quanto à renda familiar, deve-se notar que pode apresentar alguma subestimação à medida que, algumas vezes, o amostrado não soube responder sobre os rendimentos dos demais membros da família. Esses casos, porém, não chegam a comprometer os resultados encontrados. Ademais, a menos que haja referência específica, sempre que se fala em renda familiar está se referindo ao total da renda mensal familiar comprovada e não-comprovada.

Por último, calculou-se também a renda familiar per capita de forma a relativizar a renda total em função do tamanho da família.

Todas as tabelas mencionadas na análise deste item encontram-se no Anexo 4, volume II.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO SERVIDOR

Neste item será feita uma caracterização dos amostrados enquanto servidores públicos, sendo que dos 345 pesquisados, 80% são estatutários e 20% celetistas.

Entre os estatutários, ocorre maior concentração com entrevistados que exercem o cargo de professor, 36%, seguindo-se dos não-oficiais da polícia militar, 18%. Cabe observar que essa distribuição é aleatória, visto que o processo de amostragem não levou em conta a distribuição dos servidores por cargos (tabela A.1).

Dos servidores pesquisados, 9% exercem função grati-

ficada, sendo cerca de 97% estatutários, dos quais 33% na função de chefia (tabela A.2).

O baixo percentual para o exercício de função se deve à distorção que se verifica, na prática, com relação às funções gratificadas. Ou seja, conforme o sentido estrito do conceito, entende-se como função a vantagem pecuniária acessória atribuída pelo exercício de encargo de chefia, assessoramento ou outros. No entanto, muitas vezes deparou-se com a situação em que o exercício do encargo não correspondia à remuneração; da mesma forma, em outros casos, a remuneração representava uma complementação salarial, sem corresponder ao efetivo exercício de um encargo. Como em todos esses casos não se tem de fato o exercício de função remunerada, deixou-se de considerá-los como tal, o que justifica o baixo percentual encontrado.

Em relação ao número de horas normais trabalhadas por semana, observa-se que a maior frequência é de 40 horas (46%), seguindo-se de 20 horas, 19% dos servidores. Entre os estatutários, a concentração se dá em torno desse número de horas semanais trabalhadas, porém alteram-se os percentuais. Cerca de 40% desses servidores trabalham 40 horas por semana e 24% trabalham 20 horas. Entre os servidores celetistas, a concentração fica em 40 horas por semana, cerca de 69% (tabela A.3).

Aproximadamente 14% dos entrevistados declararam trabalhar horas extras, sendo 12% estatutários e 2% celetistas. Verifica-se que entre os estatutários a maioria (4%) faz 20 horas extras semanais, seguindo-se dos que trabalham 10 horas extras (3%) e dos que trabalham mais de 22 horas extras (1%). Vê-se, ainda, que os celetistas fazem de 2 a, no máximo, 8 horas extras por semana (tabela A.4).

O tempo de trabalho como servidor público difere significativamente entre estatutários e celetistas. Estes, em sua maioria (44%), têm de 4 a 8 anos de serviço e somente 19% têm mais de dez anos como servidor público. Já 83% dos estatutários têm mais de dez anos de serviço, havendo maiores concentrações nas faixas de 14 a 16 anos (14%); 18 a 20 anos (12%) e 24 a 26 anos (10%) (tabela A.5).

Do total dos servidores pesquisados, cerca de 20% exercem outra atividade além do seu trabalho como servidor público, tanto entre estatutários como entre celetistas (tabela A.6). Nessa outra atividade, nota-se que, entre os estatutários, a maior concentração (38%) encontra-se na faixa de 15 a 20 horas trabalhadas e, entre os celetistas (36%), na faixa de 0 a 5 horas (tabela A.7). Cinco estatutários pesquisados não souberam precisar o número de horas trabalhadas, embora afirmem que exercem outra atividade, por isso aparecem na tabela como faixa indeterminada, na coluna de horas trabalhadas.

Verifica-se que um número irrisório de servidores pesquisados exerce uma segunda atividade-extra, além de seu trabalho no serviço público (tabela A.8).

No que se refere à vinculação trabalhista, observa-se que cerca de 32% são empregados em regime de CLT, outros 29% pertencem à categoria de autônomos, trabalhadores por conta própria, profissionais liberais, biscateiros, etc., inscritos na Previdência Social e, 21% que aparecem como outros tipo de vinculação trabalhista são, em sua maioria, trabalhadores em regime estatutário municipal ou federal (tabela A.9).

A maioria dos servidores pesquisados (64%) declarou que, além da previdência oficial, paga algum tipo de seguro,

montepio, pensão ou assemelhado (tabela A.10). Esse elevado percentual se deve aos estatutários, visto que 68% pagam esse tipo de previdência contra 49% dos celetistas. Todavia, o pagamento da previdência não-oficial não chega a comprometer o salário do servidor, pois, para os que os descontam em folha de pagamento, o percentual médio fica em torno de 2% (tabela A.11).

Observa-se que mais de 25% dos servidores pesquisados, tanto estatutários quanto celetistas, não têm dependentes,* enquanto 50% deles têm de um a três dependentes (tabela A.12).

Aproximadamente 50% dos entrevistados, estatutários e celetistas, moram a uma distância de 0 a 4 km do local de trabalho (tabela A.13). Somente 15% dos estatutários e 16% dos celetistas moram a uma distância superior a 10 km do seu local de trabalho e cerca de 2% não sabem precisar a distância.

O tempo gasto para locomoção do domicílio ao local de trabalho é de até 15 minutos para a maioria dos servidores pesquisados (53%). Cerca de 80%, tanto estatutários quanto celetistas, gastam, no máximo, até meia hora no percurso entre a residência e o local de trabalho (tabela A.14). E 3% dos estatutários e 1,5% dos celetistas moram a mais de uma hora do local de trabalho.

O tipo de transporte utilizado pelo servidor público entrevistado para ir ao trabalho é, por ordem de frequência, o carro particular (31%), o ônibus convencional (19%) e o percurso a pé (19%); os demais 31% estão pulverizados entre outros tipos ou combinações de transporte (tabela A.15). Analisando-se separadamente os estatutários, nota-se que as frequências de uso são:

*Ver conceito no item 1.3.

28% para o carro particular, 21% para o ônibus convencional e 19% para o percurso a pé. Quanto aos celetistas, as freqüências são 43% para o carro particular, 13% para o ônibus convencional e 18% para o percurso a pé.

Ao se calcular o valor médio de algumas das variáveis utilizadas é possível traçar um perfil do servidor pesquisado. Em média, o servidor público pesquisado trabalha há 16 anos, ganhando 4,4 salários mínimos para trabalhar em torno de 37 horas semanais e sustentar 3 dependentes. Mora a 6km do local de trabalho e gasta 21 minutos para percorrer essa distância (tabela A.16).

O servidor público estatutário, em média, trabalha há 19 anos, ganhando 4,6 salários mínimos para trabalhar 37 horas semanais e sustentar três dependentes. Mora a 6 km do local de trabalho e gasta 21 minutos para percorrer essa distância. Já, o servidor público celetista trabalha há 8 anos, ganhando 3,6 salários mínimos para trabalhar 39 horas semanais e sustentar 2,5 dependentes. Mora a 6 km do local de trabalho e gasta 20 minutos para percorrer essa distância (tabelas A.17 e A.18).

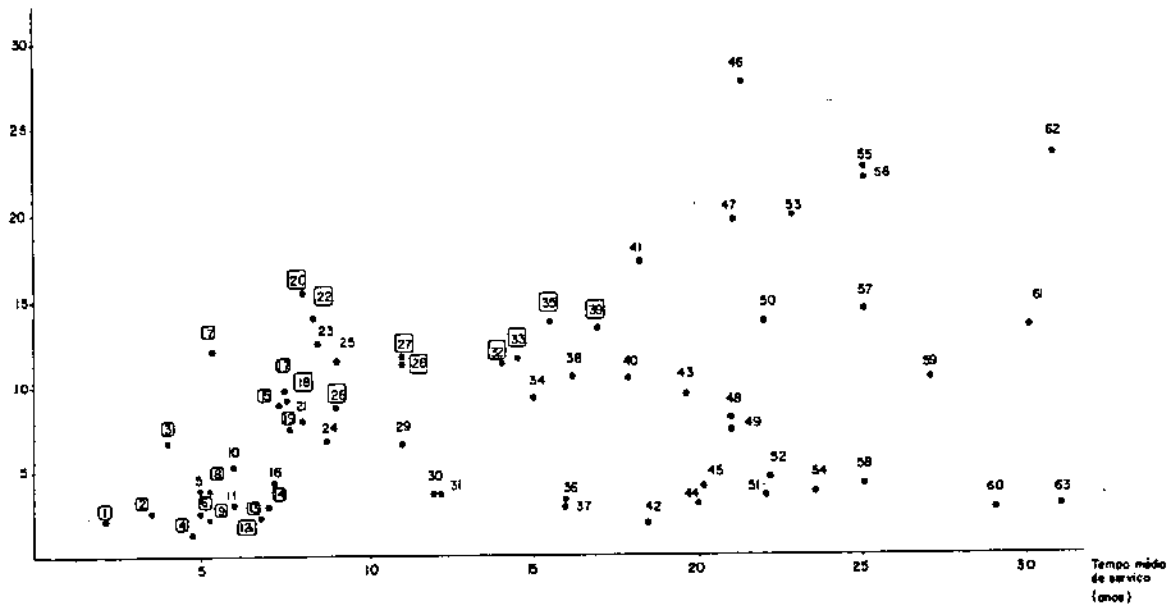
Esses dados indicam, à primeira vista, que os estatutários se encontram em melhor situação funcional que os celetistas. Porém, quando se analisam em conjunto os valores médios de salários, horas trabalhadas por semana e tempo de serviço, nota-se que a situação é diferente.

No gráfico 1, apresenta-se a posição dos cargos ocupados por estatutários e celetistas, em termos de média de salário/hora* versus tempo médio de serviço. Observa-se que abaixo de Cr\$ 5 mil/hora existem nove celetistas e quinze estatutários;

*Os valores monetários se referem a abril de 1985.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS, PARA SERVIDORES ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS, SEGUNDO A MÉDIA DE SALÁRIO/HORA E O TEMPO MÉDIO DE SERVIÇO, NA RMC-1985

Médio de Salário/hora
(mil cruzeiros)



FONTE: TABELAS A 19 E A 20.

01	Auxiliar de escritório	32	Técnico em planejamento
02	Auxiliar administrativo	33	Assistente jurídico
03	Técnico assistente	34	Assistente social
04	Servente	35	Engenheiro
05	Auxiliar de necrologista/necropcia	36	Auxiliar administrativo
06	Secretária	37	Laboratorista
07	Contador	38	Supervisor de ensino
08	Assistente administrativo	39	Técnico em sistemas de informação
09	Agente de reclusão	40	Orientador educacional
10	Datiloscopista	41	Delegado de polícia
11	Secretária	42	Servente
12	Auxiliar de serviços diversos/gerais	43	Professor
13	Assistentes de alunos	44	Motorista
14	Desenhista	45	Assistente administrativo
15	Químico	46	Promotor
16	Detetive	47	Engenheiro
17	Biólogo	48	Outro Cargo
18	Técnico em administração	49	Enfermeiro
19	Professor	50	Polícia militar - oficiais
20	Técnico em O&M	51	Auxiliar de escritório
21	Técnico em administração	52	Agente de segurança
22	Médico	53	Agente fazendário/fiscal
23	Assistente jurídico	54	Telefonista
24	Técnico em assuntos culturais	55	Médico
25	Químico	56	Advogado
26	Técnico químico	57	Assistente técnico administrativo
27	Técnico em programas educacionais	58	Almoxarife
28	Técnico em finanças	59	Bibliotecário
29	Escrivão de polícia	60	Guarda de presídio
30	Polícia militar - não oficiais	61	Economista
31	Técnico em contabilidade	62	Procurador da justiça
		63	Inspetor de ensino

os primeiros concentrados em torno de 5 anos de serviço, enquanto os últimos distribuem-se de 5 a 31 anos de serviço, recebendo o mesmo salário/hora. Na faixa de Cr\$ 5 mil/hora a Cr\$ 10 mil/hora há seis celetistas, com aproximadamente 7 anos de serviço e 8 estatutários com 6 a 21 anos. Importa notar que, na faixa de Cr\$ 15 mil/hora há apenas um celetista, técnico em O&M, tendo oito anos como servidor público e o maior salário/hora entre os celetistas pesquisados. Os estatutários de maior salário se encontram na faixa de Cr\$ 20 mil/hora a Cr\$ 30 mil/hora, com tempo de serviço entre 20 e 30 anos.

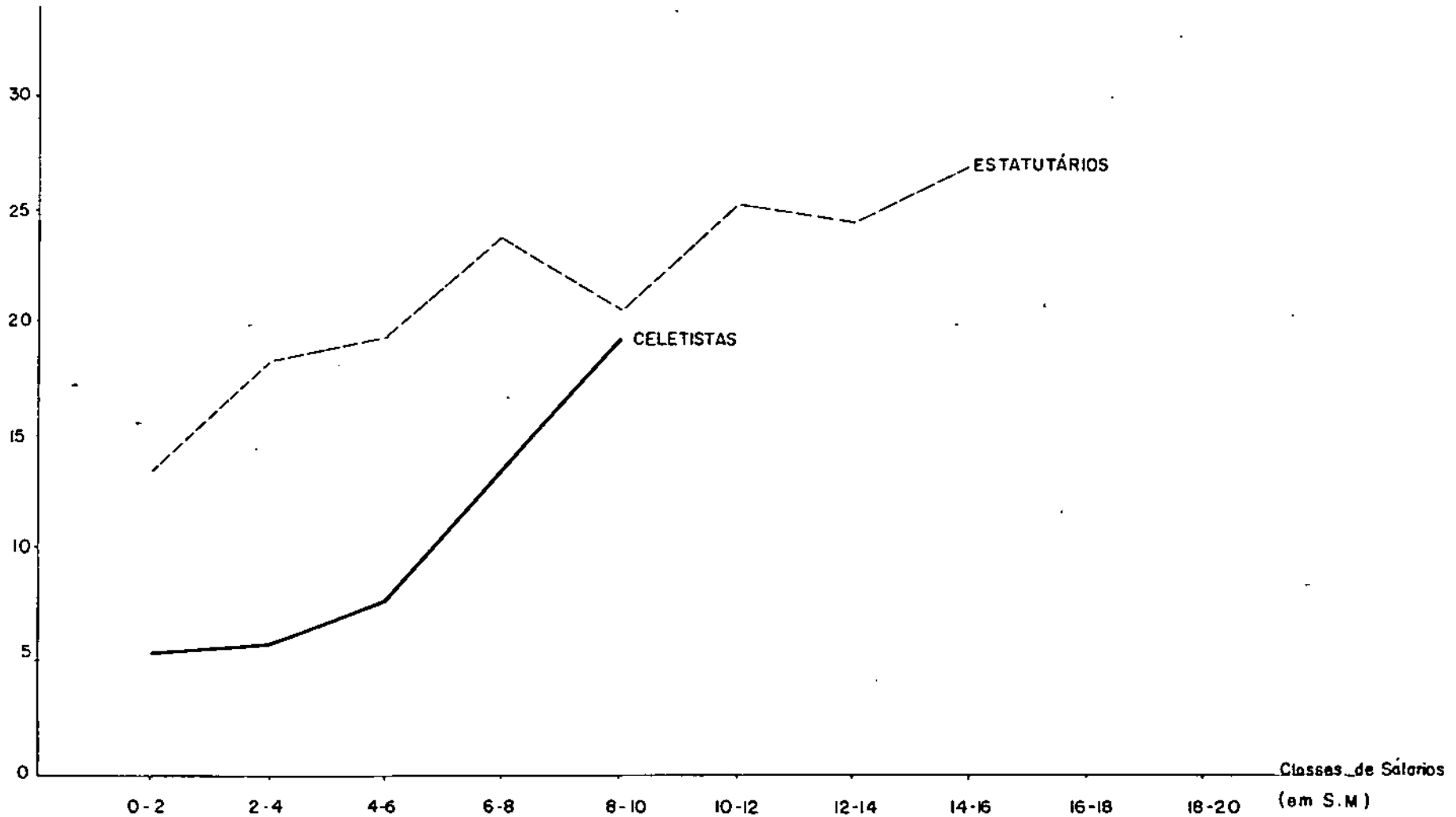
No gráfico 2, mostra-se a posição dos estatutários e celetistas, cruzando-se o tempo médio de serviço com as classes de salários. Vê-se, então, mais claramente, a diferença entre estatutários e celetistas: para as mesmas faixas salariais os primeiros têm muito mais tempo de serviço que os celetistas, ou seja, em termos relativos ao tempo de serviço, os celetistas ganham proporcionalmente mais.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS NO DOMICÍLIO

Neste item, analisam-se as características das pessoas presentes no domicílio dos servidores amostrados, especialmente as pessoas da família, e a situação específica do servidor na família e/ou domicílio. Na primeira parte, as características, segundo a condição na família, são quanto ao estado civil, sexo, situação atual de frequência à escola, à rede de ensino utilizada e ao nível de escolaridade; na segunda parte, referem-se à renda mensal, à situação de emprego e à propriedade de bens imóveis e ativos financeiros. Em ambas as partes serão desagregados os dados para servidores estatutários e celetistas, bem como para suas respec-

GRÁFICO 2 - TEMPO MÉDIO DE SERVIÇO, PARA SERVIDORES ESTATUTÁRIOS E CELETISTAS, SEGUNDO CLASSES DE SALÁRIOS, NA RMC - 1985

Tempo médio
de serviço
(em anos)



FONTE : TABELAS A 21 E A 22 .

tivas famílias e/ou pessoas presentes nos seus domicílios.

A análise de cada tipo de informação obedeceu, de um modo geral, à seguinte ordem: primeiro, dos dados referentes ao total das pessoas presentes nos domicílios dos servidores e/ou de sua família; em seguida, das peculiaridades dessas pessoas nos domicílios dos servidores celetistas e estatutários; posteriormente, os dados relativos apenas ao conjunto dos servidores; e, por último, dos servidores celetistas e estatutários.

No que se refere ao tratamento das informações aqui utilizadas, cabem algumas considerações. Do total das pessoas no domicílio (1 540), foram consideradas somente as pessoas presentes (1.522) ou 99% do total dos moradores. Nos dados relativos à renda, não foram considerados os domicílios coletivos (4). Cabe esclarecer que o número de domicílios (345), que corresponde ao número de servidores amostrados, não coincide com o número de chefes (343), porque estes foram desconsiderados nos seguintes casos:

- a) servidora amostrada que mora em convento (domicílio coletivo), não existindo, portanto, a figura do chefe de família tal como foi definido neste trabalho;
- b) chefe que é o marido da servidora amostrada, que contribui na renda familiar, mas não é morador presente, pois trabalha em outro estado.

2.2.1 Características Gerais

Do total de moradores presentes, 94% são pessoas da família (chefe, cônjuge, filhos e outros parentes) e 6% são agregados, pensionistas, empregados domésticos, parentes de empregado e outros.

A média de pessoas por domicílio é de 4,5 e as famílias

dos servidores têm em média dois filhos. Somente 20% dos domicílios têm empregada doméstica. Essa proporção é maior para os celetistas (tabela.A.23).

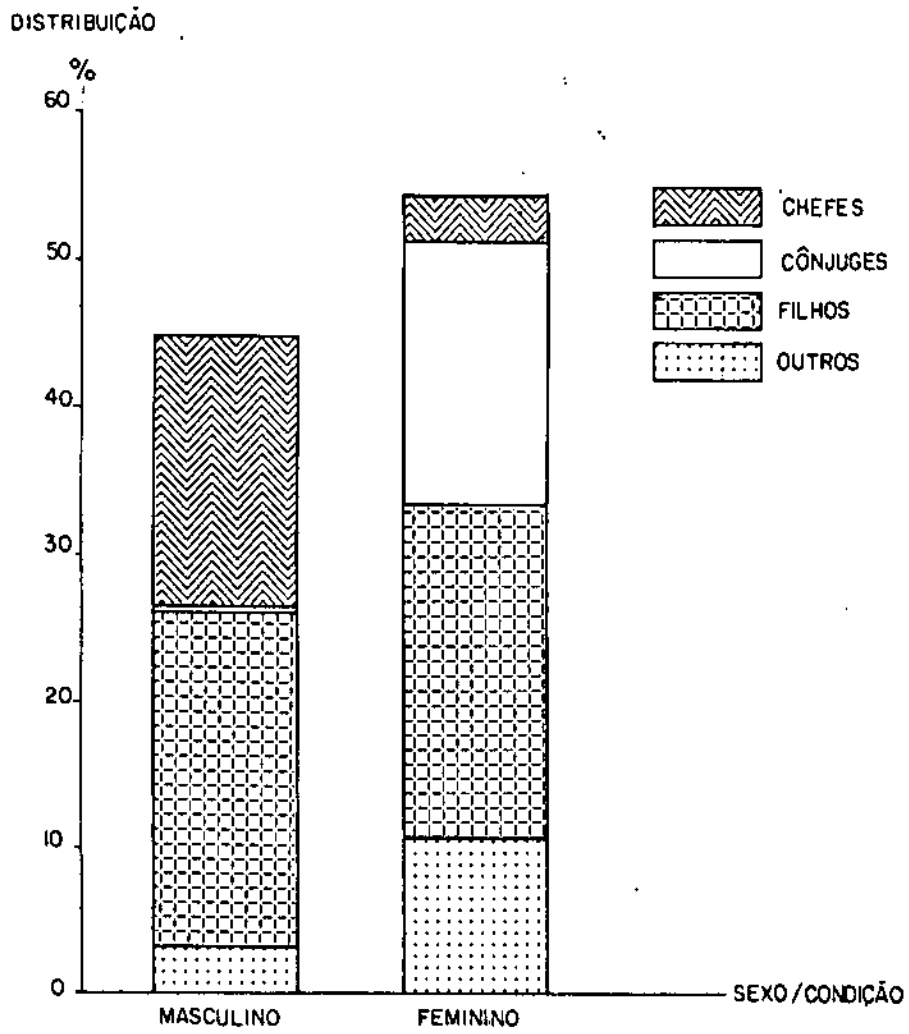
A distribuição das pessoas no domicílio por sexo é de 45% de homens e de 55% de mulheres (gráfico 3). Para o total da população urbana da RCM em 1980 essa distribuição era de 49% e 51%, respectivamente. A distribuição dos servidores amostrados por sexo é de 53% de homens e de 47% de mulheres (gráfico 4). Observando-se separadamente, segundo o regime de trabalho, nota-se que entre os celetistas o percentual é mais favorável às mulheres, o que pode ser considerado um indicador das diferenças entre esses dois grupos de servidores. Ou seja, é lógico supor que os estatutários compõem um conjunto de funcionários mais antigo que os celetistas. Nesse sentido, é compreensível que as mulheres tenham maior participação entre os celetistas, à medida que ingressaram mais recentemente no mercado de trabalho.

Considerando-se a condição na família, verifica-se que 84% dos chefes são homens e 16% mulheres. Os chefes representam 23% do total das pessoas presentes, enquanto os cônjuges 18%, os filhos 46% e os demais parentes 7% (tabela A.23).

Quanto à posição de servidor na família, em 62% dos domicílios ele é o chefe, em 25%, o cônjuge e em 10%, o filho. Verificando-se separadamente os grupos de servidores segundo seu regime de trabalho, destacam-se algumas diferenças que indicam características específicas, quais sejam: a participação do servidor como chefe e cônjuge se reduz no caso dos celetistas, aumentando significativamente, como filho. Situação inversa ocorre com os estatutários (tabela A.24).

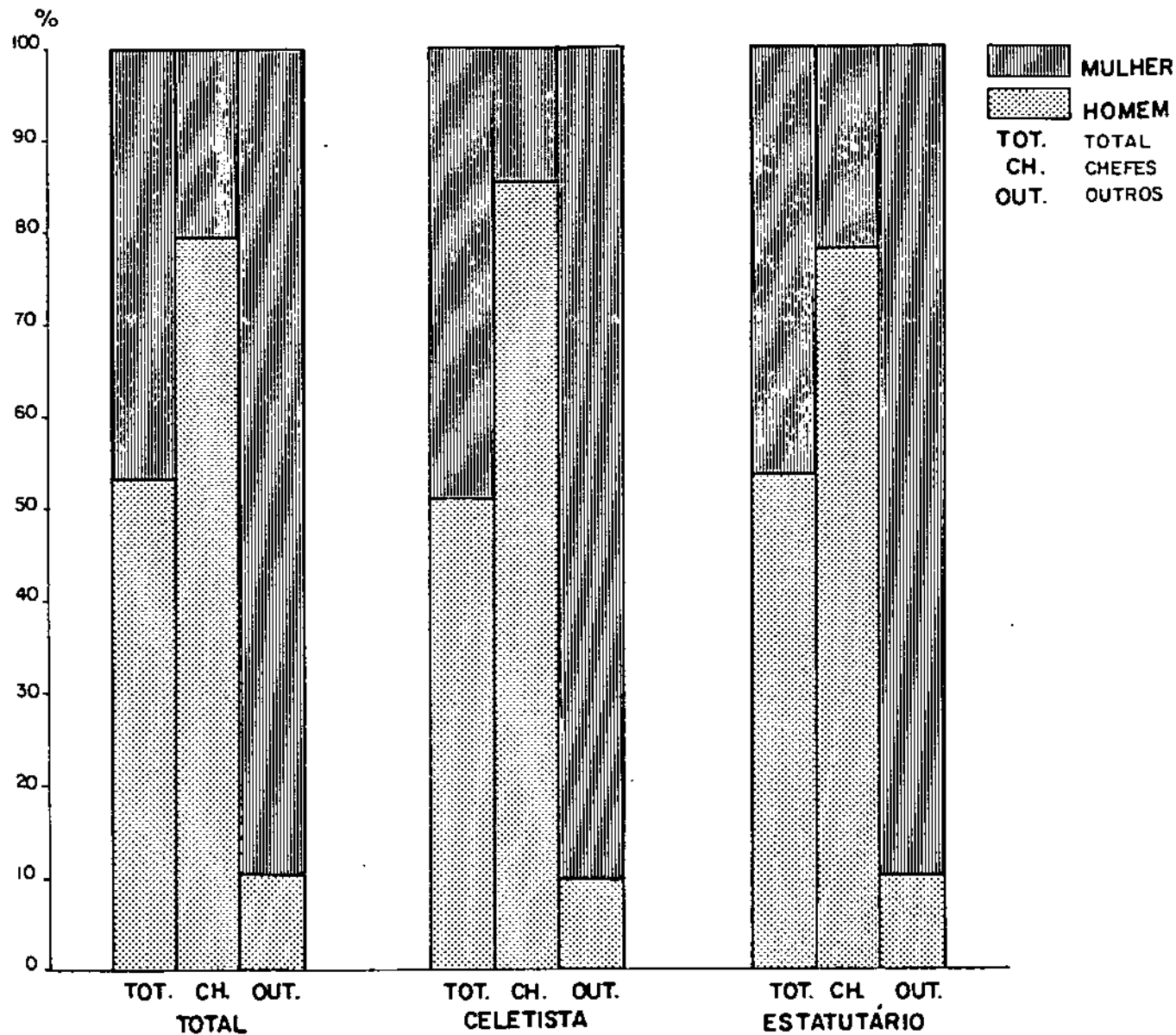
Em relação ao estado civil, do total dos moradores no

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES NO DOMICÍLIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, POR SEXO E CONDIÇÃO NA FAMÍLIA, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, CELETISTA E ESTATUTÁRIO, POR SEXO E CONDIÇÃO NA FAMÍLIA, NA RMC - 1985.



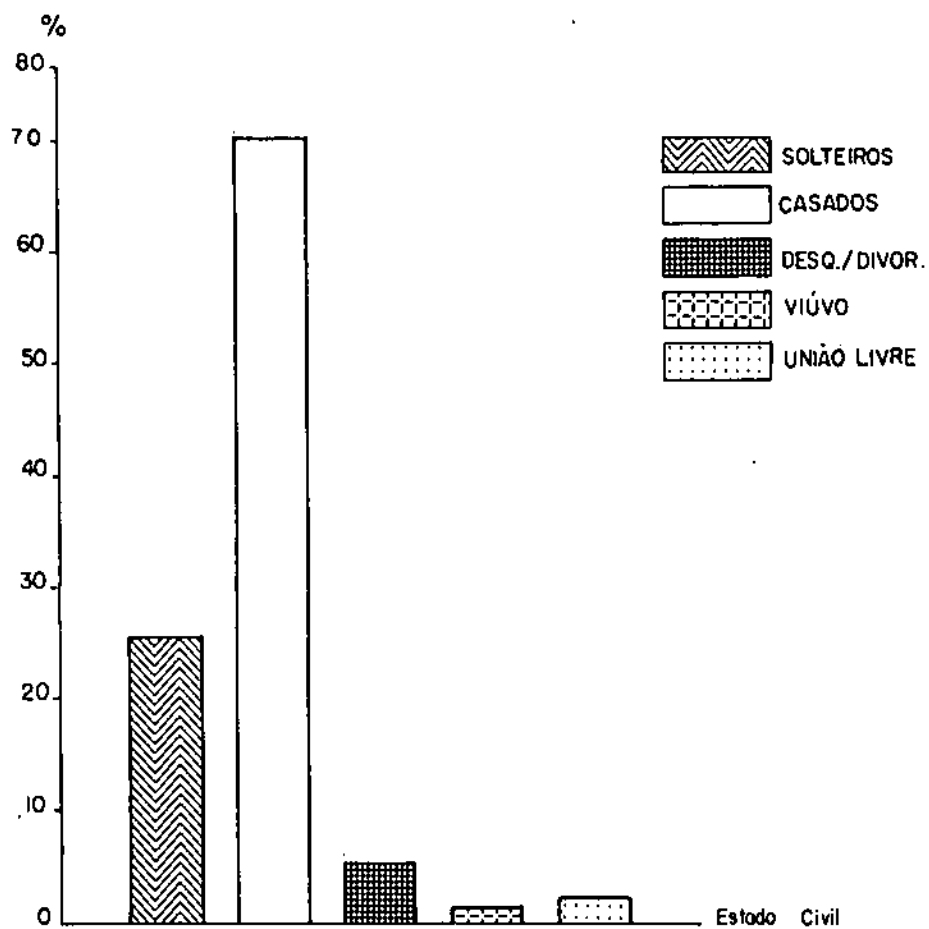
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR-1985

domicílio, observa-se que a proporção é de 57% de solteiros, 37% de casados, 2% de desquitados ou divorciados, 2% de viúvos, cerca de 1% de união livre e apenas 0,1% de separados de fato (tabela A.25). Essas proporções não se alteram significativamente para o conjunto de domicílios em que o amostrado é celetista ou estatutário (tabela A.26). O número expressivo de solteiros se deve à representatividade dos filhos no total das pessoas presentes no domicílio (45%), pois, considerando apenas os chefes, vê-se que 80% são casados e apenas 9% solteiros. Nesse caso, o percentual difere um pouco para esses dois grupos, ou seja, são solteiros 12% e 9% para o grupo dos celetistas e estatutários, respectivamente. Essa diferença resulta, provavelmente, das características desses grupos, qual seja, de estruturas de idade diferentes.

Ao se analisar apenas os servidores, têm-se 21% de solteiros, 70% de casados, 6% de desquitados ou divorciados e cerca de 3% de viúvos e união livre (gráfico 5). Segundo o regime de trabalho, verifica-se para os celetistas uma proporção maior de solteiros e menor de casados e desquitados (tabelas A.27 e A.28).

A frequência à escola apresenta situações diferentes para os moradores dos domicílios dos estatutários e celetistas. A proporção das pessoas que nunca estudaram é de 11% para celetistas e 7% para estatutários. Essa diferença novamente pode ser explicada pelas peculiaridades já mencionadas e que se estendem também para os filhos dos servidores. Apenas 12% dos filhos de servidores estatutários nunca estudaram, enquanto no caso dos celetistas, essa proporção sobe para 20%, percentual provavelmente relativo às crianças que não estão em idade escolar. Do mesmo modo, o número de filhos que frequentam a pré-

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, SEGUNDO ESTADO CIVIL, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo, JAN/ABR - 1985

escola é proporcionalmente mais significativo no caso dos celetistas. No entanto, a frequência à escola, considerado o total de pessoas, é maior entre os estatutários, principalmente pela representatividade dos filhos no conjunto de moradores. Se forem considerados os chefes e cônjuges, a frequência é maior para o conjunto dos celetistas (tabelas A.29, A.30 e A.31).

A situação do servidor pesquisado em relação à frequência à escola apresenta diferença maior para os celetistas, quando considerados os que estudam atualmente: os celetistas representam quase 15% do total, enquanto os estatutários apenas 8%. Dos servidores que são chefes, 11% estudam atualmente entre os celetistas e apenas 6% entre os estatutários. Essa diferença é um pouco menor para os servidores cônjuges. Dos servidores que são filhos, estudam numa proporção muito maior os celetistas do que os estatutários. Esse fato novamente vem reforçar a suposição inicial de uma estrutura de idade diferenciada, não existindo aparentemente outra explicação para essas diferenças (tabelas A.32, A.33 e A.34).

Quanto à rede de ensino utilizada, existem pequenas diferenças entre as pessoas presentes nos domicílios dos celetistas e dos estatutários, decorrentes também das diferenças na faixa etária, mais especificamente dos próprios servidores e dos filhos. Essas diferenças relativas à rede de ensino utilizada devem ter como referência as atribuições assumidas tradicionalmente pelas esferas municipal, estadual e federal, qual seja: a rede municipal seria responsável pelo ensino de 1º grau até a 4ª série; à rede estadual caberia até o 2º grau e a rede de ensino superior seria responsabilidade do Governo Federal. Apesar de essa não ser uma divisão rígida ou formal, corresponde ou se aproxima da realidade, embora por parte da rede de ensino estadual haja

interferência; tanto no ensino de 1º grau, de responsabilidade do município, quanto no superior, de responsabilidade da União.

Tendo-se como referência essa divisão, pode-se afirmar novamente a diferença da faixa etária entre moradores de domicílios de celetistas e de estatutários. Desse modo, na rede de ensino municipal, responsável pelo ensino de 1º grau, há uma proporção maior de celetistas (4%) do que de estatutários (3%), em relação aos respectivos totais de pessoas. Na rede estadual, responsável pelo ensino de nível médio, há uma frequência maior de estatutários do que de celetistas, ou seja, 11% para os primeiros e 7% para os demais. Na rede federal, responsável pelo ensino de nível superior, a frequência maior é de estatutários (tabelas A.35 e A.36).

Ao se considerarem apenas os que estudam atualmente, verifica-se maior participação relativa na rede de ensino particular para ambos os grupos de moradores. No entanto, para os dos domicílios de servidores celetistas, essa participação relativa é ainda maior (4%). Essa diferença é mais acentuada se forem considerados apenas os filhos (tabelas A.35 e A.36).

A análise específica do servidor quanto à rede de ensino utilizada complementa a análise realizada até o momento. A proporção dos servidores que não estudam atualmente é maior no caso dos estatutários (92%) e menor no dos celetistas (84%), quase 10% de diferença. No entanto, quando se consideram somente os que estudam verifica-se que, ao contrário do que ocorre para o conjunto dos moradores do domicílio, o servidor estatutário é o que mais frequenta a rede particular (76%); o mesmo percentual para o celetista é de apenas 55%. Se for considerado o total dos servidores, este peso relativo se altera devido à di-

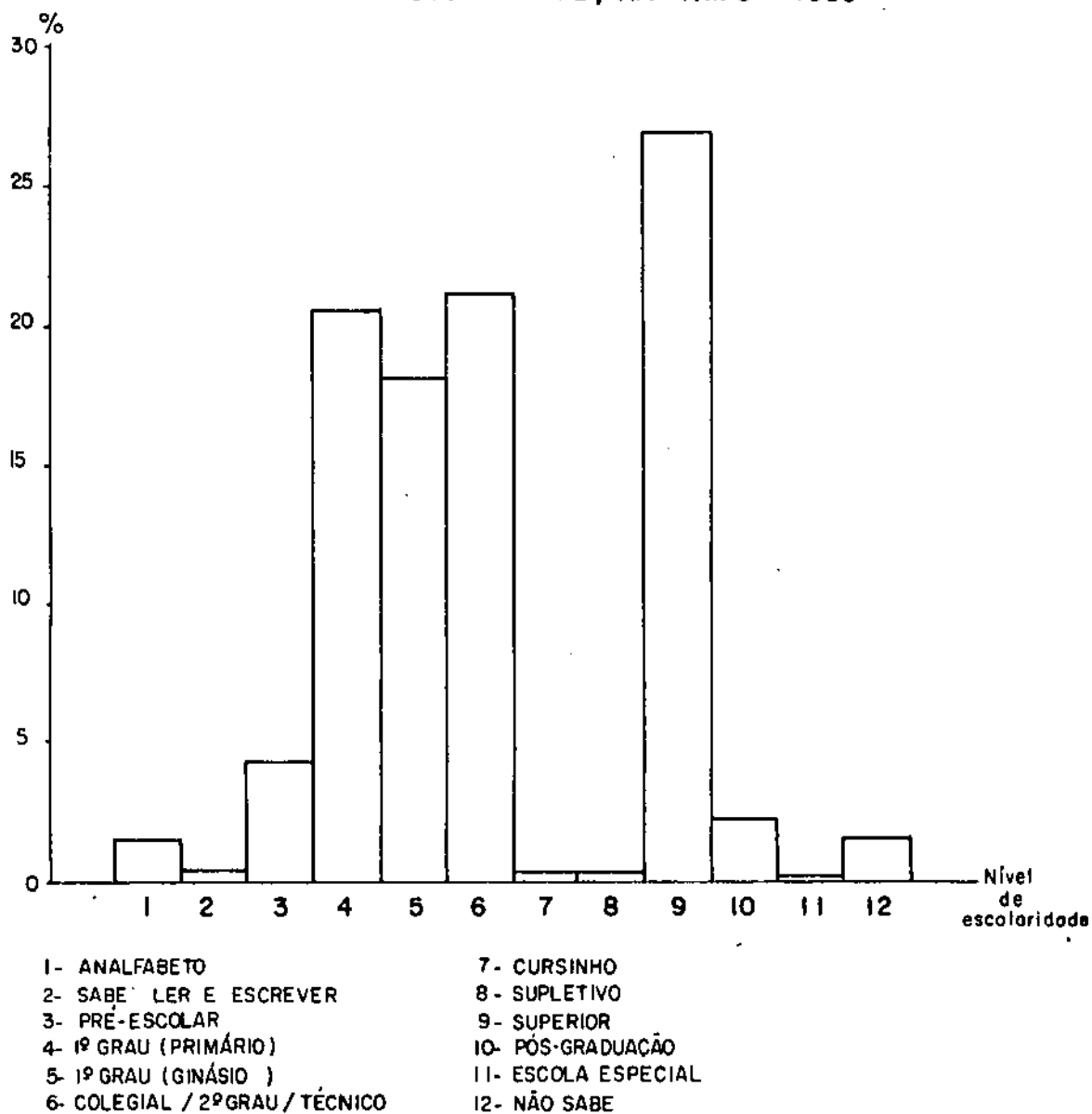
ferença proporcional dos que estudam e dos que não estudam nos dois conjuntos de servidores (tabelas A.37 e A.38).

Desagregando-se esses dados por condição na família, algumas particularidades podem ser observadas. A maior diferença relativa entre os que não estudam atualmente é para os servidores filhos: 83% estatutários e 67% celetistas. Os servidores filhos que estudam atualmente são mais representativos que os chefes e cônjuges, tanto para os celetistas quanto para estatutários (tabelas A.37 e A.38).

Quanto ao nível de escolaridade, foram consideradas somente as pessoas com idade a partir de 7 anos, pois as crianças que não estão em idade escolar, se incluídas, poderiam distorcer os resultados à medida que apareceriam como analfabetas.

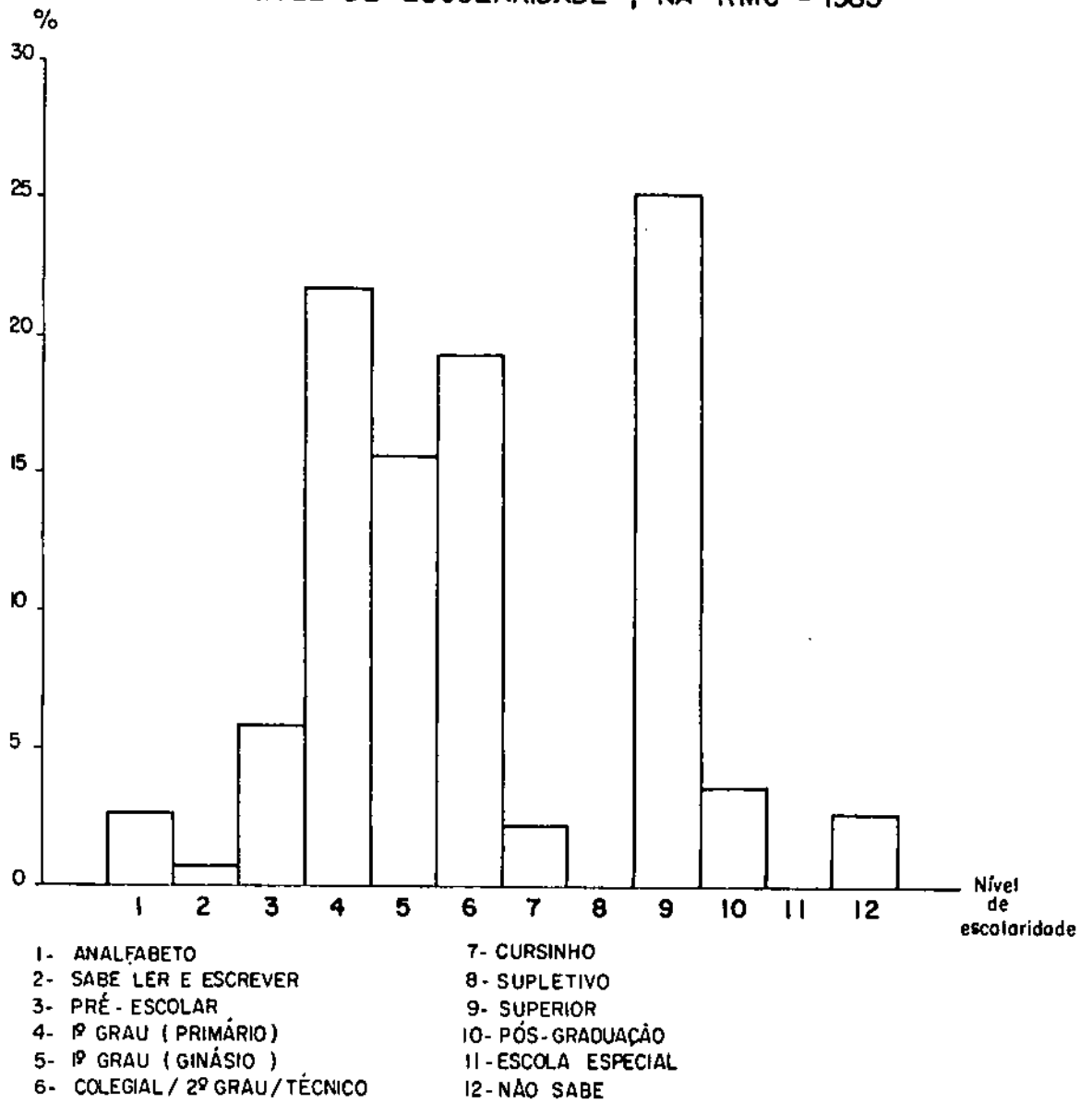
Com relação ao nível de escolaridade das pessoas presentes no domicílio, não existem diferenças significativas para os dois conjuntos de moradores. Das pequenas diferenças se destacam as seguintes: a proporção das pessoas analfabetas é maior para os celetistas (3%) do que para os estatutários (1%); a proporção das pessoas que estão no pré-escolar é maior para os celetistas (6%) do que para os estatutários (4%), o que reafirma a estrutura etária diferenciada entre os dois grupos de servidores. No entanto, para o 1º grau completo, essa diferença é favorável para os estatutários, embora o que corresponde ao primário seja mais representativo para os celetistas (tabelas A.39, A.40 e A.41). Quanto ao "cursinho", a diferença é pouco maior e favorável aos celetistas (2%), enquanto para os estatutários é de apenas 0,5%. Esse fato pode também ser explicado pela diferente estrutura etária, ou seja, os "cursinhos", embora não tão recentes, foram se tornando cada vez mais neces-

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES NO DOMICÍLIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC - 1985



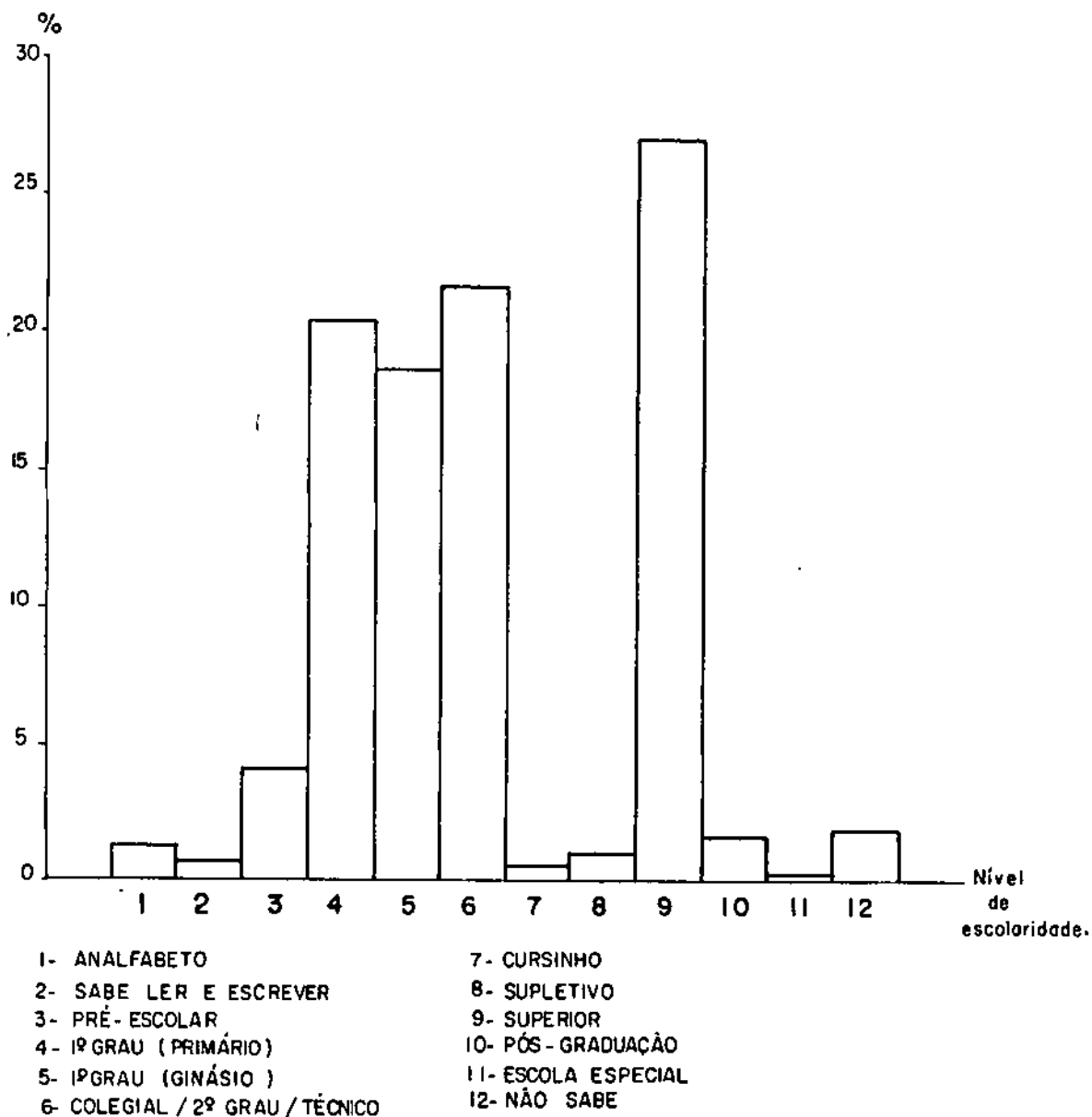
FONTE : IPARDES , Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES NO DOMICÍLIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CELETISTA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC - 1985



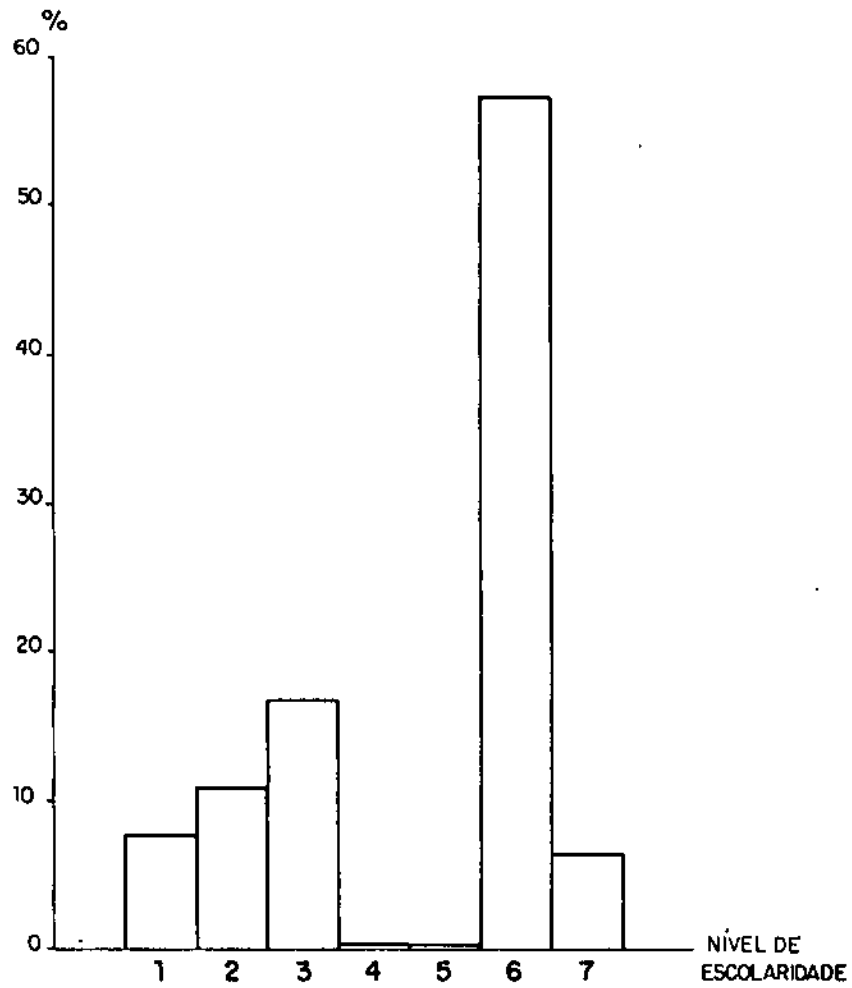
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS PRESENTES NO DOMICÍLIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL ESTATUTÁRIO, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC - 1985



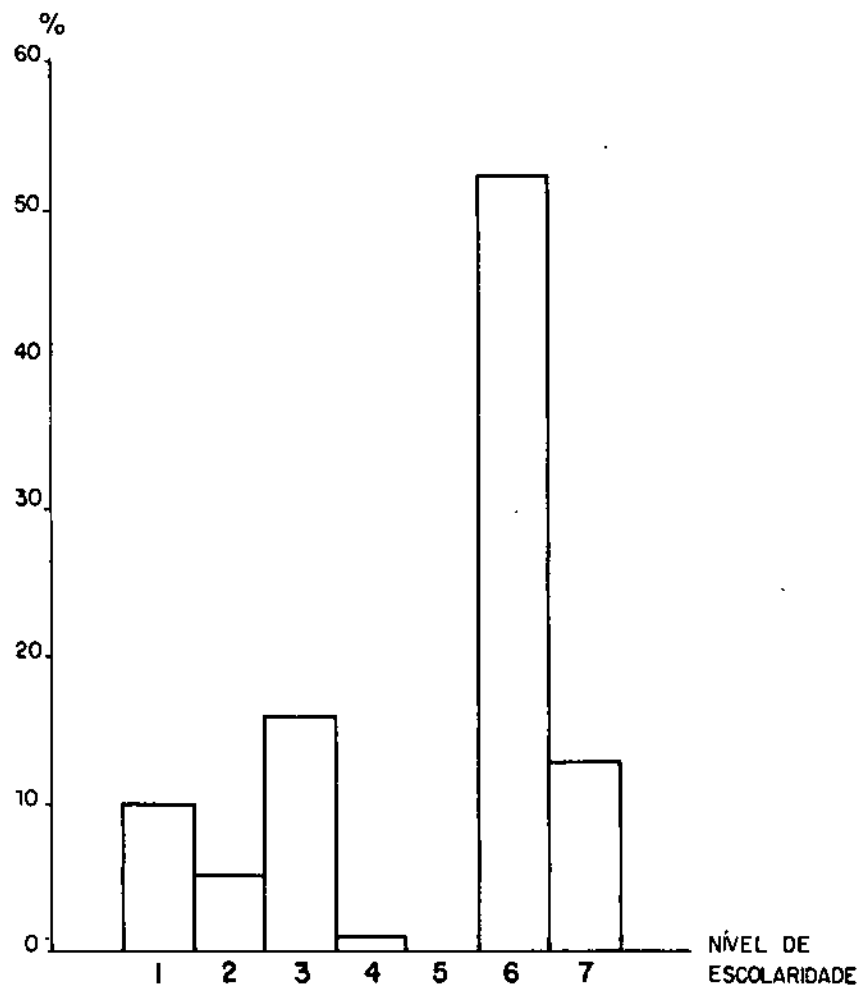
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL,
SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC -
1985.



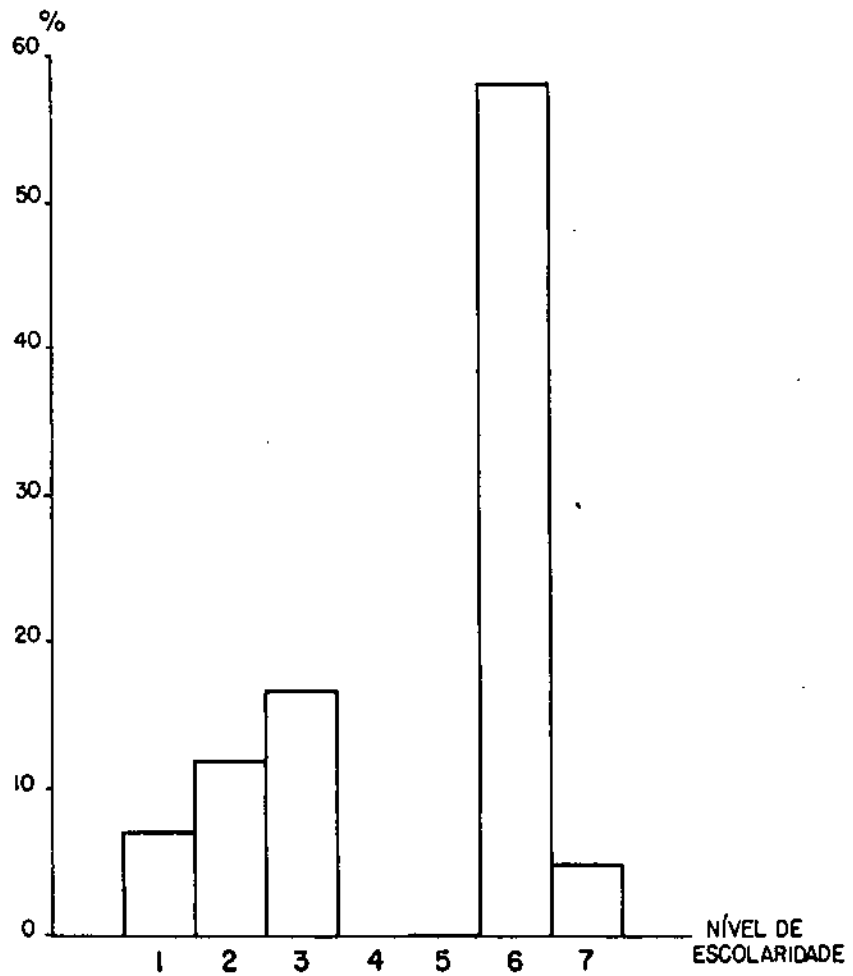
FONTE : IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN / ABR - 1985 .

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CELETISTA, SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC - 1985.



FONTE : IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

GRÁFICO II - DISTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO, ESTADUAL ESTATUTÁRIO, SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE, NA RMC - 1985.



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

sários na vida estudantil, não apenas pela unificação dos vestibulares como também pelas deficiências do ensino. No entanto, com relação ao supletivo, cabe notar que a incidência se verifica somente entre os estatutários. Quanto ao nível superior e pós-graduação, não existe diferença significativa entre as proporções populacionais ao nível de 95% de confiança,* em que o percentual é em torno de 29%. No curso superior a frequência é pouco maior entre os estatutários (28%) do que entre os celetistas (25%). Entretanto, os cursos de pós-graduação são mais freqüentados pelos celetistas. Esse fato pode estar relacionado também à estrutura etária, à medida que os cursos de pós-graduação surgiram com maior frequência em época mais recente (tabelas A.39, A.40 e A.41 e gráficos 6, 7 e 8).

O nível de escolaridade do servidor público apresenta algumas diferenças se comparadas com o do conjunto de moradores, embora entre os dois grupos também não se observem diferenças significativas.* Mesmo no 1º grau e nos anos que corresponderiam ao ginásio não ocorrem diferenças significativas* entre celetistas e estatutários: 19% e 16% para o primeiro grau e 12% e 6% para o ginásio, respectivamente.

Outro ponto que se destaca é a alta proporção de servidores com curso superior (57%). Se incluídos os que têm curso de pós-graduação, este dado sobe para 64%, o que indica um altíssimo nível de escolaridade, tanto entre os celetistas (66%) como entre os estatutários (63%) (gráficos 9, 10 e 11).

*Conforme teste de hipótese referente à diferença entre duas proporções populacionais.

Desagregando-se essas informações por condição na família, destaca-se o seguinte: os servidores celetistas chefes de família com curso superior e com pós-graduação representam 78% do total dos servidores chefes, percentual significativamente maior que para os estatutários (55%).* Cabe observar que o servidor cônjuge estatutário apresenta o maior nível de escolaridade (81%). Para os celetistas, esse percentual também é alto, 60%. Expressiva também é a incidência do curso superior e pós-graduação para os servidores que são filhos, especialmente estatutários (70%) (tabelas A.42, A.43 e A.44).

2.2.2 Características Quanto à Renda e Emprego

Quanto à situação de emprego consideraram-se, do total das pessoas presentes nos domicílios dos servidores, apenas aquelas que correspondem à População Economicamente Ativa - PIA -, ou seja, as pessoas com 10 anos ou mais.

Desse modo, da PIA das famílias que compõem a amostra, observa-se uma situação particular para cada um dos grupos de domicílios. Enquanto para os domicílios dos servidores estatutários amostrados existe maior representatividade de pessoas que não trabalham atualmente (43%), para os dos celetistas esse percentual é de apenas 34%. Assim, as pessoas presentes nos domicílios dos servidores celetistas pesquisados participam proporcionalmente mais no mercado de trabalho que o conjunto de pessoas dos domicílios de estatutários (tabela A.45).

Desagregando-se esses dados por condição na família,

*Conforme teste de hipótese referente à diferença entre duas proporções populacionais.

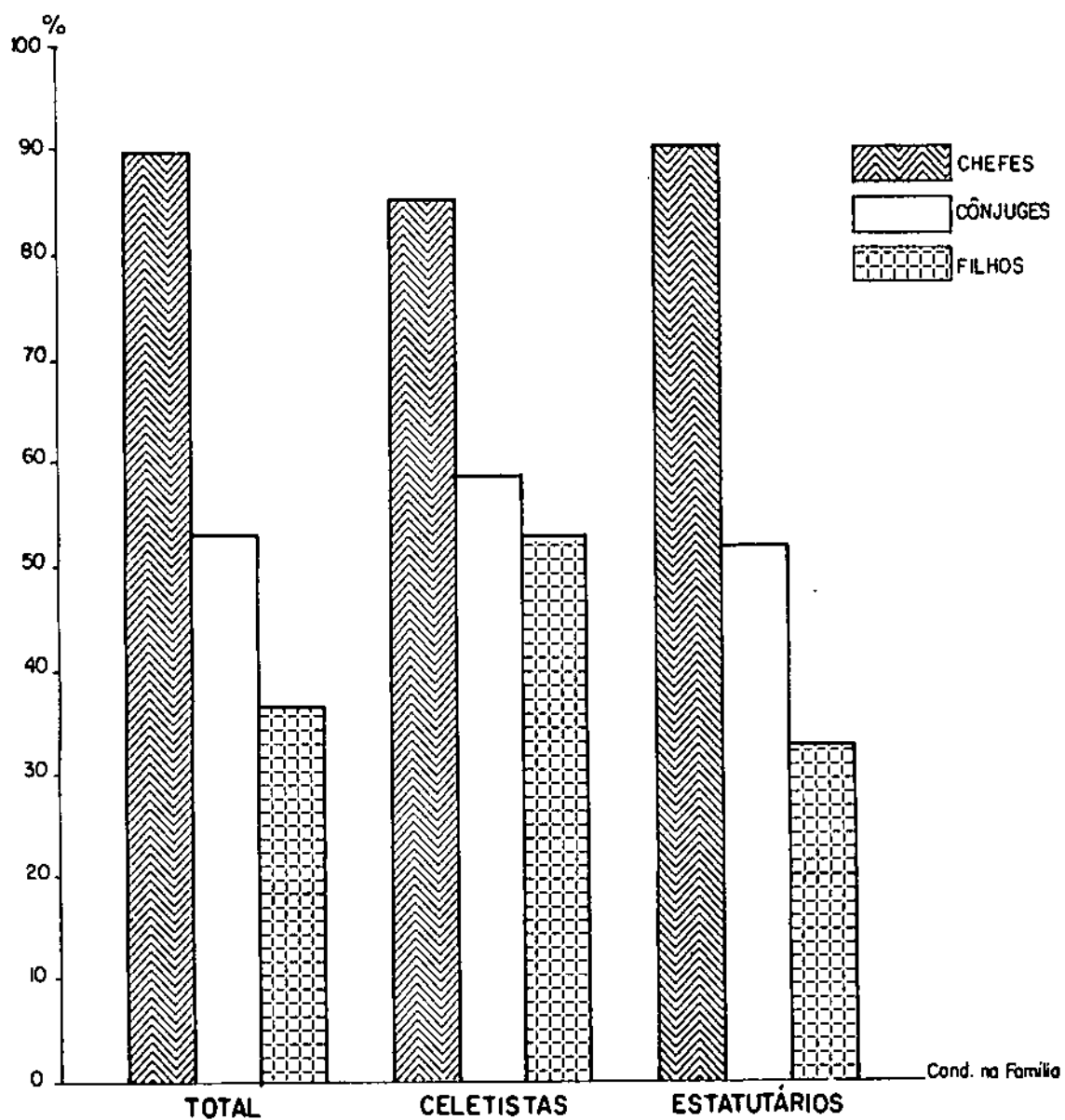
destaca-se a situação de emprego do chefe que não trabalha atualmente, proporcionalmente bem maior para os celetistas (15%) do que para os estatutários (9%). Nesse caso, ao contrário do que demonstram os dados do conjunto de pessoas, os chefes dos domicílios dos servidores estatutários estão mais integrados no mercado de trabalho que os dos celetistas. Note-se que essa situação se inverte para as pessoas cônjuges e filhos, que acompanham a tendência do conjunto das pessoas - 42% dos cônjuges e 47% dos filhos não trabalhavam à época da pesquisa nos domicílios dos celetistas e 48% e 66%, respectivamente, nos domicílios dos estatutários.

Cabe ressaltar a diferença de participação no mercado de trabalho dos filhos dos dois grupos de moradores: 53% dos filhos dos domicílios dos celetistas trabalhavam à época da pesquisa, enquanto para os dos estatutários a participação era de apenas 34%.

Também se observa esse quadro na participação segundo a condição na família dos que trabalhavam ou não à época da pesquisa. Ou seja, do total das pessoas dos domicílios dos estatutários que não trabalhavam, 6% era chefe, 25% cônjuge e 55% filho; dos domicílios dos celetistas, estes percentuais são de 13%, 30% e 39%, respectivamente. Destaca-se, portanto, a situação diferenciada dos chefes e filhos dos dois grupos de moradores (tabela A.46 e gráfico 12).

Em relação à posse de bens, observa-se que a maioria das pessoas moradoras (63%) não possui qualquer tipo de imóvel ou ativo financeiro (tabelas A.47, A.48 e A.49); dos que possuem, a maior frequência se verifica em poupança, sendo 33% para as pessoas de domicílios de celetistas e 28% para pessoas de

GRÁFICO 12 - SITUAÇÃO DE EMPREGO DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA, PRESENTES NO DOMICÍLIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, CELETISTA E ESTATUTÁRIO, SEGUNDO CONDIÇÃO NA FAMÍLIA, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

domicílios de estatutários. A seguir, a maior incidência é da posse de terrenos, sendo também mais representativa para o conjunto dos celetistas (12%) do que para os estatutários (10%) (tabelas A.47, A.48 e A.49).

A terceira maior frequência é da posse de casa,* apresentando diferenças entre estatutários e celetistas (6%). Somando-se as casas e apartamentos, têm-se 10% para celetistas e 9% para estatutários. Estas frequências quanto ao tipo de propriedade se apresentam na mesma ordem, tanto para o total dos chefes como para o dos cônjuges, ou seja, primeiro a poupança, segundo o terreno e terceiro a casa. Para os filhos, somente a poupança apresenta frequência mais significativa, à medida que a maioria não possui nenhum tipo de imóvel. Nesse sentido, do total da incidência em poupança, a maior proporção corresponde aos filhos (tabelas A.50, A.51 e A.52).

Quanto aos demais tipos de ativos ou propriedades, o maior número de incidências ocorre entre os chefes da família: 65% dos terrenos, 63% das casas, 67% dos apartamentos, 63% das chácaras, e 56% dos fundos mútuos. No que se refere à propriedade de barcos, lojas, fazendas, etc.,** a maior incidência divide-se entre os chefes e os cônjuges.

Considerando-se apenas os servidores, a análise praticamente não se altera. Ou seja, a ordem das maiores incidências por tipo de propriedade é a mesma: em primeiro lugar a poupança, com 48%, em segundo os terrenos, 32%, e em terceiro as casas,

*Note-se que não foi computado no item 14 do Quadro III do formulário onde o servidor residia e sim aquelas que eram próprias, além dessa.

**Esses tipos de bens foram computados no item "outros".

com 17% ou casas e apartamentos, com 25%. Somente no caso do servidor chefe se verifica participação maior no total de incidências em poupanças (64%), ao contrário do que ocorre para o total das pessoas moradoras, em que a maior participação é a dos filhos. Nos demais tipos de ativos financeiros, a participação mais expressiva também é a do servidor chefe, sempre acima de 50% (tabelas A.53, A.54 e A.55). Essa concentração de propriedades para o servidor chefe é mais marcante para os celetistas. Entre os estatutários, há maior participação dos servidores cônjuges (tabelas A.56, A.57 e A.58).

No que se refere à distribuição por classe de salários, observa-se uma desvantagem para os celetistas que ganham até 2 salários mínimos. Isto é, do total dos celetistas, a participação é de quase 45% e dos estatutários apenas 20%. Na faixa de 2 a 4 salários mínimos, a situação se inverte, concentram-se 10% dos celetistas e 45% dos estatutários. Na faixa de até 8 salários mínimos está a grande maioria dos servidores celetistas amostrados (94%). Note-se que não ocorre nenhuma incidência desses servidores nas faixas acima de 10 salários mínimos. Essa concentração para os estatutários se estende até 14 salários mínimos (96%), estando os demais (4%) distribuídos nas faixas seguintes (até mais de 20 salários mínimos) (tabelas A.59, A.60 e A.61).

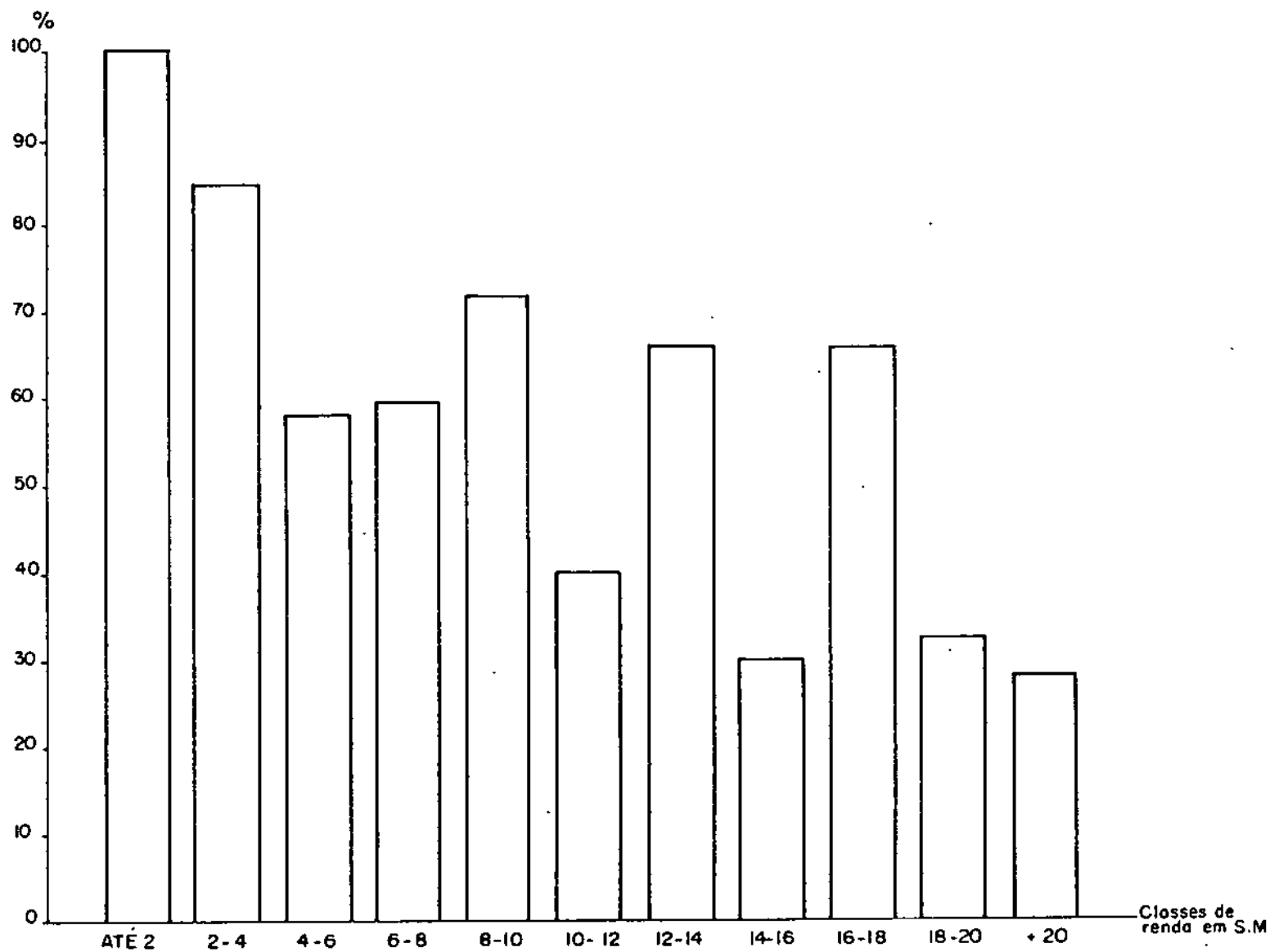
Diante dessas informações, vê-se que a situação salarial dos celetistas é sensivelmente mais precária que a dos estatutários. Isto pode ser explicado, por um lado, pelas conquistas que os estatutários obtiveram do atual Governo com o provimento de cargo por ascensão, a semestralidade e o abono; por outro, pela estrutura etária diferenciada para os dois grupos de servidores.

Através da relação entre as variáveis renda e salário do servidor, pode-se perceber em quanto o salário do servidor compõe a sua própria renda. Dos servidores celetistas na faixa de renda de 2 a 4 salários mínimos, apenas 36% estão na mesma faixa salarial; os demais (64%), portanto, possuem outras fontes de renda. Para os estatutários da mesma faixa salarial, apenas 11% possuem outra fonte de renda. Nas faixas de 4 a 6 salários mínimos, a situação se inverte, ou seja, passa a ser mais vantajosa para os celetistas, que complementam sua renda com 17%. Para os estatutários nas faixas de 4 a 6 e de 6 a 8 salários mínimos, a complementação é de 48% e 55%, respectivamente. No entanto, para as faixas seguintes fica evidente a desvantagem em termos salariais do servidor celetista. Isso significa que aqueles que estão nas faixas de renda familiar mais altas têm buscado uma complementação dos seus salários, com outro emprego ou outro tipo de rendimento, muito mais frequentemente que o estatutário (tabelas A.59, A.60 e A.61 e gráficos 13, 14 e 15). Pode-se supor que isso resulte do fato de o estatutário não necessitar tanto de uma complementação de renda por já se encontrar em faixas salariais satisfatórias.

As características quanto ao nível de renda familiar servem como indicador do padrão de vida do amostrado, ou seja, a forma como ele mora ou como ele vive depende fundamentalmente do nível de renda familiar no qual ele está inserido. Desse modo, mesmo que o servidor tenha um salário baixo, como no caso do servidor filho, por exemplo, seu padrão de vida será, em última instância, referência da renda familiar.

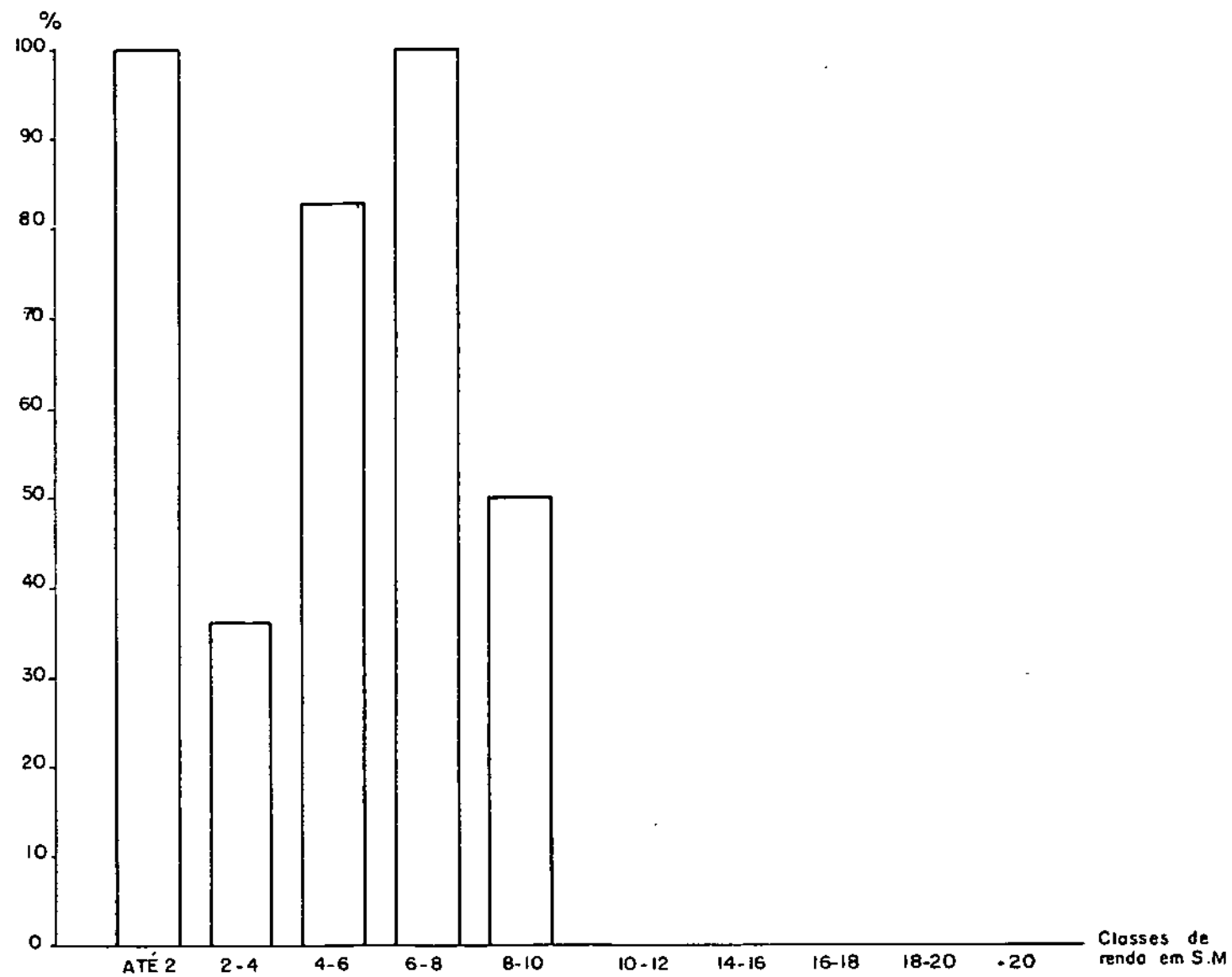
Observando-se a distribuição dos servidores por faixa de renda familiar mensal, as diferenças entre os servidores esta-

GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL NO TOTAL DO SEU RENDIMENTO, NA RMC - 1985



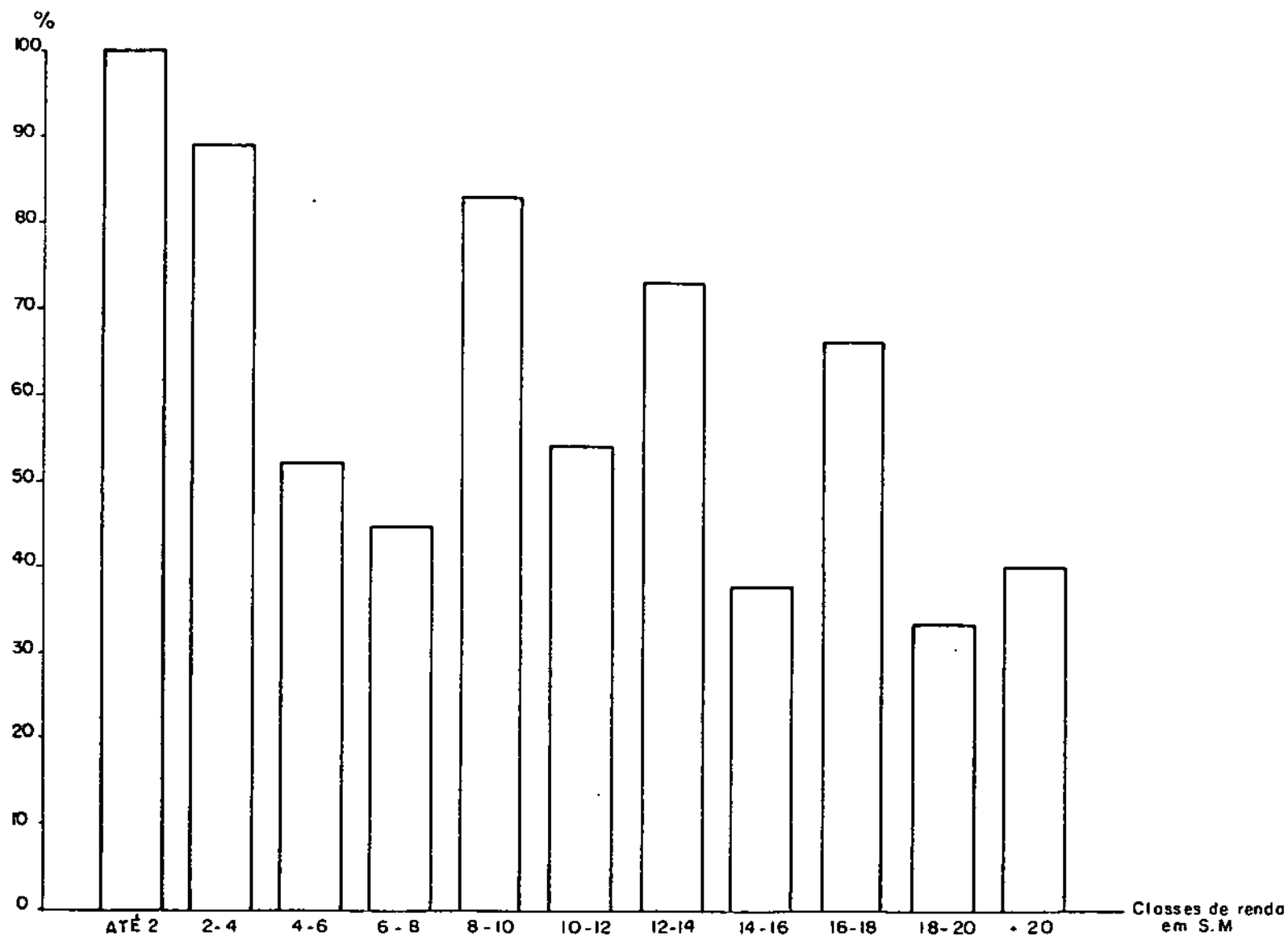
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CELETISTA NO TOTAL DO SEU RENDIMENTO, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

GRÁFICO 15 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL ESTATUTÁRIO NO TOTAL DO SEU RENDIMENTO, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

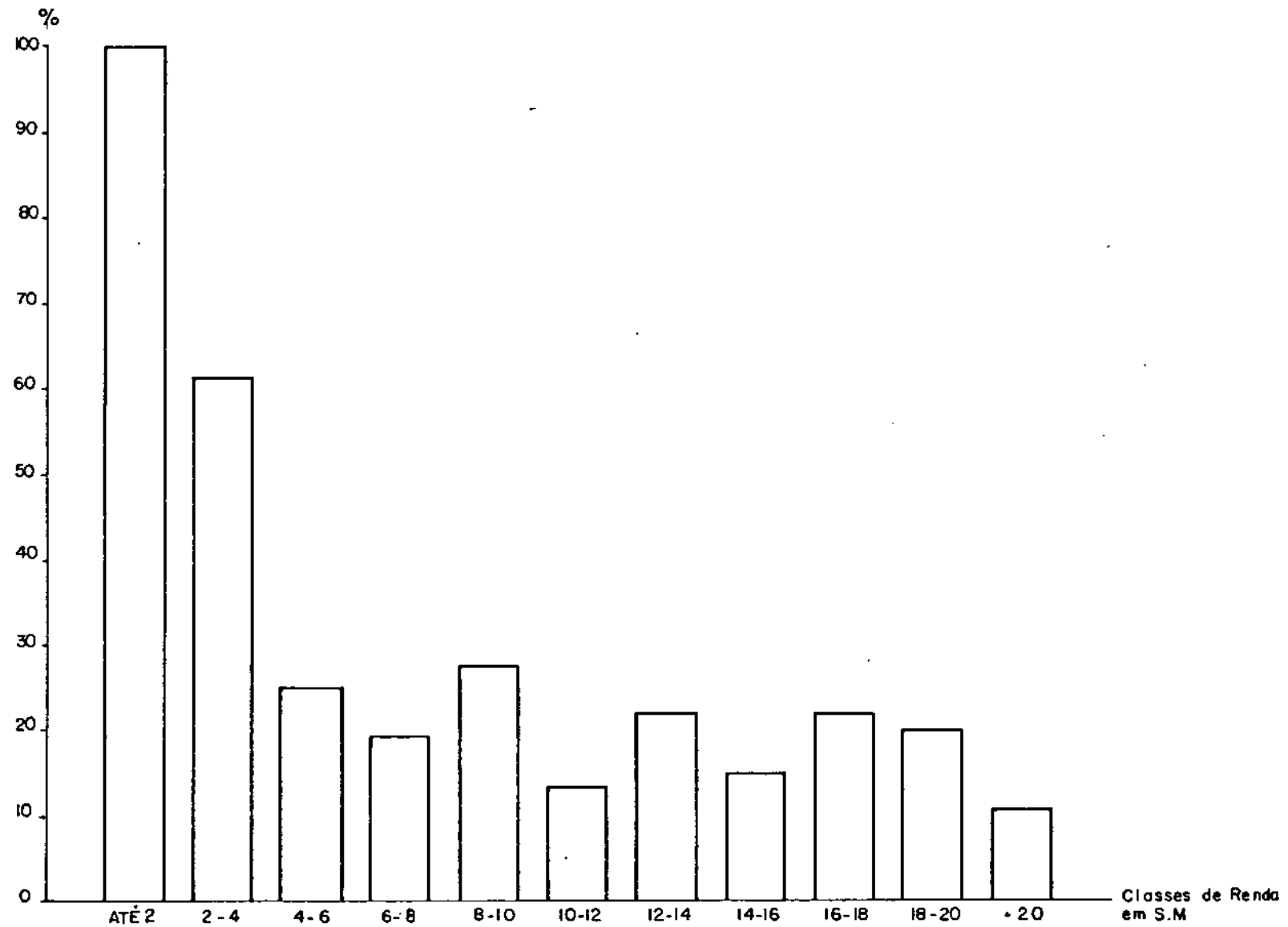
tutários e celetistas diminuem: 31% dos celetistas e 25% dos estatutários se concentram na faixa de renda de até 4 salários mínimos. Essa tendência se inverte a partir da faixa de 6 salários mínimos, na qual a concentração se iguala em 43%. O restante, portanto, 46% dos celetistas e 52% dos estatutários, se encontra entre as faixas de 6 a 20 salários mínimos (tabelas A.62, A.63 e A.64).

Pode-se observar como o amostrado contribui para a renda familiar enquanto servidor, ou como ele migra de sua faixa salarial para faixas de renda familiar mais altas (tabelas A.62, A.63 e A.64). Dos servidores que estão na faixa de renda familiar de 2 a 4 salários mínimos, apenas 7% dos celetistas se encontram nesta faixa, enquanto para os estatutários o percentual sobe para 76%. Nas demais faixas há uma variação significativa para os dois conjuntos de servidores, e, como é natural, vai diminuindo sua contribuição para a formação da renda familiar nas faixas mais altas. De um modo geral, os celetistas migram muito mais para rendas familiares mais altas e se concentram em níveis salariais mais baixos do que os estatutários (gráficos 16, 17 e 18).

Para precisar melhor as condições de vida da família do servidor, calculou-se a renda per capita familiar: 81% dos servidores se concentram em rendas per capita de até 3,3 salários mínimos, 69% em até 2,5 salários mínimos e 33% em até 1,3 salários mínimos. Essas informações, se desagregadas, demonstram uma situação mais favorável aos servidores estatutários (tabelas A.65 a A.70).

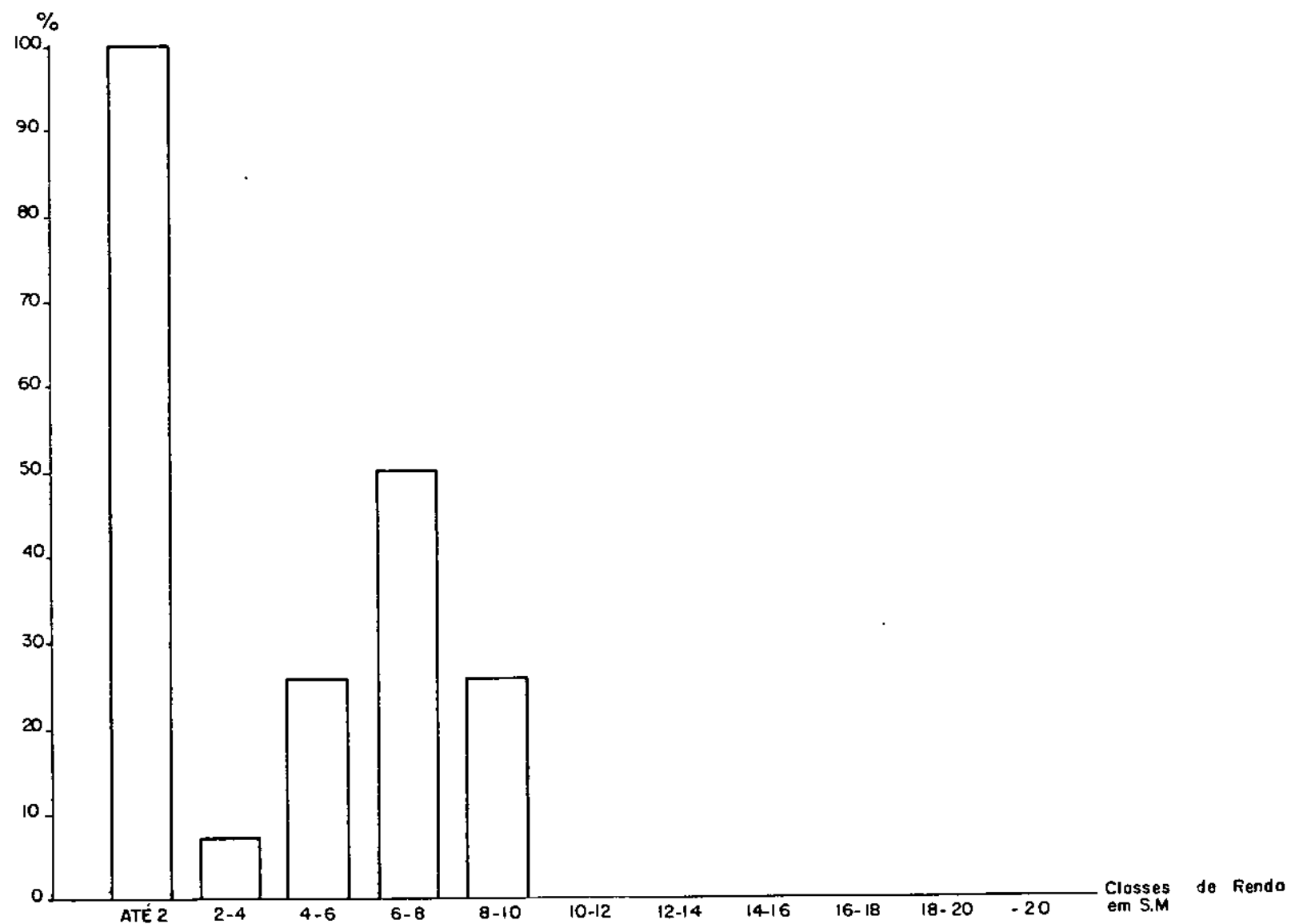
Comparando-se essa distribuição com a renda familiar, percebe-se que há correlação entre essas variáveis até a faixa de

GRÁFICO 16 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL NO TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL, NA RMC - 1985



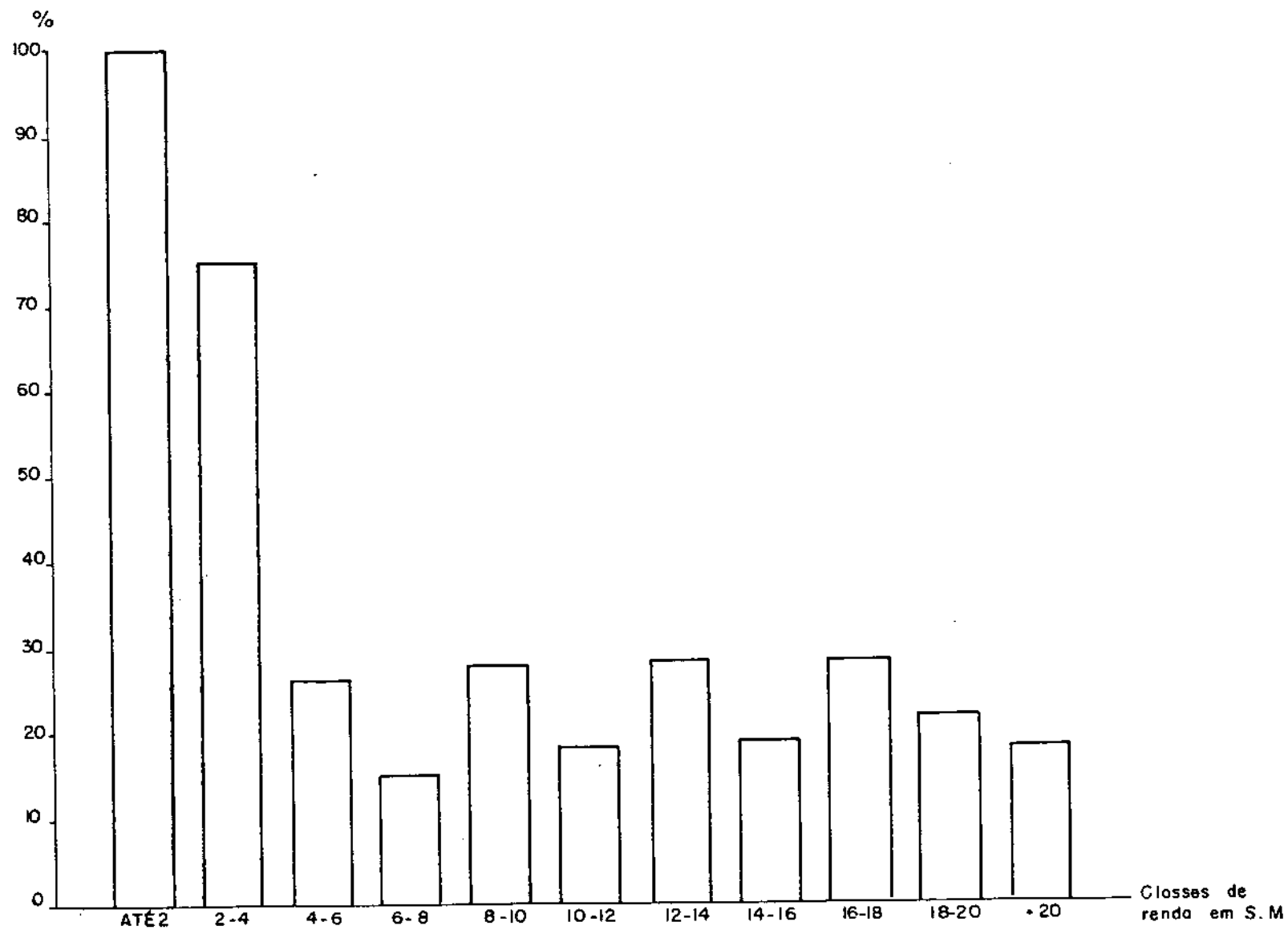
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR 1985.

GRÁFICO 17 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CELETISTA NO TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

GRÁFICO 18 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL ESTATUTÁRIO NO TOTAL DA RENDA FAMILIAR MENSAL, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

16 salários mínimos ou de renda per capita até 3,5 salários mínimos, ou seja, quanto maior a renda per capita, maior a classe de renda. Ocorre uma dispersão para as faixas de renda familiar e de renda per capita mais altas, situação semelhante, tanto para celetistas quanto para estatutários.

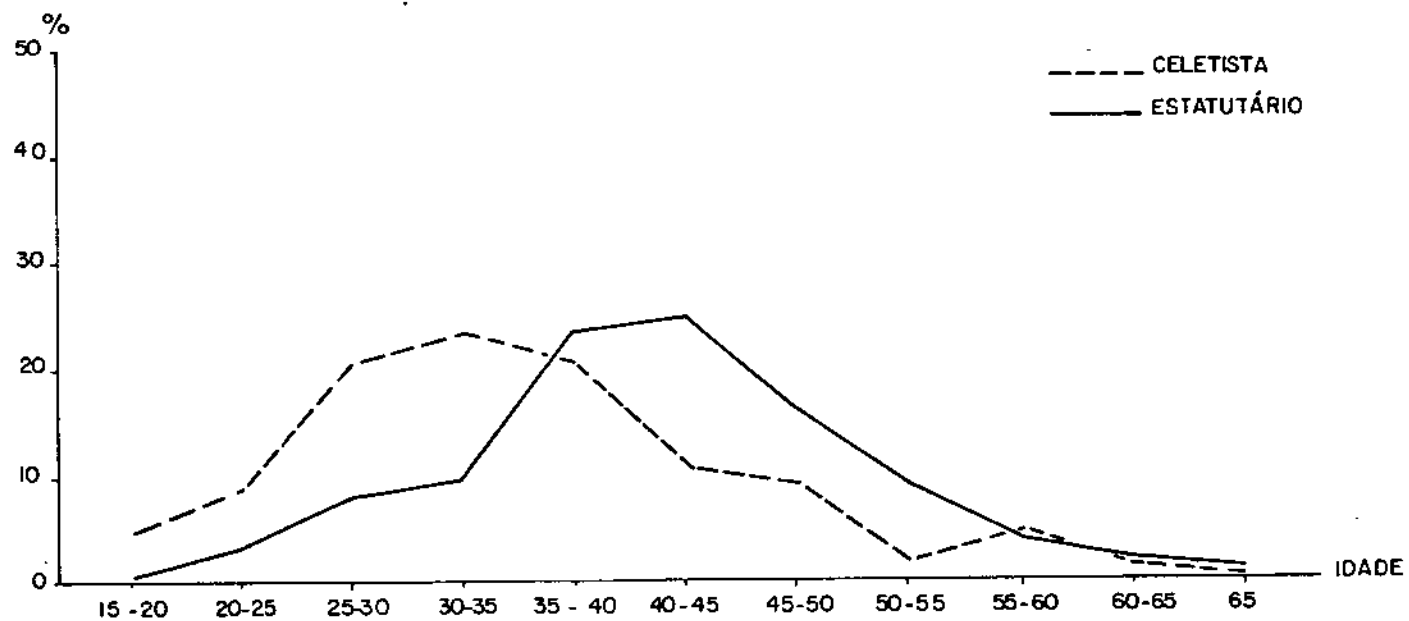
A distribuição do servidor por idade confirma a suposição inicial de estruturas etárias diferenciadas para celetistas e estatutários; a maior concentração dos celetistas ocorre entre 25 e 40 anos (68%) e dos estatutários, entre 35 a 40 anos (48%); 85% dos celetistas estão entre 20 e 45 anos e 73% dos estatutários entre 30 e 50 anos (tabelas A.74, A.75 e A.76 e gráfico 19). Para os dois conjuntos de servidores observa-se que há certa correlação entre idade e renda.

No entanto, a relação salário do servidor e nível de escolaridade não apresenta praticamente nenhuma correlação, exceto para as duas primeiras faixas salariais, nas quais há maior concentração de servidores com menor nível de escolaridade. Cabe destacar que há uma incidência bastante acentuada dos que ganham até 2 salários mínimos com curso médio (colegial, 2º grau ou técnico), tanto para os celetistas quanto para os estatutários. Chama atenção também o número significativo de servidores com curso superior distribuídos praticamente em todas as faixas de salários (tabelas A.77, A.78 e A.79).

2.3 CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

Neste item, analisam-se todos os aspectos referentes às condições de moradia dos servidores públicos. Inicialmente, tem-se uma breve caracterização dos domicílios e, em seguida, uma avaliação da adequação das condições residenciais, através de

GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CELETISTA E ESTATUTÁRIO, POR FAIXA ETÁRIA, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

indicadores especialmente elaborados para esta análise.

A partir da amostra, observa-se que, do total dos 345 servidores pesquisados, cerca de 99% reside em domicílios particulares. Há um pesquisado que mora em cômodo alugado e quatro em domicílios coletivos (pensão, colégio, república, etc.). Para compor a análise referente às características dos domicílios, esses quatro últimos pesquisados - cuja renda mensal familiar não ultrapassa a 4 salários mínimos - não foram considerados, visto que, pela própria estrutura do formulário, são tratados aqui apenas os domicílios particulares (tabela A.80).

Analisando-se, portanto, os 341 domicílios que passam a compor a amostra desta parte do trabalho, verifica-se que, quanto ao tempo de residência no domicílio, 43% dos amostrados residem há mais de seis anos, enquanto 57% do total reside em seus domicílios por um período inferior a este. Essa situação não sofre alterações, quer se considere os estatutários, quer os celetistas (tabela A.81).

Ao se considerar a condição de ocupação dos domicílios quanto à sua propriedade, observa-se que 21% são alugados, dos quais 17% relativos aos estatutários e 4% aos celetistas (tabela A.82). Esses domicílios alugados correspondem a 21% e 22% do total de domicílios dos servidores estatutários e celetistas, respectivamente (tabela A.83).

Cabe notar que dos que pagam aluguel, praticamente 80% dos servidores amostrados gastavam até 1,2 salários mínimos, ou seja, até Cr\$ 200 mil, para valores de abril de 1985 (tabela A.84). Esses aluguéis são pagos predominantemente ao proprietário do imóvel (48%) e às imobiliárias (45%) (tabela A.85).

Quanto ao grau de comprometimento da renda familiar com

o pagamento de alugueis, dos servidores que pagam aluguel, a maioria, ou seja, 77%, compromete sua renda em até 10%, e o máximo de comprometimento verificado é de 30%. Verifica-se ainda que os maiores índices de comprometimento estão associados exatamente às famílias de menor nível de renda, isto é, com rendimento mensal familiar de até 4 salários mínimos (tabela A.86).

Encontrou-se também um percentual de 3% dos domicílios pesquisados na categoria de cedidos, sendo 2% dos estatutários e 1% dos celetistas (tabela A.82).

Os demais domicílios (76%) são próprios, distinguindo-se aí duas categorias: aqueles domicílios próprios do servidor (62%) e aqueles próprios de outra pessoa da família (14%). Essas proporções se mantêm para os estatutários (64% e 13%, respectivamente), enquanto para os celetistas a proporção de domicílios próprios de outra pessoa da família chega a atingir 21% (tabela A.83). Na verdade, esse índice revela uma peculiaridade dos celetistas amostrados, estes são mais jovens que os estatutários e, em maior proporção, são membros e não chefes de famílias, conforme mostra a análise no item 2.2.

No que se refere à idade do imóvel, verifica-se que 53% do total dos domicílios próprios têm até 10 anos, o mesmo acontecendo com 55% dos domicílios de estatutários e 44% dos de celetistas (tabela A.87).

Desses domicílios próprios, são predominantes aqueles comprados acabados (54%) e os construídos por terceiros (23%). As demais formas de aquisição - herdados, comprados em construção, construídos por mão-de-obra familiar e/ou mutirão - atingem, em conjunto, 23% do total. Não há diferenças significativas nessas proporções quando se considera especificamente quer

os estatutários, quer os celetistas (tabela A.88).

Além disso, com relação aos domicílios próprios, tem-se que 43% estão ainda em pagamento e que 53% integralmente pagos (tabela A.89).

Considerando-se, entretanto, os domicílios próprios do servidor que estão integralmente pagos, chega-se a um montante de aproximadamente 30% do total de domicílios dos pesquisados. Esse valor configura uma situação em que, aparentemente, o problema habitacional está equacionado, pelo menos quanto à propriedade do domicílio. A distribuição desses domicílios, segundo faixas de renda mensal familiar, indica que 67% destes encontram-se na faixa de renda de até 10 salários mínimos, sendo que 40% estão na faixa de até 6 salários mínimos (tabela A.90).

Novamente, tendo em vista os domicílios próprios que estão ainda em pagamento, tem-se que 75% correspondem a uma prestação mensal de até pouco mais de 2 salários mínimos, ou seja, Cr\$ 350 mil para valores de abril de 1985 (tabela A.91).*

Com relação ao grau de comprometimento da renda mensal familiar com o pagamento da prestação da casa própria, cerca de 77% dos amostrados comprometem até 10% de sua renda. A desagregação dessa informação, segundo faixas de renda, indica que há uma certa concentração de pesquisados com comprometimento de renda superior a esse montante, nas faixas de 4 a 8 e 10 a 14 salários mínimos, embora não superando 30%, com apenas uma exceção, que chega a 40% (tabela A.92).

No que se refere à sublocação de cômodos ou parte da casa, como forma de complementação de renda, os resultados da

*Está-se considerando aqui a prestação líquida, isto é, descontados o bônus do SFH e o abatimento do FGTS.

pesquisa mostram uma incidência extremamente baixa (0,6%) desse tipo de situação, ocorrendo apenas entre os estatutários que sublocam quartos com ou sem banheiro e auferem um rendimento extra mensal que não atingia um salário mínimo em abril de 1985 (tabelas A.93, A.94 e A.95).

Por outro lado, é possível estabelecer uma caracterização dos domicílios dos servidores pesquisados. Dos domicílios particulares 71% são casas e 28% são apartamentos (tabela A.96). No que tange à estrutura física desses domicílios, em face aos componentes pesquisados - piso, parede e cobertura - verificam-se as seguintes participações de materiais predominantes (tabelas A.97, A.98 e A.99):

- a) no piso: madeira (56%), carpete (40%), cerâmica ou ladrilho, mármore, cimento e materiais aproveitados (4%);
- b) na parede: alvenaria (77%), madeira (18%), misto (5%);
- c) na cobertura: telha de barro ou cerâmica (65%), laje (24%), cimento amianto (10%), madeira e zinco (1%).

Todos os domicílios pesquisados são servidos por energia elétrica, com ligação por relógio (tabelas A.100 e A.101).

Em 99% dos domicílios o equipamento sanitário utilizado é o vaso sanitário com descarga e, em apenas 1% dos casos, utiliza-se a latrina com fossa negra (casinha); o uso desse equipamento é exclusivo da família em 99,4% dos domicílios e em 0,6% é em comum com outro domicílio (tabelas A.102 e A.103). No que se refere ao tipo de despejo sanitário, 69% dos domicílios estão ligados à rede geral, 28% possuem fossa séptica e 3% fossa rudimentar, outra forma ou nenhum tipo de despejo (tabela A.104).

A distribuição dos domicílios, segundo renda mensal fa-

miliar, quanto ao tipo do equipamento e ao seu uso, indica que a existência de rede geral e equipamento de uso exclusivo pela família é crescente em função da renda. Isto é, para as famílias com renda mensal familiar de até 2 salários mínimos, essa situação ocorre em 27% dos domicílios, elevando-se essa proporção à medida que aumenta a renda familiar. Situação inversa ocorre para os domicílios nos quais existem fossa séptica e equipamento de uso exclusivo pela família, decrescendo essa proporção de 64% das famílias com renda mensal de até 2 salários mínimos para um valor próximo a 10% das famílias de mais alta renda. Ainda, para as famílias cujo equipamento sanitário é de uso exclusivo, a presença de fossa rudimentar ou outro tipo de despejo é mais significativa para as faixas de renda de até 4 salários mínimos. Também nessa faixa se concentram os domicílios nos quais o uso do equipamento sanitário é comum com outra família (tabela A.105).

Finalmente, no que se refere ao abastecimento de água, em 98% dos domicílios a ligação é feita pela rede geral, com canalização interna e apresenta medidor; apenas um pequeno número de amostrados (5) é abastecido por água de poço e, destes, apenas um não possui canalização interna (tabela A.106). Em termos de renda mensal familiar, esses últimos domicílios situam-se, predominantemente, na faixa de até 4 salários mínimos. Para as demais faixas de renda, o abastecimento se dá por rede geral, com canalização interna em 100% dos casos (tabela A.107).

Cabe observar que essas características físicas gerais dos domicílios não apresentam variação significativa entre as moradias de estatutários e celetistas.

O número médio de pessoas residindo nos domicílios dos

pesquisados é de 4,5 pessoas. Predominam os domicílios com 5 e 4 pessoas, em ambos os casos com uma frequência de 24% do total pesquisado; a seguir, têm-se domicílios com 3 e 6 pessoas, respectivamente, 15% e 13% dos casos, seguindo-se os com 2 pessoas, 10% (tabela A.108).

Já, com relação ao número de cômodos, cabe observar que não foram encontrados domicílios de cômodo único; todos possuem pelo menos um quarto e um banheiro (mesmo sendo externo), apenas um não tem cozinha e seis não têm sala (tabelas A.109 e A.110).

O número médio de cômodos* por domicílio é de 8,26 com a seguinte distribuição: 2,92 quartos, 1,37 salas, 1,01 copas; 1,02 cozinhas, 1,90 banheiros, 1,01 quartos de empregada e 1,08 outros cômodos. Verifica-se, ainda, que 89% dos quartos servem como dormitório, da mesma forma que 32% dos quartos de empregada, 14% dos outros cômodos,** 1% das salas e 0,5% das copas. O número médio de pessoas usando esses cômodos como dormitório é de 1,65 para os quartos, 1,02 para os quartos de empregada, 1,20 para as salas, 1,00 para as copas e 1,25 para os outros cômodos. No que se refere ao uso em comum com outro domicílio, verifica-se essa ocorrência apenas para banheiros, 0,6% (tabela A.110).

Quanto às demais dependências dos domicílios dos pesquisados, o número médio é de 2,28, na seguinte composição: 1,10 garagens, 1,02 áreas de serviço, 1,08 hall ou corredor e 1,08

*Cabe observar que aqui se está referindo aos cômodos segundo a conceituação indicada no item 1. Além disso, as médias são calculadas para os domicílios nos quais se verifica cada uma das ocorrências.

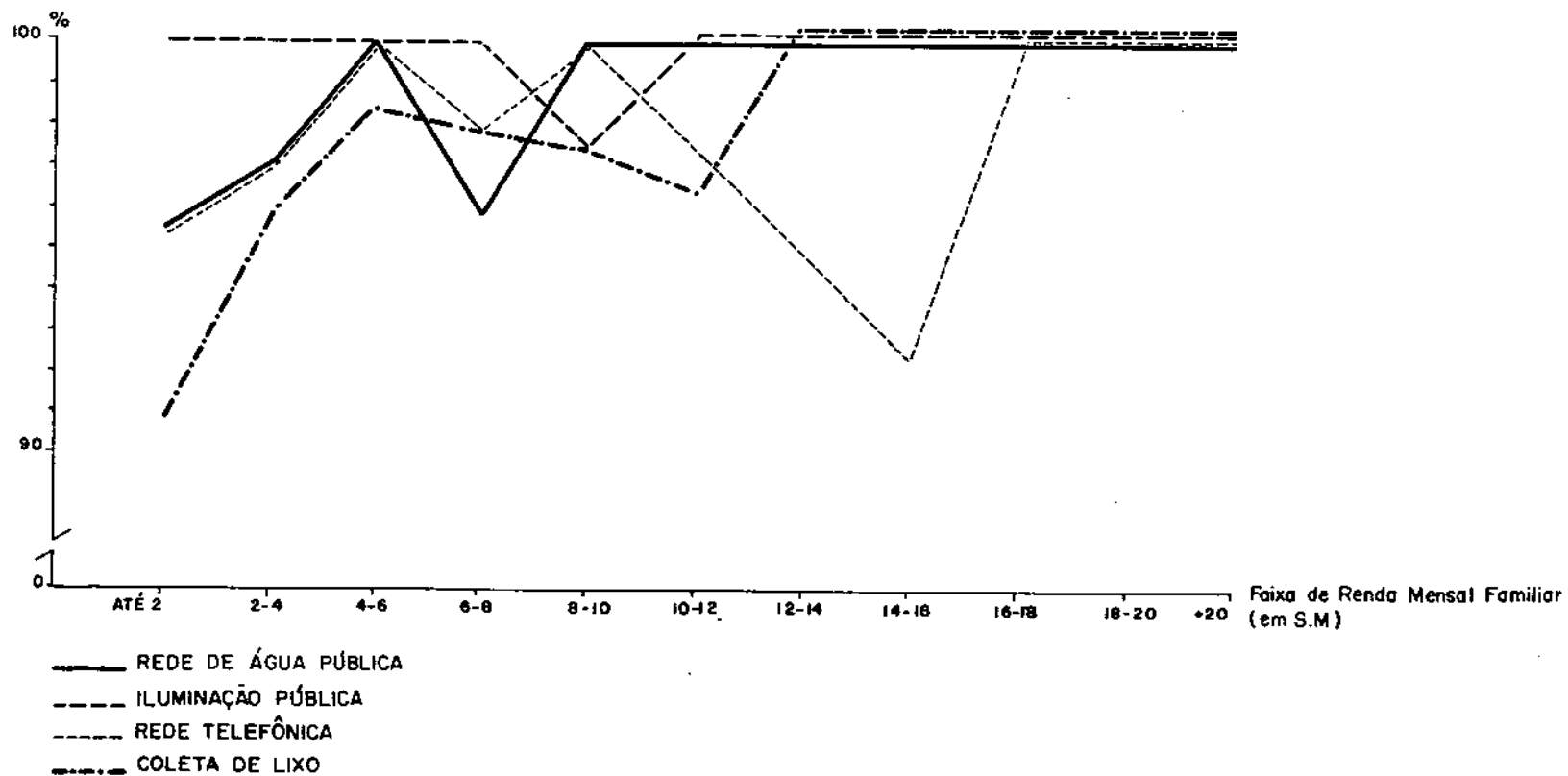
**Outros cômodos se referem a: escritório, biblioteca, quarto de brinquedos, etc.

outras dependências. Desse conjunto, 1% das garagens e 2% das outras dependências apresentam uso em comum com outros domicílios (tabela A.111).

No que se refere à infra-estrutura e serviços públicos básicos existentes em frente aos domicílios, 99,7% possuem iluminação pública, 98,5% têm rede de água e rede telefônica, 97,3% contam com coleta de lixo; 86,5% possuem pavimentação, aí computados asfalto, paralelepípedos, anti-pó, saibro, etc, 68,9% são beneficiados com a rede de esgotos pública e 67,2% com galerias de água pluviais; 65,1% possuem calçada em frente ao domicílio e 57,8% arborização viária. Os demais serviços, tais como praça, parque, play-ground, linha de transporte coletivo e telefone público aparecem numa proporção pouco superior a 10% dos domicílios. Nota-se, portanto, que a grande maioria dos domicílios conta com uma infra-estrutura básica adequada, à exceção de linha de transporte coletivo, que aparece numa proporção de 10,9%; no entanto, não se pode dizer que os demais domicílios não contam com esse serviço pelo menos em suas proximidades (tabela A.112).

No que se refere à distribuição desses serviços segundo as faixas de renda familiar nos domicílios dos pesquisados, notam-se dois comportamentos distintos (tabela A.113). De um lado, há um conjunto de serviços básicos ao qual têm acesso, em percentagens elevadas, servidores de todas as faixas de renda, quais sejam: rede de água pública, iluminação pública, rede telefônica e coleta de lixo (gráfico 20). De outro, tem-se um conjunto de serviços cuja disponibilidade tem correlação direta com a renda familiar, ou seja, quanto maior a renda, maior a percentagem de domicílios atendidos. Esses serviços são: rede

GRÁFICO 20- INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, POR DOMICÍLIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ,
SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL , NA RMC - 1985



FONTE: TABELA A 113.

de esgoto pública, galeria de águas pluviais, pavimentação, arborização viária e calçada (gráfico 21).

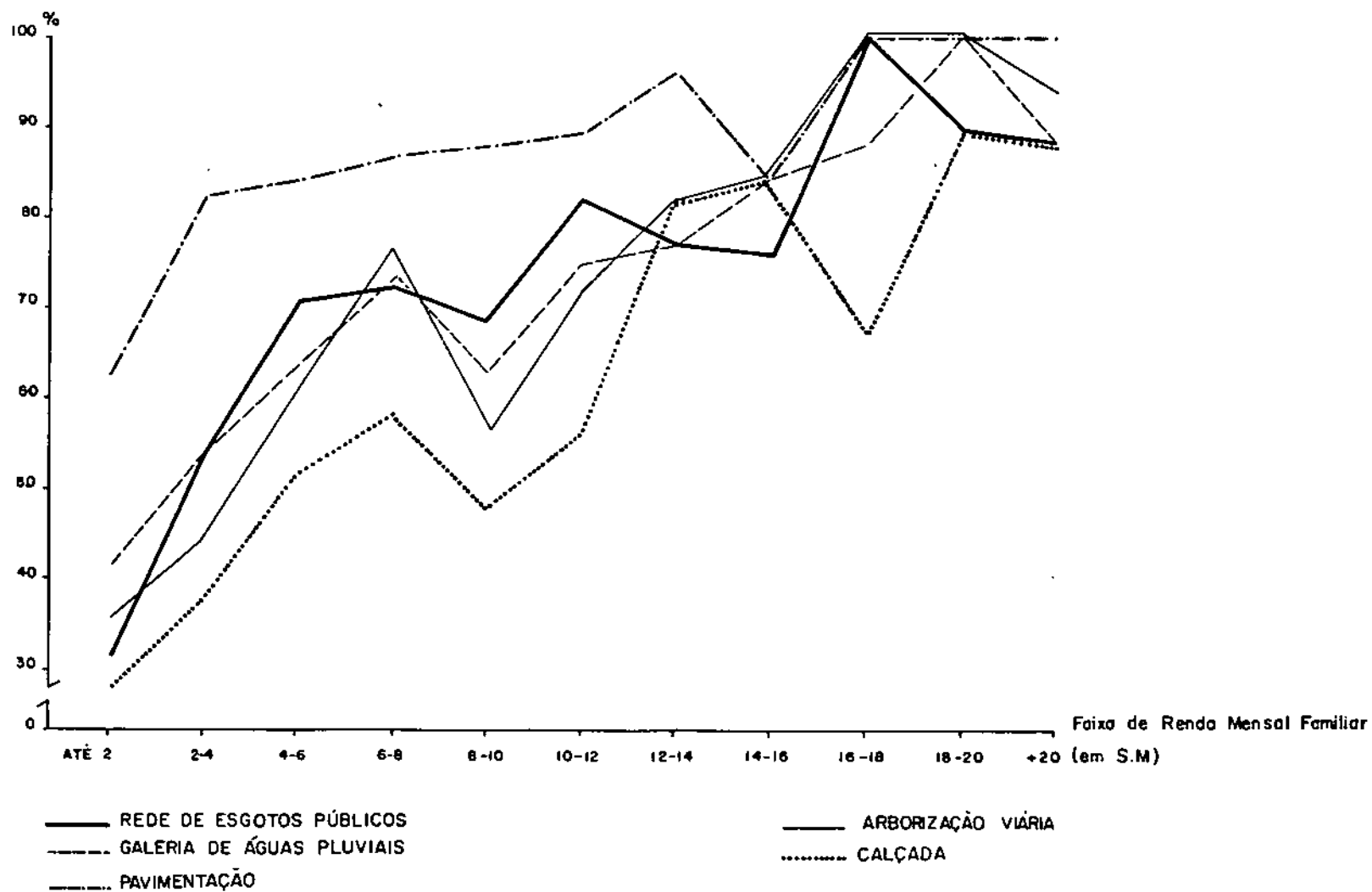
Finalmente, considerando-se os bens móveis existentes nos domicílios dos pesquisados, os valores cuja frequência é superior a 90% se referem a fogão a gás, ferro elétrico, chuveiro, geladeira e liquidificador. Com uma frequência variando entre 70 e 90% dos domicílios, têm-se rádio, televisor colorido, telefone, secador de cabelos e aparelho de som. E, ainda, entre 50 e 70% dos domicílios possuem máquina de costura, batadeira, automóvel, máquina de lavar roupa, aspirador de pó, bicicleta, enceradeira elétrica e televisor em preto e branco. No que se refere às quantidades médias existentes* desses bens nos domicílios dos pesquisados, foram encontrados: 1,73 bicicletas, 1,70 chuveiros, 1,60 rádios, 1,36 automóveis, 1,35 secadores de cabelo, 1,35 televisores coloridos e 1,24 ferros elétricos, sendo os bens disponíveis em maior quantidade nos domicílios onde ocorrem (tabela A.114).

Por outro lado, a desagregação dessas informações, segundo faixas de renda familiar, permitiu a identificação de três conjuntos de bens de consumo (tabela A.115):

- a) essenciais, ou seja, aqueles cujo consumo é elevado em todas as faixas de renda familiar, partindo de um mínimo de 73% dos domicílios de menor faixa de renda e atingindo a 100% nas faixas superiores. Compoem esse grupo: chuveiro, fogão a gás, geladeira, ferro elétrico e liquidificador (gráfico 22);

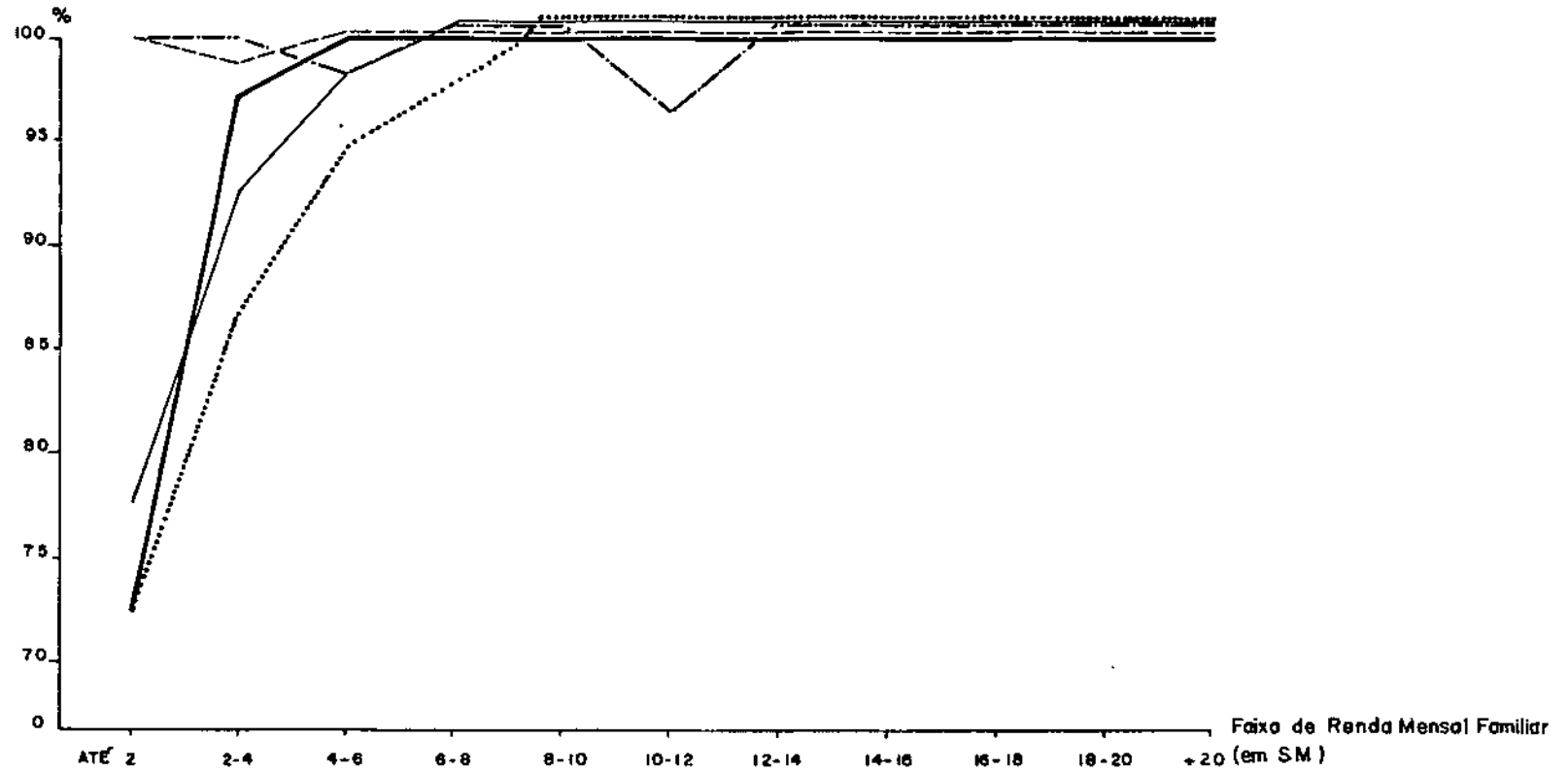
*Novamente aqui as médias se referem ao número de domicílios nos quais se verifica a ocorrência dos bens em questão.

GRÁFICO 21 - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, POR DOMICÍLIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL, NA RMC - 1985



FONTE: TABELA A 113

GRÁFICO 22 - BENS MÓVEIS ESSENCIAIS, NOS DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL, NA RMC -1985



— CHUVEIRO
 - - - FOGÃO A GÁS
 - - - FERRO ELÉTRICO

- - - GELADEIRA
 LIQUIDIFICADOR

FONTE: TABELA A 115

- b) bens de uso difundido, aqueles que apresentam um nível médio de consumo em todas as faixas de renda, ou seja, de 35% a 90% das famílias possuem este tipo de bem. São eles: rádio, televisor em preto e branco, bicicleta e enceradeira (gráfico 23);
- c) bens de uso restrito, aqueles cujo consumo é elevado nos domicílios de maior renda familiar. Ou seja, para as famílias cuja renda é superior a 6 salários mínimos detectou-se a existência desses bens em pelo menos 50% dos domicílios. Esses bens são: aparelho de som, secador de cabelo, televisor colorido, telefone, automóvel, aspirador de pó, máquina de lavar roupa e bateadeira (gráficos 24 e 25).

2.3.1 Avaliação da Adequação das Condições Domiciliares

Uma outra vertente dessa análise se refere à avaliação da adequação das condições de habitação dos servidores públicos, a partir de indicadores construídos conforme já explicitado no item 1.3.

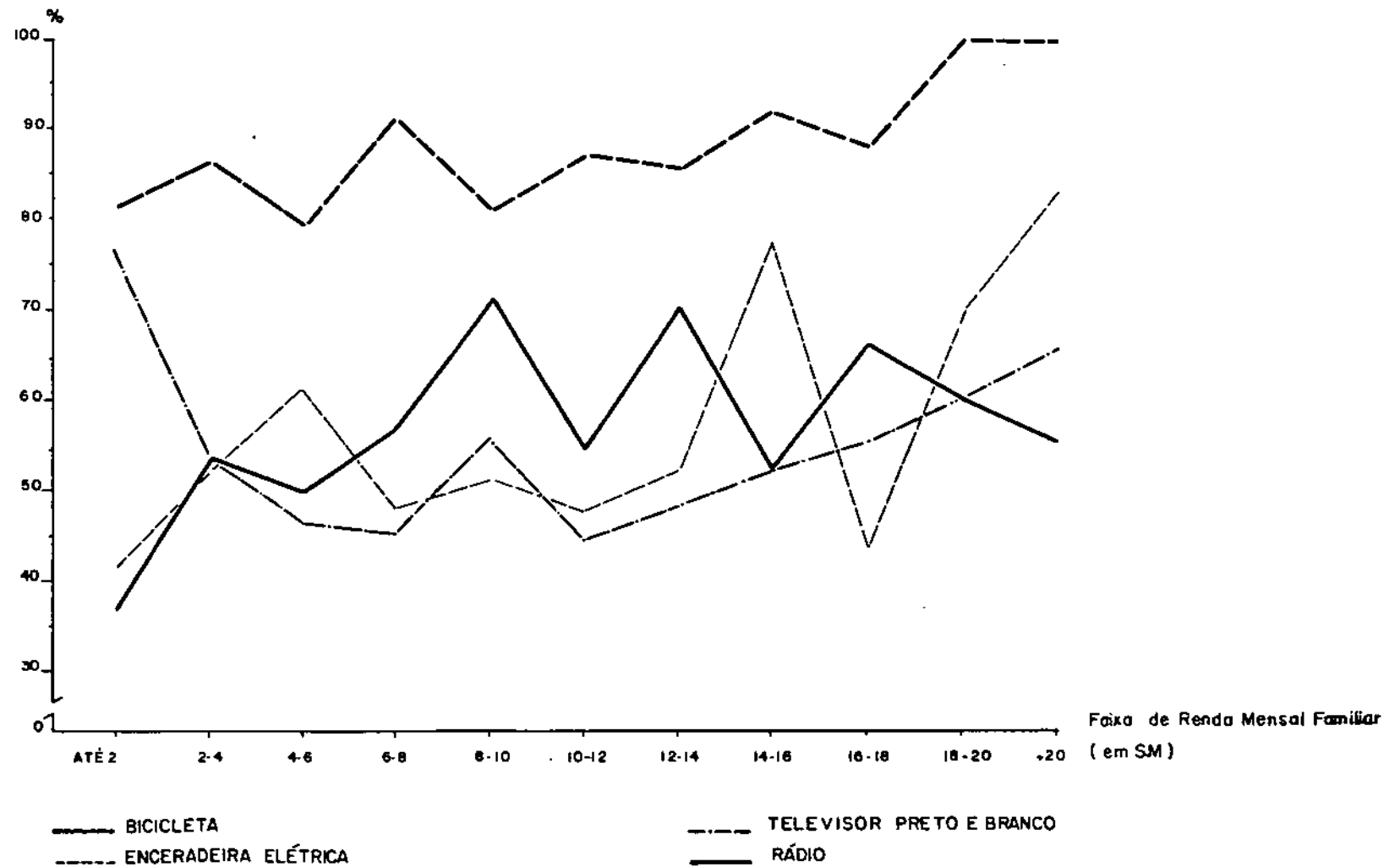
Avaliando-se inicialmente as instalações de água e esgoto, tem-se a combinação de situações existentes na tabela 2.

TABELA 2 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEGUNDO ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, NA RMC - ABR/1985

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	INSTALAÇÃO SANITÁRIA	
	Adequada	Inadequada
Adequado	330	010
Inadequado	000	001

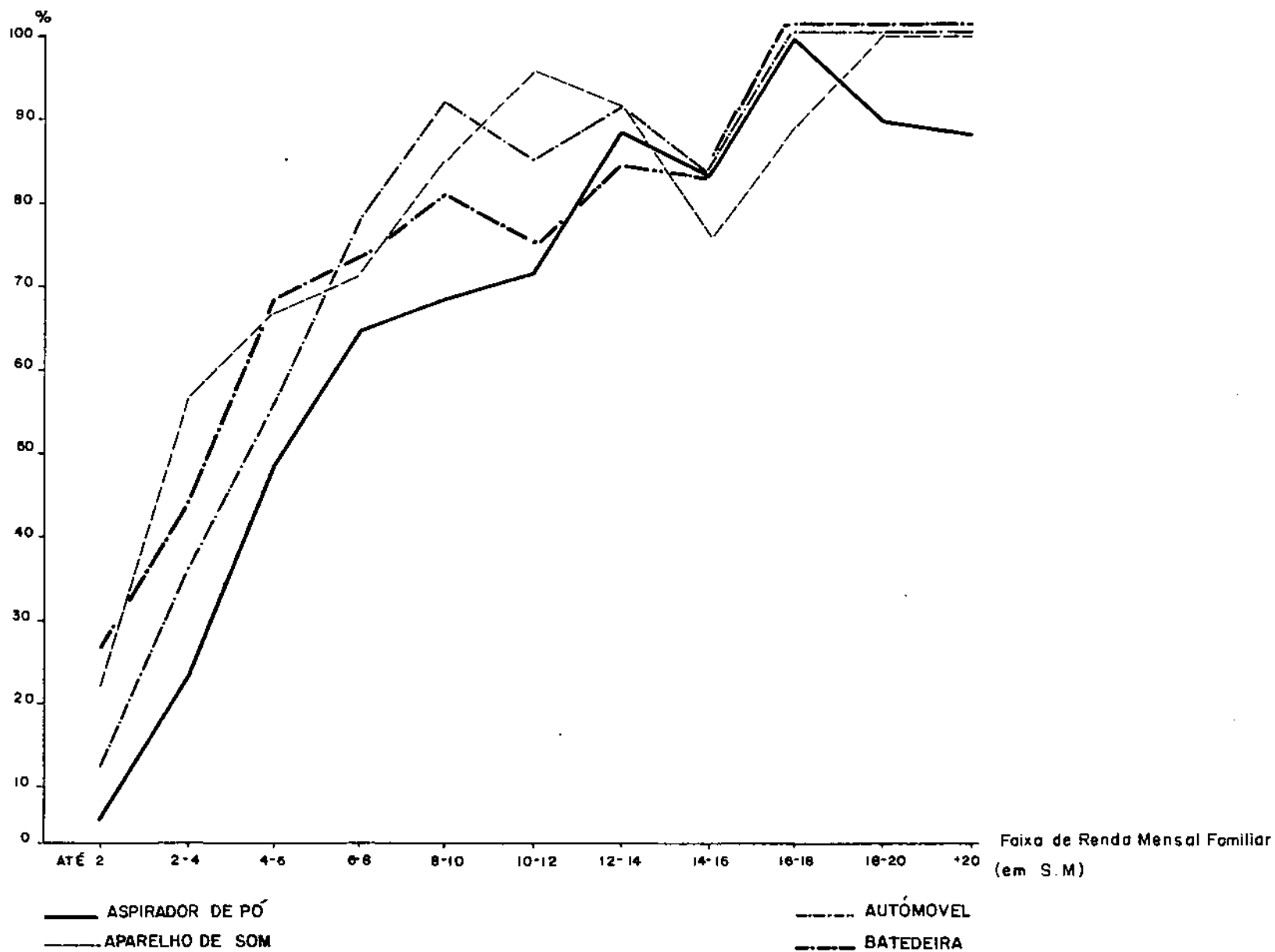
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

GRÁFICO 23 - BENS MÓVEIS DE USO DIFUNDIDO, NOS DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ,
SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL , NA RMC - 1985



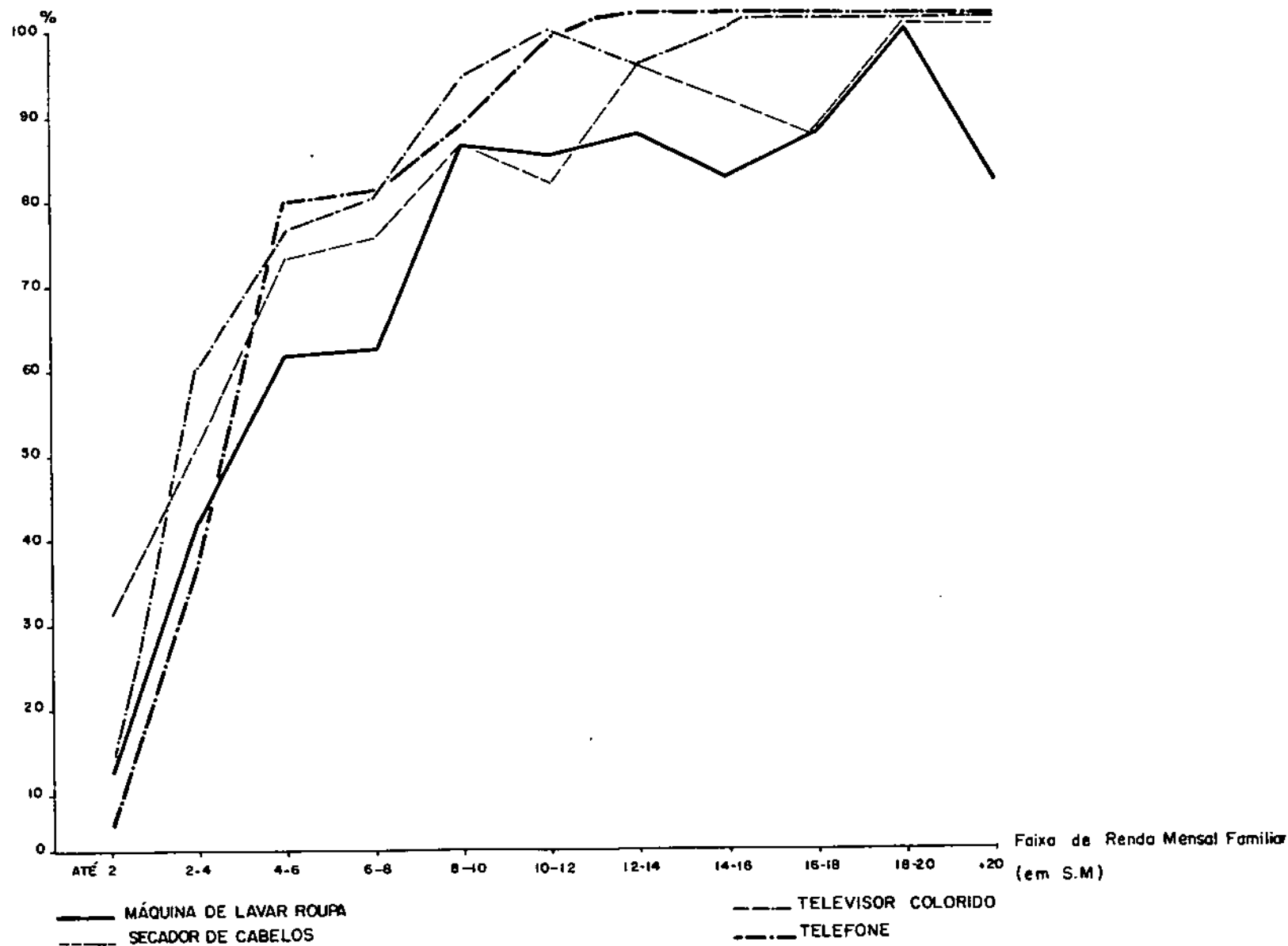
FONTE: TABELA A 115

GRÁFICO 24 - BENS MÓVEIS DE USO RESTRITO, NOS DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS ,
SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL , NA RMC - 1985



FONTE: TABELA A 115.

GRÁFICO 25 - BENS MÓVEIS DE USO RESTRITO, NOS DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL, NA RMC - 1985



FONTE: TABELA A 115 .

Em 97% dos domicílios dos pesquisados, tanto as instalações de água como de esgoto, são consideradas adequadas frente aos critérios estabelecidos. Em 3% dos casos têm-se uma situação de abastecimento de água adequada com uma instalação sanitária inadequada; situação inversa não ocorre em nenhum caso e em 0,3% dos domicílios ocorre inadequação tanto no abastecimento de água como no sistema de esgoto.

Combinando, por outro lado, as instalações de esgoto existentes com a avaliação referente ao uso do equipamento sanitário, têm-se as situações encontradas na tabela 3.

TABELA 3 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEGUNDO ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E USO DO EQUIPAMENTO SANITÁRIO, NA RMC - ABR/1985

USO DE EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS	INSTALAÇÃO SANITÁRIA	
	Adequada	Inadequada
Adequado	328	011
Inadequado	002	000

FONTE: IPARDES - Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

Em 96% dos domicílios encontrou-se adequação, tanto da instalação sanitária quanto do uso do equipamento sanitário. Em 3% dos casos, embora o uso do equipamento seja exclusivo do domicílio, isto é, adequado, as instalações são inadequadas. Em 0,6% dos domicílios a situação é inversa, ou seja, instalações adequadas com uso inadequado. Não há ocorrência de casos em que tanto as instalações como o uso do equipamento sejam inadequados.

A utilização dos indicadores que medem a adequação dos domicílios quanto à durabilidade dos materiais empregados em sua construção, revelou que 99% dos domicílios dos servidores pesquisados podem ser considerados adequados, isto é, os materiais

de paredes, pisos e cobertura são duráveis. Apenas quatro, ou seja, 1% dos domicílios foram considerados inadequados, à medida que um dos três componentes analisados revelou-se rústico. Cabe realçar, novamente, que para essa avaliação não foi considerada a qualidade do material empregado, mas sim construíram-se indicadores que avaliam conceitualmente o tipo de material utilizado, segundo sua durabilidade (tabelas A.97, A.98 e A.99).

Finalmente, para a mensuração da adequação dos domicílios quanto à separação de funções, verificou-se, com base nos critérios já apresentados, que seis domicílios (cerca de 2% do total) foram considerados inadequados, à medida que cinco destes não possuem sala e um não possui sala nem cozinha, embora todos tenham pelo menos um quarto e um banheiro (tabela A.110).

No que se refere à densidade domiciliar, consideraram-se dois indicadores: a densidade por cômodo e por dormitório. Estabeleceu-se como aceitável uma densidade de até duas pessoas por dormitório e uma pessoa por cômodo, e encontrou-se um percentual de cerca de 11% do total, ou seja, 36 domicílios inadequados em termos de densidade por dormitório e 2% do total (7) inadequados quanto à densidade por cômodo, sendo que estes últimos são inadequados frente a ambos os indicadores.

Agregando-se todos os domicílios que apresentam algum tipo de inadequação, chega-se a um montante de 52 domicílios, ou seja, 15% do total pesquisado. Cabe observar que, em geral, os índices de inadequação se referem a dois quesitos, sendo mais frequentes a densidade por cômodo e por dormitório, ou inadequação nas instalações de água e esgoto, bem como em relação ao uso do equipamento sanitário. Apenas um domicílio revelou-se inadequado do ponto de vista de todos os indicadores utilizados.

A distribuição dos domicílios inadequados, segundo faixas de renda mensal familiar, é apresentada na tabela 4.

TABELA 4 - DOMICÍLIOS INADEQUADOS* DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR, NA RMC - 1985

FAIXA DE RENDA (Em SM)	ABS.	%
Até 2	10	19,3
2 → 4	23	44,2
+ de 4	19	36,5
TOTAL	52	100,0

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

*Inadequados do ponto de vista de qualquer indicador utilizado

Dos domicílios com algum tipo de inadequação, 64% se referem a uma renda mensal familiar de até 4 salários mínimos. Considerando-se o total de domicílios desta faixa de renda (94), os que apresentam inadequação correspondem a 35%.

Por outro lado, tomando-se esses domicílios inadequados do ponto de vista de algum dos indicadores calculados e a análise referente ao interesse em adquirir casa própria (item 2.4), verificou-se que apenas oito desses amostrados não têm interesse em participar de um programa habitacional, sendo que todos já possuem domicílio próprio. Os demais (44) têm interesse em adquirir um imóvel novo ou reformar seu domicílio atual.

2.3.2 Gastos Familiares e Comprometimento de Renda

Nesta análise consideram-se os gastos mensais para manutenção dos servidores públicos e suas famílias, bem como procura-se avaliar a representatividade desses gastos em termos de comprometimento da renda mensal familiar.

Cabe observar inicialmente que foram levantados no questionário os gastos básicos de manutenção da família. Dentre estes especificam-se gastos com o domicílio: aluguel ou prestação, empregada, condomínio, luz, água, telefone, IPTU, taxa de asfalto; gastos com educação (inclusive aulas extras); com transporte e alimentação, saúde, lazer, etc.

Existem, no entanto, algumas limitações com relação às respostas dadas a esse quesito:

- a) embora a pergunta abrangesse toda a família, nem sempre os entrevistados foram capazes de responder da forma solicitada, informando apenas a parcela correspondente a seus gastos pessoais;
- b) com alguma frequência foram omitidas informações sobre alguns tipos de gasto, por desconhecimento do informante;
- c) como consequência desses dois tipos de ocorrência, é de se esperar que haja uma certa subestimação com relação aos resultados referentes ao total, ou mesmo parte, dos gastos familiares.

Nesses termos, as informações contidas nesta análise deverão ser consideradas com alguma reserva e tomadas apenas como indicativos, embora essas ocorrências não cheguem a comprometer os resultados obtidos. Outra ressalva que se deve ter em mente é de que os valores monetários aqui considerados se referem ao período fevereiro/abril de 1985.

Os itens de gasto que apresentam valores médios maiores são aqueles referentes à alimentação e prestação da casa própria (respectivamente Cr\$ 553,88 mil e Cr\$ 164,08 mil), seguindo-se educação (Cr\$ 170,65 mil), saúde (Cr\$ 164,08 mil), transporte

(Cr\$ 162,26 mil) e aluguel (Cr\$ 153,37 mil) (tabelas A.116 e A.117).

Em outro extremo, têm-se aqueles itens que representam os menores volumes de dispêndio médio, todos associados a serviços públicos: imposto predial (Cr\$ 17,38 mil), água e esgoto (Cr\$ 19,32 mil), energia elétrica (Cr\$ 33,95 mil), taxa de asfalto (Cr\$ 34,14 mil) e telefone (Cr\$ 45,20 mil).

Com o objetivo de avaliar o grau de comprometimento da renda dos serviços com esses gastos básicos, procedeu-se à eliminação de todos aqueles questionários em que se verificou uma resposta incompleta em termos de alguns dos itens de gastos, ou mesmo dos componentes da renda familiar. Assim, a amostra considerada passou a se referir a 295 questionários (tabela A.118).

Em termos gerais, e novamente indicativos, verifica-se que 71% dos servidores comprometem entre 30% e 70% de sua renda com os gastos básicos para manutenção de sua família, 13% comprometem mais de 70% de sua renda com esses gastos e cerca de 16% dos servidores comprometem menos de 30% da renda com sua manutenção.

A desagregação desses valores, segundo faixas de renda mensal familiar, indicou uma situação bastante diferenciada segundo os grupos de renda considerados. Assim, tem-se que aqueles servidores cujo comprometimento de renda não ultrapassa a 30% estão praticamente todos nas faixas de renda mensal familiar superior a 10 salários mínimos. De outro lado, para um comprometimento de renda superior a 50%, verifica-se uma maior concentração de servidores nas faixas de menor renda mensal, ou seja, inferiores a 10 salários mínimos.

No entanto, cabe observar que a renda familiar considerada na pesquisa é bruta, isto é, sem descontos de qualquer es-

pêcie. Assim, é de se esperar que o nível de comprometimento da renda calculado esteja até certo ponto subestimado, podendo assumir na realidade níveis mais elevados.

Da mesma forma, pode-se supor que o padrão de consumo do servidor esteja comprimido, ou que ele venha recorrendo a créditos/empréstimos, embora essa variável não apareça no comprometimento da renda. Enfim, a análise aqui feita deve ser encarada com cautela, visto que não houve controle dessas informações na pesquisa.

2.4 EXPECTATIVAS QUANTO À HABITAÇÃO

Neste item são analisados os quesitos do questionário que investigam as expectativas do servidor público quanto ao interesse em participar de um programa habitacional.

Ao se analisar, inicialmente, as informações quanto ao interesse dos servidores em obter financiamento, verifica-se um comportamento diretamente associado à faixa de renda mensal familiar dos amostrados (tabela A.119). Ou seja, para os amostrados que se encontram nas faixas de até 10 salários mínimos de renda mensal é predominante a participação dos que têm interesse em tal programa, decrescendo de um valor próximo a 80% dos que ganham até 2 salários mínimos até quase 60% daqueles que têm 10 salários mínimos de renda mensal familiar. A partir desse ponto, tornam-se predominantes aqueles que não têm interesse em um programa de financiamento à habitação.

Nesses termos, a análise será conduzida em duas grandes linhas: inicialmente serão considerados os amostrados que não têm interesse em participar de um programa habitacional e, em seguida, aqueles que têm interesse.

Para o primeiro grupo, 39% dos entrevistados, verificou-se que 34% são estatutários e 5% celetistas (tabela A.120).

Para verificar as razões pelas quais essas pessoas não têm interesse em adquirir ou ampliar/reformar um imóvel, considerou-se sua distribuição, segundo faixas de renda mensal familiar, e constatou-se que estão concentrados nas faixas de 2 a 6 salários mínimos (31% dos que não têm interesse pelo programa) e de 8 a 14 salários mínimos (33%) (tabela A.119). Analisando-se, ainda, a condição de ocupação do domicílio, verifica-se que em 82% dos casos, os amostrados moram em domicílio próprio do servidor, 11% em domicílio próprio de outra pessoa da família; apenas 6% moram em domicílio alugado e cerca de 1% em domicílio coletivo ou cedido (tabela A.121). Configura-se aí a principal razão pela qual esses entrevistados não têm interesse em participar de um programa habitacional.

Por outro lado, considerando-se a análise do item 2.3, verifica-se que apenas oito desses amostrados moram em domicílios inadequados, segundo algum dos indicadores utilizados naquela análise, embora todos morem em domicílio próprio. No que se refere à renda mensal familiar desses amostrados, a maioria está na faixa de até 4 salários mínimos.

A outra linha da análise considera aqueles servidores pesquisados que têm interesse em participar de um programa habitacional, representando 61% do total, dos quais 47% são estatutários e 14% celetistas. Cabe ressaltar que os interessados atingem 58% do total de estatutários pesquisados e 72% do total de celetistas (tabela A.120).

Em relação à sua distribuição, segundo faixas de renda mensal familiar, constata-se que os que têm interesse no pro-

grama (78%) concentram-se, basicamente, nas faixas de renda de até 10 salários mínimos, dos quais 50% têm até 6 salários mínimos de renda mensal familiar (tabela A.119).

Por outro lado, no que se refere à condição de ocupação do domicílio atual dos interessados em tal programa, verifica-se que 48% moram em domicílio próprio do servidor e 16% em domicílio próprio de outra pessoa da família. Um montante significativo mora em domicílio alugado (31%) ou cedido (4%) (tabela A.122).

Em termos gerais, 21% dos que têm interesse moram em domicílio inadequado, com a seguinte distribuição: 9% em domicílio próprio do servidor, 3% em domicílio próprio de outras pessoas da família e 9% em domicílio alugado ou cedido.

Dos 210 amostrados interessados pelo financiamento habitacional, a grande maioria (80%) tem por opção adquirir um imóvel novo, sendo que 54% gostaria de adquirir um imóvel pronto e 26% construir. Os demais (20%) gostariam de ampliar ou reformar seu domicílio atual (tabela A.123). Essas preferências não diferem significativamente, quer se considerem os estatutários, quer os celetistas.

Ainda, com relação a esse conjunto de amostrados, cerca de 33% têm disponibilidade para participar de programas de mutirão e estão basicamente concentrados (58%) nas faixas de menor renda mensal familiar, ou seja, até 4 salários mínimos (tabela A.124).

Considerando-se apenas aqueles que desejam construir ou mesmo reformar um imóvel (97 amostrados), cerca de 34% têm disponibilidade de tempo para participar de um programa de mutirão (tabela A.125).

Quando se analisam, por outro lado, as características dos imóveis que representam as preferências daqueles interessados em adquirir um imóvel novo, tem-se:

- a) quanto ao tipo de habitação preferida: 65% desejam uma casa térrea, 8% um sobrado e 27% preferem apartamento (tabela A.126);
- b) o tamanho médio da habitação, para casa térrea é de 121,49m², com 8,36 cômodos em média; para apartamentos a área média é de 127,50m², com 8,54 cômodos em média; e para sobrados a área média desejada é de 109,86m², com 8,29 cômodos em média (tabela A.127);
- c) para o conjunto de amostrados que deseja construir um imóvel novo, cerca de 50% possui um terreno que poderia ser utilizado (tabela A.128).

Esses valores médios não apresentam diferenças quando se considera a desagregação entre estatutários e celetistas. No entanto, para as características que se seguem as diferenças são mais marcantes;

- d) para o conjunto dos que gostariam de adquirir um imóvel novo, 55% têm recursos que podem ser utilizados como poupança (tabela A.129). Esses recursos são predominantemente oriundos de poupança (54%), seguindo-se FGTS (23%) e bem disponível para venda (22%) (tabela A.130).

A desagregação desses valores para os servidores estatutários e celetistas mostra uma situação diferenciada: entre os estatutários, a maioria (52%) não possui recursos que possam ser utilizados, sendo que dos 48% que os possuem, a maioria (29%) dispõe de

poupança ou bem disponível para venda (10%). Já para os celetistas, 77% dispõem de recursos para serem utilizados como poupança, sendo proporções equivalentes de poupança (30%) e FGTS (30%);

e) ainda, com relação a esse conjunto de amostrados, analisou-se também a distribuição dos bairros e outros municípios de sua preferência para a nova habitação. Para tanto, agregaram-se os bairros segundo as zonas em que se divide a cidade,* da seguinte forma;

- i) Centro: Batel, Centro, São Francisco, Centro Cívico e Alto da Glória;
- ii) Norte: Cachoeira, Santa Cândida, Barreirinha, Taboão, Abranches, Boa Vista, São João, Pilarzinho, São Lourenço, Boa Vista, Bom Retiro, Ahū, Cabral, Juvevê, Vista Alegre, Mêrces e Bigorilho;
- iii) Sul: Tatuquara, Umbarã, Ganchinho, Sítio Cercado, Pinheirinho, Alto Boqueirão, Boqueirão, Xaxim, Capão Raso, Novo Mundo, Lindóia, Fanny, Hauer, Portão, Guaíra, Parolim, Vila Izabel, Água Verde e Rebouças;
- iv) Leste: Uberaba, Guabirōtuba, Jardim das Américas, Cajuru, Prado Velho, Capanema, Cristo Rei, Capão da Imbuia, Alto da Rua XV, Tarumã, Hugo Lange, Jardim Social, Bacacheri, Bairro Alto, Tingui e Atuba;

*Divisão fornecida pelo IPPUC.

v) Oeste: Cidade Industrial, Barigui, São Miguel, Fazendinha, Augusta, Campo Comprido, Santa Quitéria, Seminário, Campina do Siqueira, Mossunguê, Orleans, Rivieira, Santo Inácio, São Braz, Butiatuvinha, Santa Felicidade, Cascatinha e Lamenha Pequena;

vi) Outros Municípios: Piraquara, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Matinhos e Morretes.

A distribuição dos bairros e outros municípios de preferência dos servidores públicos amostrados está apresentada na tabela 5 e figura 1.

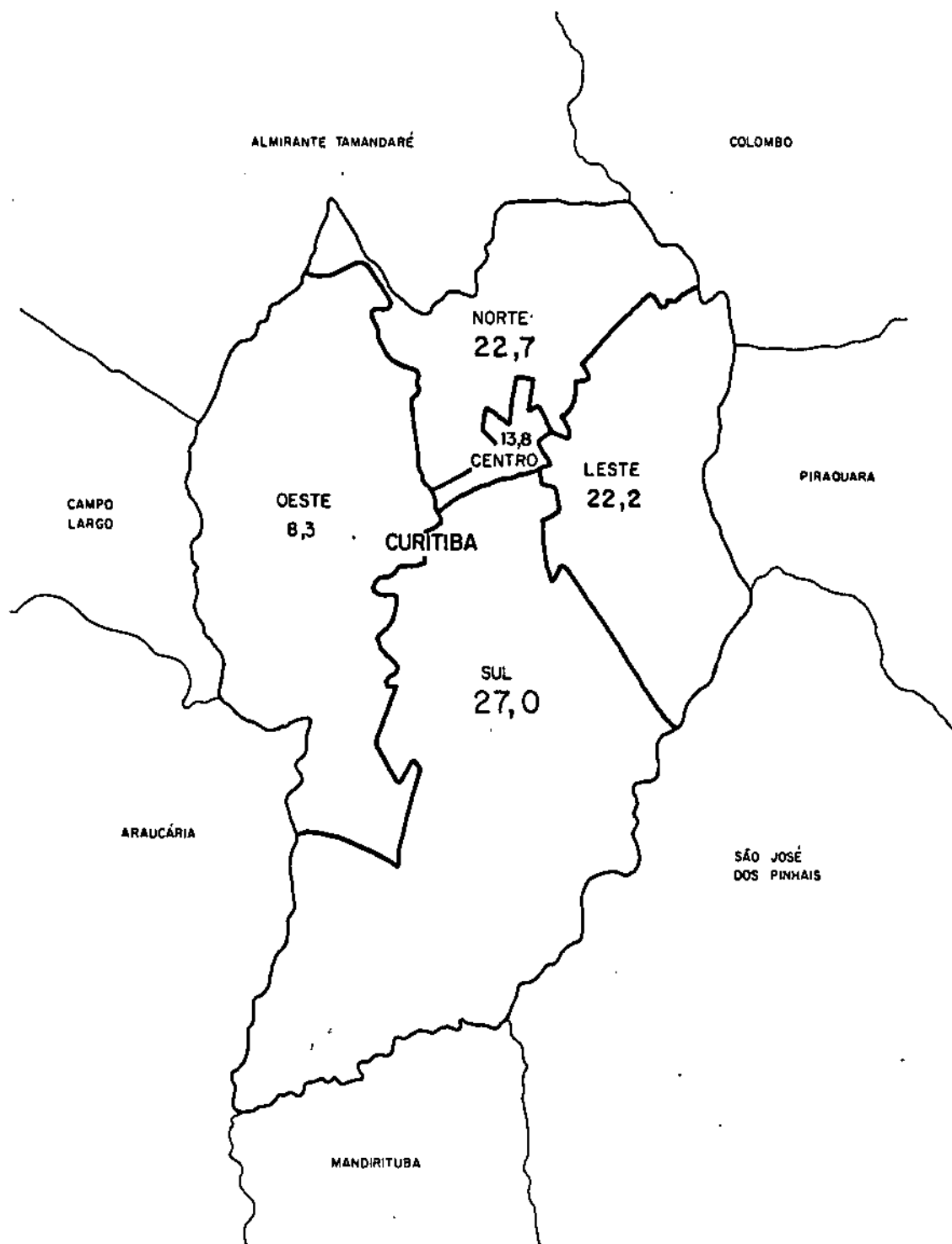
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS BAIRROS DE PREFERÊNCIA PARA HABITAÇÃO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, SEGUNDO ZONAS DA CIDADE DE CURITIBA E OUTROS MUNICÍPIOS - ABRIL/1985

ZONA	FREQUÊNCIA	%
Centro	23	13,8
Norte	38	22,7
Sul	45	27,0
Leste	37	22,2
Oeste	14	8,3
Outros Municípios	10	6,0
TOTAL	167	100,0

FONTE: Tabela A.131

Como a participação em um programa habitacional tem como pré-requisito uma renda mensal comprovada de no mínimo 3 a 5 salários mínimos, analisou-se, ainda, a distribuição dos servidores por faixas de renda, segundo os bairros de preferência. Essa informação foi trabalhada em dois níveis: segundo a renda

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BAIRROS DE PREFERÊNCIA PARA HABITAÇÃO, SEGUNDO ZONAS DA CIDADE DE CURITIBA (em %)



FONTE: IPARDES, PESQUISA DE CAMPO - 1985
IPPUC, MAPA DE ZONEAMENTO

mensal comprovada do servidor e segundo a renda mensal familiar comprovada. Entre esses dois limites, certamente se encontra o padrão de renda comprovada exigido pelos agentes financeiros.*

Considerando-se inicialmente a distribuição da renda comprovada do servidor, verifica-se que 78% do total dos interessados em um programa habitacional têm uma renda de até 6 salários mínimos/mês, sendo a maior concentração na faixa de 2 a 4 salários mínimos (35%). Entre as zonas Leste e Sul da cidade se concentram as preferências dos servidores com renda até 4 salários mínimos; para a faixa seguinte as preferências recaem nas zonas Norte e Sul (tabela.6).

Por outro lado, quando se considera a renda mensal familiar comprovada, constata-se que a maior concentração dos interessados em programa habitacional vai até 10 salários mínimos (76%), sendo que 37% destes têm uma renda mensal de 2 a 6 salários mínimos. Cabe observar que 12% dos interessados em obter financiamento habitacional não estão habilitados, visto que sua renda mensal familiar é de até 2 salários mínimos.

Em termos de preferência por bairro, o comportamento segundo a renda mensal familiar segue a mesma orientação que para a renda do servidor até a faixa de 6 salários mínimos. Para os que se encontram na faixa de 6 a 8 salários mínimos de renda mensal familiar as preferências distribuem-se entre as zonas Centro, Norte e Leste, enquanto na faixa seguinte as zonas preferidas são Sul e Leste (tabela 7).

*Para os agentes financeiros a renda a ser comprovada se refere ao mutuário e mais uma pessoa.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INTERESSADOS NO PROGRAMA HABITACIONAL, POR FAIXA DE RENDA MENSAL COMPROVADA DO SERVIDOR, SEGUNDO ZONA DE PREFERÊNCIA DE CURITIBA E OUTROS MUNICÍPIOS, NA RMC - ABR/1985

ZONA MUNICÍPIO	ATE 2		2 → 4		4 → 6		6 → 8		8 → 10		10 → 12		12 → 14		14 → 16		16 → 18		18 → 20		< 20	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Centro	1	4,4	8	34,8	4	17,3	4	17,3	1	4,4	3	13,0	-	-	1	4,4	-	-	1	4,4	-	-
Norte	9	23,7	10	26,3	10	26,3	1	2,6	2	5,3	3	7,9	1	2,6	-	-	1	2,6	1	2,6	-	-
Sul	13	28,9	18	40,0	6	13,3	3	6,7	2	4,4	1	2,2	-	-	1	2,2	-	-	1	2,2	-	-
Leste	10	27,0	13	35,1	7	18,9	1	2,7	2	5,4	3	8,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,7
Oeste	4	28,6	7	50,0	1	7,1	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-
Outros Municípios	6	60,0	3	30,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	43	25,7	59	35,3	28	16,8	9	5,4	9	5,4	10	6,0	1	0,6	2	1,2	1	0,6	4	2,4	1	0,6

FORTE: Tabela A.132

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INTERESSADOS NO PROGRAMA HABITACIONAL, POR FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR COMPROVADA, SEGUNDO ZONA DE PREFERÊNCIA E OUTROS MUNICÍPIOS, NA RMC - ABR/1985

ZONA MUNICÍPIO	ATE 2		2 → 4		4 → 6		6 → 8		8 → 10		10 → 12		12 → 14		14 → 16		16 → 18		18 → 20		< 20		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Centro	-	-	3	13,0	-	-	7	30,4	2	8,7	3	13,0	4	17,4	2	8,7	-	-	2	8,7	-	-	23	100,0
Norte	4	10,5	6	15,8	8	21,0	5	13,2	2	5,3	4	10,5	1	2,6	1	2,6	2	5,3	3	7,9	2	5,3	38	100,0
Sul	7	15,6	10	22,2	10	22,2	2	4,4	9	20,0	3	6,7	1	2,2	-	-	1	2,2	-	-	2	4,4	45	100,0
Leste	6	16,2	9	24,3	5	13,5	5	13,5	5	13,5	3	8,1	2	5,4	-	-	1	2,7	-	-	1	2,7	37	100,0
Oeste	1	7,4	3	21,4	4	28,6	2	14,3	3	21,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,0	14	100,0
Outros Municípios	2	20,0	3	30,0	1	10,0	2	20,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-	-	-	1	10,0	10	100,0
TOTAL	20	12,0	34	20,4	28	16,8	23	13,8	21	12,6	13	7,8	9	5,4	3	1,8	4	2,4	5	3,0	7	4,0	167	100,0

FORTE: Tabela A.133

Em síntese, segundo as informações obtidas a partir da pesquisa de campo, é possível visualizar as características básicas que deveria ter um programa habitacional para o servidor. Em linhas gerais, o programa poderá atingir 61% dos servidores, dos quais cerca de 48% gostariam de adquirir um imóvel; 33% desejam um imóvel pronto e 15% construir. As preferências recaem principalmente na aquisição de uma casa térrea. A área desejada situa-se, em média, em 124,76m² e o número de cômodos médios oscila em torno de 8,7 (tabela A.127). Em termos de localização preferida, têm-se a zona Sul, seguida de perto pelas zonas Norte e Leste. A renda mensal dos servidores que desejam participar do programa vai, basicamente, até 6 salários mínimos e sua renda mensal familiar até 10 salários mínimos/mês. Cabe observar que, para as demais faixas de renda superiores a esse limite, o interesse das pessoas pelo programa habitacional está, muitas vezes, vinculado a um investimento para lazer (chácara ou casa na praia) e mesmo aquisição de moradia para os filhos, do que à obtenção de um local para sua moradia.

2.5 AVALIAÇÃO E EXPECTATIVAS QUANTO AOS SERVIÇOS PRESTADO PELO IPE

Aqui apresenta-se o resultado da avaliação dos serviços prestados pelo IPE, desde o ponto de vista do pesquisado e da perspectiva de sua ampliação (tipos de serviços e clientela). Esta análise, assim como a pesquisa de campo, no que toca a este tema, está dividida em duas partes, dado que o acesso aos serviços prestados pelo IPE é restrito apenas aos servidores estatutários.

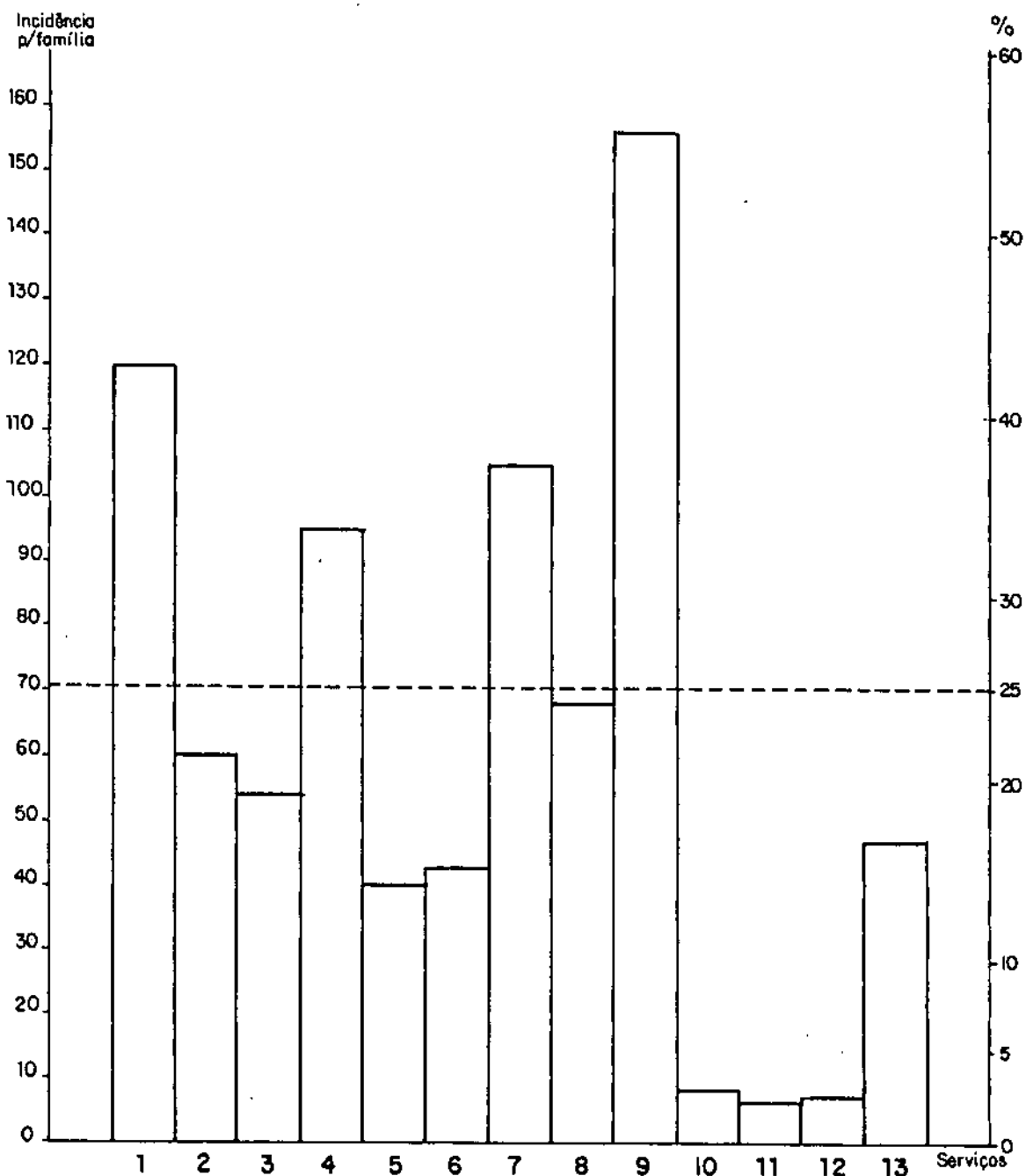
Assim, a primeira parte se refere a estes servidores,

contribuintes e, conseqüentemente, beneficiários do sistema médico e previdenciário do Instituto. Para esse conjunto, verificou-se o grau de utilização e a avaliação dos serviços, bem como o interesse pela implantação de novos programas. A segunda parte diz respeito às expectativas dos servidores celetistas amostrados quanto à possibilidade de virem a ser beneficiados pelos mesmos programas já usufruídos pelos estatutários, bem como analisa a demanda por serviços médicos/odontológicos não-vinculados ao IPE.

Cabe ressaltar que esta análise se baseia na demanda dos serviços por família do servidor, sem considerar quantas vezes cada um de seus membros utilizou cada um destes nos últimos doze meses que precederam a pesquisa.

Em relação ao grau de utilização dos serviços médicos/odontológicos junto ao IPE, por parte dos servidores estatutários amostrados, observa-se que a incidência de uso desses serviços é pequena, principalmente quando se trata dos serviços básicos de saúde - pediatria (20%), ginecologia/obstetrícia (22%) e clínica geral (43%)(gráfico 26). Situação similar ocorre na demanda por atendimento de odontologia e oftalmologia, por serviços radiológicos e laboratoriais e por internamento hospitalar - apenas entre 14% e 38% das famílias dos estatutários amostrados procuraram esses serviços. Quando se trata de serviços especializados como gastroenterologia, cardiologia e neurologia/psiquiatria, a demanda é mínima, não alcançando 3% desse conjunto de famílias. Outros serviços, também especializados, como consulta de doenças respiratórias, não chegam a atingir um índice de 1% de uso. Somente o serviço de farmácia apresenta uma demanda superior a 50%.

GRÁFICO 26 - INCIDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO IPE, POR FAMÍLIA DE SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO, NA RMC - 1985



- | | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 - CLÍNICA GERAL | 8 - RADIOLOGIA |
| 2 - GINECOLOGIA / OBSTETRÍCIA | 9 - FARMÁCIA |
| 3 - PEDIATRIA | 10 - CARDIOLOGIA |
| 4 - OFTALMOLOGIA | 11 - NEUROLOGIA / PSIQUIATRIA |
| 5 - ODONTOLOGIA | 12 - GASTROENTEROLOGIA |
| 6 - INTERNAMENTO HOSPITALAR | 13 - OUTROS |
| 7 - LABORATÓRIO | |

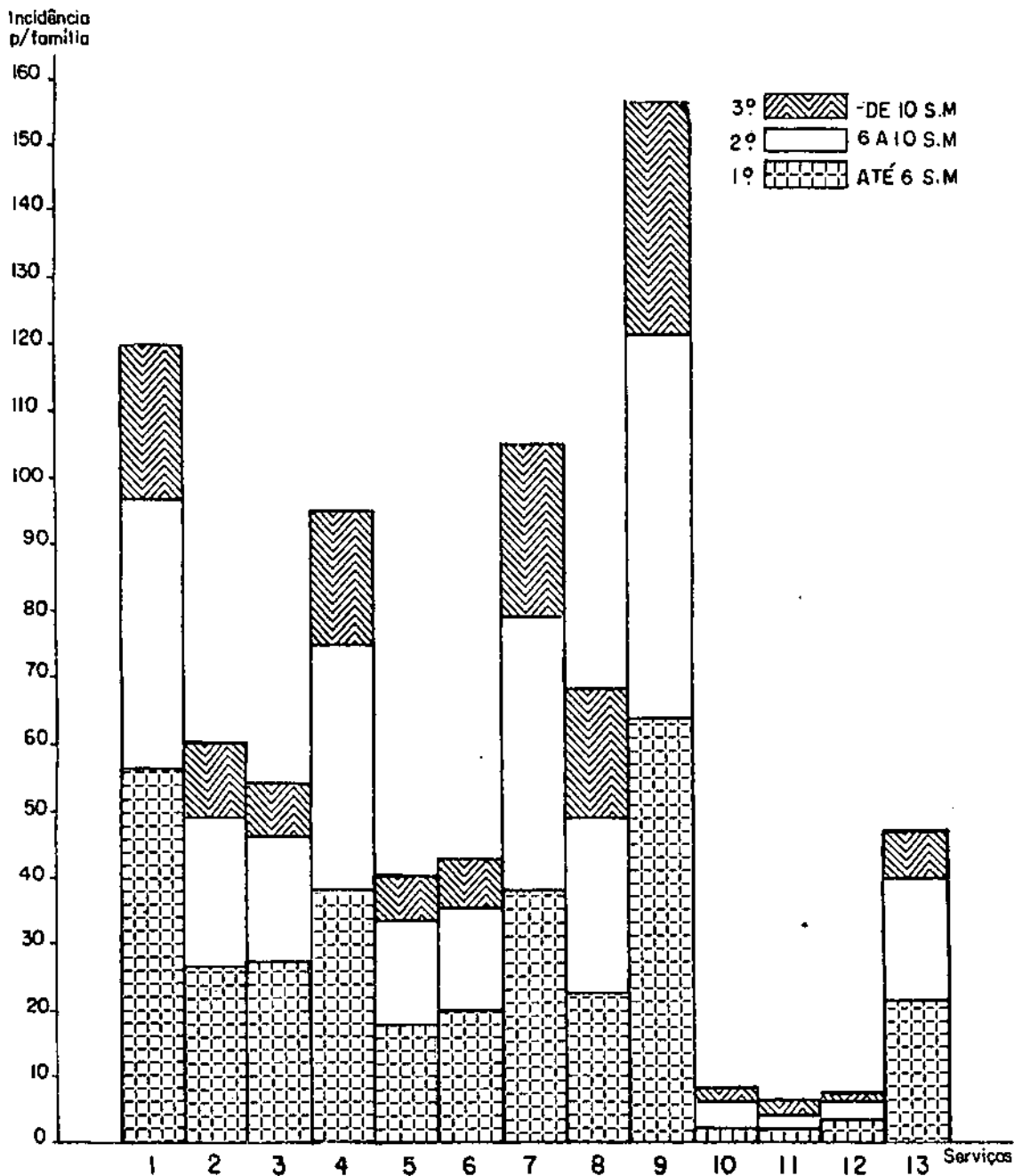
FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985

No gráfico 27, observa-se a distribuição da demanda por serviços médicos/odontológicos, segundo faixas de renda familiar mensal. Na faixa de até 10 salários mínimos, concentra-se a maioria das famílias de servidores estatutários demandante desses serviços - entre 70% e 80% em relação ao total de amostrados do grupo. Verifica-se, ainda, uma concentração razoável (entre 40% e 50%) na faixa de até 6 salários mínimos, excetuando-se os laboratoriais (36%) e radiológicos (34%) (tabela A.134).

Embora a incidência de demanda por serviços do IPE pelas famílias dos estatutários seja baixa, a avaliação dos servidores quanto à sua qualidade recai predominantemente no conceito bom - entre 53% e 72% para os atendimentos de clínica geral, pediatria, ginecologia/obstetrícia, oftalmologia e os serviços de laboratório, radiologia e de farmácia - e no conceito excelente até, por exemplo, 34% daqueles que foram atendidos pelo serviço de oftalmologia, 33% dos atendidos por problemas do aparelho digestivo e por internamento hospitalar (tabela A.135). O serviço de cardiologia foi conceituado de excelente por 57% de seus usuários e bom pelos outros 43%. Também internamento hospitalar foi bem avaliado: 43% indicaram-no como bom e 33% excelente. Pouco mais de 83% dos que procuraram atendimento neurológico ou psiquiátrico avaliaram-no como bom. Na avaliação do serviço odontológico, a opinião dos servidores foi bastante divergente: 25% consideraram-no bom e 17% excelente, mesma proporção para os que o avaliaram "razoável e péssimo".

O IPE, além desses serviços, oferece a seus contribuintes um programa de empréstimo, especial para o servidor estatutário. No entanto, apenas 6% destes utilizaram tal programa, dos quais 48% avaliaram-no como um serviço excelente e

GRÁFICO 27 - UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO IPE ,POR FAMÍLIA DE SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO , SEGUNDO RENDA FAMILIAR MENSAL , NA RMC - 1985



1- CLÍNICA GERAL

2- GINECOLOGIA / OBSTETRÍCIA

3- PEDIATRIA

4- OFTALMOLOGIA

5- ODONTOLOGIA

6- INTERNAMENTO HOSPITALAR

7- LABORATÓRIO

8- RADIOLOGIA

9- FARMÁCIA

10- CARDIOLOGIA

11- NEUROLOGIA / PSIQUIATRIA

12- GASTROENTEROLOGIA

13- OUTROS

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

38% bom .

Esse paradoxo entre baixa utilização e avaliação satisfatória dos serviços prestados pode ser entendido de forma mais clara quando se considera a avaliação qualitativa realizada pelo conjunto dos amostrados, independente da utilização dos serviços nos doze meses que precederam a pesquisa; ou seja, avaliaram os serviços tanto os que já utilizaram como aqueles que deixaram de utilizá-los, ou nem mesmo se dispõem a utilizá-los, em virtude de algumas restrições.

A consolidação das respostas em aberto (ver item 2.5.1), no que se refere a críticas e sugestões quanto aos serviços prestados pelo IPE, fornece algumas indicações quanto a aspectos que, na opinião dos servidores, poderiam ser alterados e/ou melhorados no sentido de garantir um atendimento mais adequado e satisfatório.

Algumas observações dizem respeito à confiabilidade nos serviços prestados por médicos e dentistas, sendo muito frequentes as que revelam que o atendimento de alguns profissionais deixa a desejar em termos de responsabilidade, atenção e qualidade.

Também é frequente a referência ao desempenho de outros profissionais do Instituto, ligadas à marcação de consultas, informações e atendimento ao público, cuja atuação é pouco satisfatória em termos de respeito ao usuário e eficiência.

Outras observações se referem à própria estruturação dos serviços prestados, sendo apontadas inadequações na estrutura física, na localização e, principalmente, na mecânica de operação das atividades do IPE.

No que se refere às sugestões, existem algumas de fácil

implementação, outras que -vão requerer um trabalho de conscientização junto aos funcionários, visando a um atendimento mais harmônico entre Instituto/usuário, e, ainda, aquelas que podem levar a um reestudo das formas operacionais do IPE. Há sugestões, no entanto, que extrapolam o âmbito de atuação do Instituto, revelando que nem sempre é claro para o servidor a abrangência de suas atividades.

A inclusão no questionário de uma questão contendo um rol de opções de programas que o IPE poderia vir a oferecer à sua clientela teve por objetivo avaliar a expectativa do servidor estatutário quanto à melhoria ou ampliação das atividades do Instituto. Observa-se, então, que dos 277 servidores estatutários pesquisados (cada qual listou até 10 das alternativas apresentadas), 66% deram preferência à implantação de um programa de venda de material escolar a preços especiais, 55% a um programa habitacional destinado a funcionários públicos e 52% a uma cooperativa de consumo. Outros programas que aparecem entre as primeiras preferências desses servidores são: cursos de especialização (45%) e assistência jurídica (43%), seguidos dos programas: atendimento médico no local de trabalho, assistência alimentar, convênio com agência de turismo, creche, ampliação do serviço odontológico a outras cidades e oferta de livros, discos e espetáculos culturais (a preços especiais). Estes programas representam entre 33% e 37% das preferências (tabela A.136).

Do cruzamento desses dados com os de renda familiar mensal, tem-se que o programa venda de material escolar e o programa habitacional são considerados prioritários pelos servidores amostrados de todas as faixas de renda, à exceção daqueles que estão situados na faixa de 14 a 16 salários mínimos (tabela A.137).

O primeiro programa concentra entre 45% e 82% das preferências do total dos estatutários amostrados, enquanto o segundo entre 44% e 71% das preferências. Outros programas que aparecem como prioritários para quase todas as faixas de renda são cursos de especialização e cooperativa de consumo.

Alguns programas caracterizam-se como importantes somente em determinadas faixas de renda, como é o caso do programa construção de cemitério, que aparece entre as primeiras alternativas escolhidas, somente na faixa de até 2 salários mínimos, com um índice de 44% das preferências. O programa convênio com agências de turismo começa a aparecer entre os primeiros selecionados a partir das faixas de rendimento acima de 8 salários mínimos. E, finalmente, alguns aparecem entre as primeiras alternativas escolhidas apenas nas últimas faixas de renda, ou seja, acima de 16 salários mínimos, como, por exemplo, atendimento médico no local de trabalho, convênio TOURING/IPE, consórcio para carros usados, ofertas de livros, discos e espetáculos culturais (a preços especiais) e cursos de aperfeiçoamento. Curiosamente, o programa creche foi selecionado entre as primeiras prioridades apenas na faixa de 16 a 18 salários mínimos (71% das preferências desta faixa).

Em relação aos servidores celetistas amostrados, dois aspectos foram abordados. De um lado, tratou-se tanto da demanda e avaliação do único serviço ao qual têm acesso junto ao IPE - farmácia -, quanto do interesse destes em usufruir dos demais serviços do Instituto. De outro, foi analisada a demanda por serviços médicos/odontológicos não-vinculados ao IPE, relacionando-os, ainda, às razões da procura, local (rede pública ou particular) e fonte financiadora (INPS, convênio ou particular).

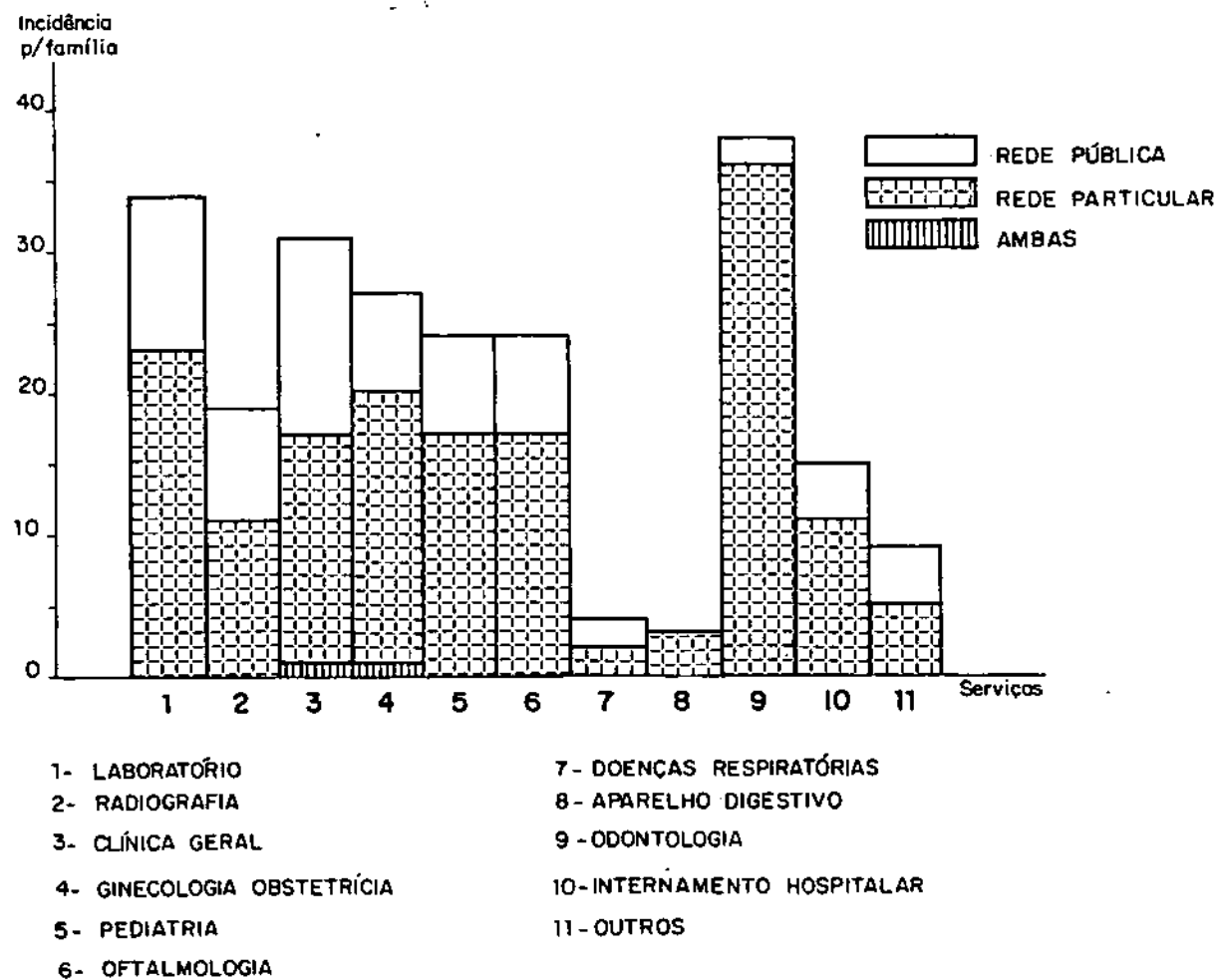
A demanda pelo serviço de farmácia do IPE pelas famílias de celetistas amostrados alcança um índice bastante significativo (50%), principalmente se comparado com o mesmo índice atingido pelos estatutários (56%). No entanto, uma proporção maior de celetistas (65% em relação a 56% dos estatutários) avaliaram esse serviço como bom e cerca de 29% conceituaram-no de excelente e regular (proporção igual à dos estatutários (tabela A.138)).

A possibilidade de usufruir de todos os serviços oferecidos pelo IPE é bem recebida por cerca de 82% dos servidores celetistas que responderam à pesquisa (tabela A.139).

Quanto aos serviços médico/odontológicos não-vinculados ao IPE, tem-se que, nos últimos doze meses que precederam à pesquisa, houve uma demanda por parte de 81% das famílias dos servidores celetistas pesquisados. Esses serviços foram procurados predominantemente junto à rede particular, como são os casos de ginecologia/obstetrícia, pediatria e oftalmologia, além de laboratórios e internamento hospitalar (em torno de 70% da demanda desse grupo). Os serviços de clínica geral e de radiografia apresentam uma demanda um pouco mais equilibrada entre a rede pública e a particular, com um pequeno predomínio para esta última, 52% e 58% respectivamente. Já, odontologia é essencialmente utilizada na rede particular (95% da demanda) (tabelas A.140 e A.141 e gráfico 28).

Ao se analisarem esses dados segundo faixas de renda familiar mensal, observa-se que, em geral, as famílias dos celetistas que percebem acima de 8 salários mínimos demandam qualquer tipo de serviço médico/odontológico predominantemente na rede particular, enquanto aqueles que têm rendimento inferior

GRÁFICO 28- DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE NÃO-VINCULADOS AO IPE , PELO SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA , SEGUNDO LOCAL DE DEMANDA , NA RMC - 1985



FONTE : IPARDES , Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

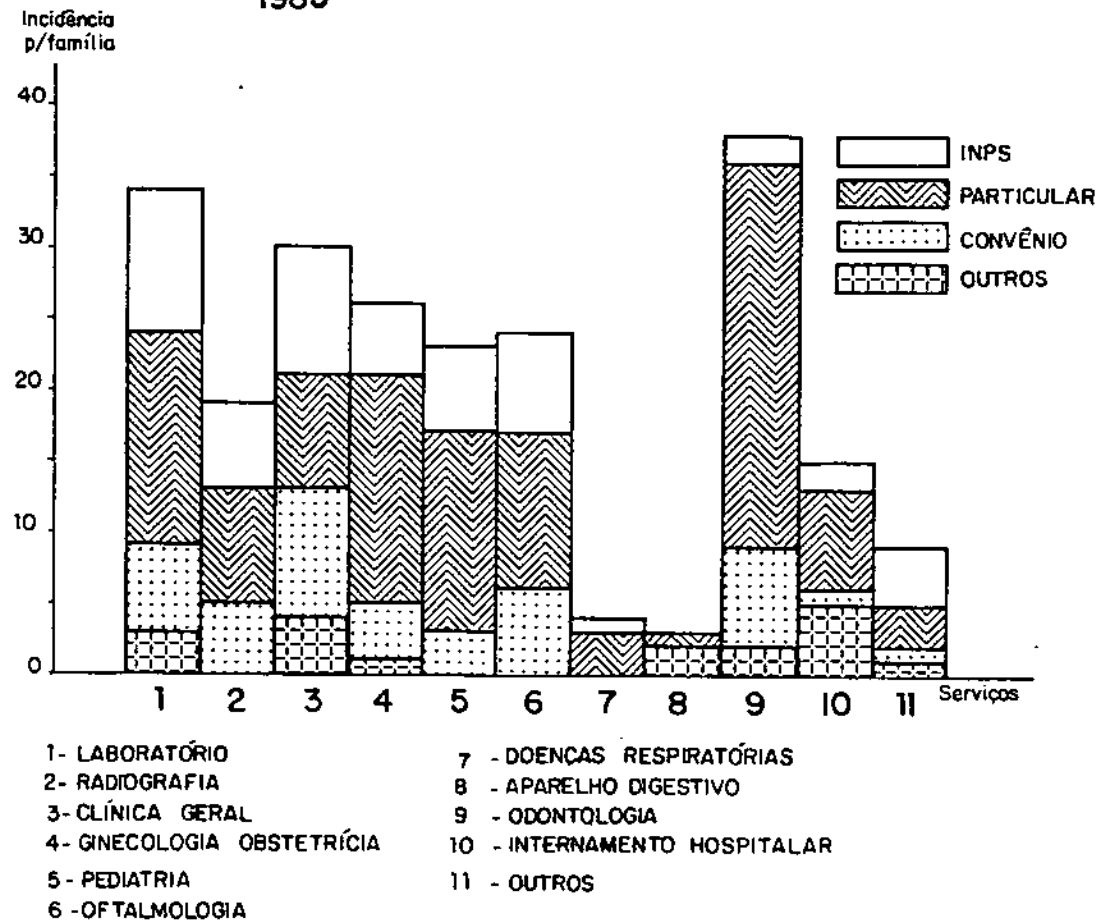
a 4 salários mínimos o fazem na rede pública, à exceção de odontologia (tabelas A.142 e A.143).

Dentre os serviços mais procurados, as principais razões, em sua maioria, foram controle ou prevenção: odontologia e ginecologia/obstetrícia (82%), pediatria (54%), serviços de laboratório (53%) e oftalmologia (50%); e doença: clínica geral (61%), seguido por internamento hospitalar, pediatria e oftalmologia (tabela A.144).

No que diz respeito à fonte financiadora dos serviços utilizados, nota-se que predomina a cobertura feita pelo próprio usuário, ou seja, particular, para a maioria dos serviços, com um percentual variando entre 42% e 75%. Em alguns casos, como clínica geral, serviços de laboratório e de radiografia e internamento hospitalar, há uma maior dispersão entre os índices referentes às diversas fontes de financiamento (tabelas A.145 e gráfico 29).

Considerando-se a distribuição dos celetistas pesquisados, segundo as faixas de renda mensal familiar, tem-se que, na faixa de até 2 salários mínimos, o INPS aparece como o único responsável pela cobertura financeira dos serviços básicos de saúde (clínica geral, ginecologia/obstetrícia e pediatria), de oftalmologia e de laboratório. Nesta mesma faixa, a cobertura do serviço de odontologia é feita tanto pelo INPS quanto pelo próprio usuário. Uma maior distribuição entre as três fontes de financiamento, com um certo predomínio em relação à cobertura do INPS, aparece na faixa de 2 a 6 salários mínimos. A partir daí, a cobertura divide-se entre as de convênios e do próprio servidor, sendo que acima de 8 salários mínimos é predominante a cobertura particular para despesas com os serviços médico/odon-

GRÁFICO 29 - DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE NÃO-VINCULADOS AO IPE, PELO SERVIDOR PÚBLICO CELESTISTA, SEGUNDO FONTE FINANCIADORA, NA RMC - 1985



FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - JAN/ABR - 1985.

tológicos (tabelas A.146, A.147 e A.148).

2.5.1 CRÍTICAS E SUGESTÕES AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO IPE

Com base nas respostas à pergunta 59 do questionário, referente às críticas e sugestões quanto à atuação do IPE, elaborou-se uma listagem consolidada discriminando-as por tipo, embora não sendo possível quantificá-las. As sugestões foram agrupadas de acordo com sua maior ou menor incidência e as críticas separadas quanto a atendimento médico, atendimento odontológico, marcação de consultas, farmácia, empréstimos e distribuição de carteiras.

Assim, têm-se:

a) Sugestões

i) de maior incidência:

- diminuir a burocracia em todos os setores do IPE;
- ampliar o sistema de atendimento por telefone, com maior número de ramais;
- modificar o sistema do IPE de forma a ser possível também a utilização de médicos à escolha do servidor. Ampliar a rede de hospitais;
- melhorar o atendimento de relações públicas do IPE, com maior respeito ao usuário;
- criar postos avançados nos bairros, tanto para atendimento médico como odontológico;
- criar um canal para registro de queixas ou reclamações, bem como para trocas de idéias e sugestões, de forma que os beneficiários

consigam ver encaminhadas as questões que colocam;

- cobrir integralmente as despesas hospitalares e, no caso de internamento, quando o paciente optar em não ficar na enfermaria, o IPE pelo menos deveria garantir as despesas médicas;
- instalar um pronto socorro, funcionando permanentemente, inclusive com especialistas;
- criar o Hospital do Servidor;
- implantar, o mais rápido possível, o programa habitacional;

ii) de incidência moderada:

- reduzir o desconto-padrão do IPE. Quando o beneficiário tiver dois padrões, descontar somente sobre um padrão; fazer o mesmo quando se tratar de um casal de servidores;
- maior divulgação dos serviços prestados, bem como o envio de listagem de médicos com respectivas especialidades. Manter o servidor informado, através de "boletim", do que se faz e do que se oferece no IPE, principalmente quando ocorrem inovações ou mudanças no atendimento;
- credenciar clínicas odontológicas;
- eliminar a taxa adicional cobrada (pelos médicos) em caso de cirurgia;
- fornecer requisição para retirada de medicamentos grátis nos postos do INAMPS;

- aceitar requisição de médicos não-credenciados para realização de exames cobertos pelo IPE;
- atualizar o quadro de médicos, com maior número de especialistas;

iii) de menor incidência:

- transferir automaticamente para outro profissional as consultas marcadas, quando o médico inicialmente designado não comparecer;
- melhorar o nível salarial dos médicos e demais funcionários como forma de incentivo para que prestem bons serviços;
- incluir médico homeopata no corpo clínico do IPE;
- criar linha de financiamento para que o servidor contrua sua casa;
- estender os serviços do IPE aos maridos de servidoras;
- ampliar a assistência médica a todas as cidades do Estado;
- promover cursos de atualização para professores;
- criar uma escola de 1º grau para os filhos de servidores;
- aumentar o teto da pensão que é de somente 60% do salário como ativo;
- criar centros desportivos e recreativos nos bairros;
- criar um departamento jurídico, com assis-

- tência direta ao servidor e seus dependentes;
- melhorar a limpeza e higiene nas instalações sanitárias do IPE;
- melhorar o restaurante do IPE;
- criar sistema de atendimento telefônico a pessoas solitárias e aflitas.

Os militares, especificamente, abordaram duas questões:

- duplo desconto: IPE e Fundo de Saúde Mensal, este dando direito somente ao uso do Hospital Militar;
- o convênio do IPE deveria ser extensivo à Polícia Militar, pois os militares não podem usar o IPE e gostariam de fazê-lo, já que ocorre desconto.

b) Críticas

i) quanto ao atendimento médico:

- falta de atenção e interesse por parte dos médicos; os exames são superficiais e incompletos e as consultas muito rápidas;
- ineficiência e irresponsabilidade nos serviços prestados;
- atraso dos médicos com relação à hora marcada para as consultas;
- horários de consulta muito limitados;
- dificuldade de se ter apoio do IPE para tratamentos e/ou exames em centros médicos especializados e que extrapolam sua competência;
- impossibilidade dos usuários escolherem o

- médico com quem vão se consultar;
- impossibilidade de acesso aos exames especializados, tanto de laboratório como os computadorizados, ou que implicam utilização de equipamentos sofisticados;
 - atendimento clínico (consultas) no próprio IPE insatisfatório;
 - falta de critérios na seleção dos profissionais;
 - muita demora na realização de exames complementares;
 - atendimento domiciliar de emergência insatisfatório;
 - negativa de auxílio, por parte do IPE, para tratamento do excepcional em clínica especializada;
 - atendimentos complementares, como fisioterapia, insatisfatórios;
- ii) quanto ao atendimento odontológico:
- incompleto, inclusive com relação aos serviços de prótese e ortodontia; recursos técnicos escassos;
 - atendimento e material utilizado insuficientes;
 - serviço de plantão insatisfatório;
 - falta de confiabilidade nos serviços prestados;
 - dificuldades na marcação de consultas; poderiam ser marcadas por telefone;

iii) quanto à marcação de consultas:

- falta de organização dos fichários, dificultando a marcação de consultas médicas e odontológicas; queixas quanto às filas;
- marcação por telefone falha; número de ramais insuficiente; falta de organização: não se avisa previamente quando a consulta não poderá ser realizada;

iv) quanto às farmácias:

- preços pouco acessíveis;
- número insuficiente de pessoas para atendimento ao público;
- estoques desatualizados e com pouca variedade;
- número de farmácias reduzido;

v) quanto aos empréstimos:

- taxas de juros elevadas;
- sistema de financiamento limitado; cota de empréstimos pequena; pouca agilização na prestação desse serviço; burocracia e poucos funcionários;
- ausência de empréstimos com juros especiais para aquisição de aparelhos necessários à saúde (ex.: óculos);
- empréstimo hospitalar limitado;

vi) quanto à carteira do IPE:

- renovação muito freqüente;
- necessidade de apresentação de identidade junto com a carteira;
- distribuição lenta.

3 CONCLUSÕES

Os resultados da análise da caracterização do servidor público estadual na Região Metropolitana de Curitiba devem ser entendidos no contexto exato de onde se originaram, ou seja, está-se tratando de um segmento da população paranaense que apresenta certas peculiaridades: é um conjunto de pessoas totalmente inserido no mercado de trabalho, de forma estável: Esta inserção, de modo geral, não é recente, o lhes vem garantindo, já há algum tempo, uma certa estabilidade financeira, a despeito das adversidades da política salarial vigente nos últimos anos. Além disso, trata-se de um grupo com bom nível de escolaridade, com boas condições de habitação e com bom padrão de consumo de bens duráveis.

De modo geral, os resultados levam a supor que se está trabalhando com um conjunto de pessoas até certo ponto homogêneo, em termos de renda familiar, de perfil conservador e com uma padrão de gastos também conservador.

Portanto, é nesse contexto que devem ser encarados os resultados gerais, oriundos da amostra utilizada, apresentados a seguir.

Assim, com relação às características dos servidores que foram objeto da pesquisa, conclui-se que todos eles, tanto estatutários quanto celetistas, trabalham, em sua maioria, cerca de 40 horas semanais; 20% deles têm uma outra atividade, além do serviço público, exercendo-a como empregado em regime de

CLT ou autônomo inscrito na Previdência Social, configurando-se aí um vínculo empregatício.

Cerca de 50% dos servidores moram a uma distância de até 4km do local de trabalho e 16% moram a mais de 10km. A maioria dos pesquisados (53%) gasta até 15 minutos no percurso de casa ao trabalho e apenas 2% fazem este percurso em mais de uma hora. O transporte utilizado, preferencialmente, é o ônibus* (36%), o carro particular (31%), e o percurso a pé (19%).

Por outro lado, considerando-se os valores médios, tem-se que o servidor público trabalha há 16 anos, ganhando 4,4 salários mínimos para trabalhar 37 horas semanais e sustentar 3 dependentes. Mora a 6km do local de trabalho e gasta 21 minutos para percorrer essa distância.

Um dado interessante é a avaliação de tempo de serviço entre estatutários e celetistas, que não acompanha a variação proporcional nos salários. Daí resulta que, em média, um estatutário trabalha há 19 anos e ganha 4,6 salários mínimos, enquanto um celetista trabalha há 8 anos e ganha 3,6 salários mínimos.

Com relação à família do servidor e/ou às pessoas presentes no domicílio, destacam-se as seguintes características. Os domicílios dos servidores têm, em média, 4,5 moradores. Do total das pessoas presentes, 23% é chefe, 18% cônjuge, 46% filho, 7% outro parente, 5% empregado doméstico e 2% é agregado, pensionista, parente do empregado, etc. Desse mesmo conjunto de pessoas, 45% é homem e 55% mulher; dos ser-

*Inclusive os vários tipos e combinações de transporte com ônibus.

vidores, 53% são homens e 47% mulheres. A distribuição dos servidores, segundo a condição na família, revela que 62% são chefes, 25% cônjuges e 10% filhos.

Quanto ao estado civil, observa-se que 57% das pessoas presentes no domicílio são solteiras, 37% casadas e as restantes, (6%), desquitadas, divorciadas, viúvas, unidas livremente ou separadas de fato. Essa situação se altera quando se enfoca somente o servidor, pois se trata de um grupo de pessoas composto somente por adultos: 21% são solteiros, 70% casados e 9% nas demais situações.

No que se refere à frequência à escola, verifica-se que cerca de 38% do total de pessoas presentes frequentam atualmente a escola; desse total, apenas 8% é servidor: A rede de ensino mais utilizada é a particular, tanto para o total de pessoas moradores quanto para servidores. A incidência de analfabetos entre os moradores presentes é mínima, menos de 2%. O nível de escolaridade, por outro lado, é bastante satisfatório, 39% tem o primeiro grau, 21% o segundo e 30% curso superior ou pós-graduação. Para o conjunto de servidores, o quadro apresenta-se ainda melhor: 19% tem o primeiro grau, 17% o segundo grau e 64% curso superior ou pós-graduação.

Do conjunto das pessoas presentes, 47% trabalham atualmente, das quais 63% é chefe ou cônjuge e 22% filho.

A posse de bens imóveis, como terreno, casa, apartamento e chácara, corresponde a 22% das pessoas do domicílio do servidor. Ativos financeiros, como poupança e fundo mútuo, correspondem a 30% desse mesmo conjunto de pessoas. A incidência por tipo de propriedade é maior para o chefe da família, exceto a poupança, que é dos filhos. Considerando-se apenas os servido-

res, ocorre uma situação mais privilegiada: 63% possuem imóveis e quase 50% ativos financeiros.

No que se refere ao salário do servidor, observa-se uma concentração de 58% dos que ganham até 4 salários mínimos e de 80% dos que ganham até 8 salários mínimos. Essa distribuição, por faixa salarial, apresenta algumas diferenças entre os celetistas e estatutários. Ou seja, 45% dos celetistas ganham até 2 salários mínimos e apenas 20% dos estatutários se concentram nesta faixa salarial. No entanto, na faixa seguinte, de 2 a 4 salários mínimos, a concentração relativa é bem maior para os estatutários, 45% contra 10% dos celetistas. A participação se inverte novamente nas faixas seguintes, e a grande concentração dos celetistas está até 8 salários mínimos, 94% contra 83% dos estatutários. Note-se que nenhum servidor celetista foi amostrado em faixas acima de 10 salários, enquanto os estatutários se distribuem em faixas de até mais de vinte salários mínimos.

Considerando-se a renda do servidor, essas diferenças tendem a diminuir, 84% tem renda de até 10 salários mínimos e 95% até 16. Isso significa que os celetistas complementam sua renda através de outra atividade ou outro tipo de rendimento, mais que o estatutário. Se a referência passa a ser a renda familiar, as diferenças, então, praticamente não existem.

Observou-se estreita relação entre renda per capita familiar e renda familiar até 16 salários mínimos, ou seja, quanto maior a renda per capita, maior a concentração em classes de renda mais altas.

Existe relação, também, entre a idade e a renda do servidor, embora não tão clara. A relação entre escolaridade e

renda é muito pequena.

Como se viu anteriormente, ao se considerar a renda familiar dos servidores estatutários e celetistas, as diferenças entre ambos os grupos tornam-se menos significativas do que quando se considera, isoladamente, a distribuição dos salários de cada um dessas categorias. Assim, as demais características da análise tenderam a responder, principalmente, às diferenças entre níveis de renda familiar para o conjunto dos servidores.

Nesses termos, a análise das características dos domicílios apresentou como principais segmentações o conjunto de servidores com até 6 salários mínimos de renda mensal familiar (43% do total), os de 6 a 10 salários mínimos (27%) e os que têm mais de 10 salários mínimos de renda familiar (30%).

De modo geral, o padrão domiciliar, para todas as faixas de renda, parte de um patamar mínimo razoavelmente adequado, tanto em termos da estrutura física dos domicílios como da infra-estrutura e serviços públicos existentes à frente do imóvel e, ainda, dos bens móveis existentes no domicílio. É evidente a relação direta dessas características com a renda mensal domiciliar, ou seja, quanto maior a renda, maior a proporção de domicílios que apresentam esses bens e serviços.

No que tange à propriedade dos domicílios, é significativa a parcela dos amostrados (30% do total) cujo domicílio é próprio do servidor e está integralmente pago. Para os 70% restantes, as condições de propriedade dos domicílios são as seguintes: 8,5% são próprios de outra pessoa da família e integralmente pagos; 26% são próprios do servidor e, ainda, em pagamento; 6% são próprios de outra pessoa da família, também em pagamento; 21% são alugados e os 8,5% restantes são cedidos ou ainda em transação.

A distribuição desses domicílios, segundo faixas de renda mensal familiar, indica que cerca de 70% do conjunto dos domicílios próprios pertence a servidores com até 10 salários mínimos de renda mensal familiar, sendo que aproximadamente 40% estão na faixa de até 6 salários mínimos. Para os domicílios alugados, essas proporções são, respectivamente, 74% e 56%, enquanto para os domicílios cedidos e outros, 59% estão na faixa de até 10 salários e 48% têm até 6 salários mínimos de renda mensal familiar.

A avaliação da adequação das condições domiciliares, segundo os indicadores utilizados (adequação das instalações de água e esgoto, do sistema de esgoto e do uso do equipamento sanitário, dos materiais utilizados na construção, adequação quanto à separação de funções e quanto à densidade domiciliar, por cômodo e por dormitório), revelou que 15% dos domicílios dos pesquisados apresentam algum tipo de inadequação.

De modo geral, esses domicílios inadequados se concentram nas faixas de renda mensal domiciliar de até 4 salários mínimos (64%), revelando uma estreita relação entre condições de habitação inadequada com os menores níveis de renda familiar.

Por outro lado, quanto ao interesse dos servidores em participar de um programa habitacional, observou-se que, em linhas gerais, tal programa poderá atingir 61% dos servidores, dos quais cerca de 48% querem ter acesso a um imóvel, seja adquirindo-o pronto (33%), seja construindo-o (15%). As preferências recaem, principalmente, na aquisição de uma casa térrea (65%) ou apartamento (27%). A área desejada para os que querem casa térrea é de 121,49m², com 8,36 cômodos; em média, para os apartamentos a área é de 127,50m², com 8,54 cômodos.

Cerca de 50% desses amostrados possuem um terreno que poderia ser utilizado para construir um imóvel novo e 55% possuem recursos que podem ser utilizados como poupança. Esses recursos são predominantemente oriundos de caderneta de poupança (54%), seguindo-se FGTS (23%) e bem disponível para venda (22%).

Considerando-se apenas aqueles que desejam construir, ou mesmo reformar um imóvel, cerca de 34% têm disponibilidade de tempo para participar de um programa de mutirão.

No que se refere à localização preferida para a habitação do servidor, tem-se a zona Sul da cidade, seguida de perto pelas zonas Norte e Leste.

A renda mensal dos servidores que querem participar do programa habitacional vai basicamente até 6 salários mínimos e sua renda familiar alcança até 10 salários mínimos.

Cabe ainda observar que para as demais faixas de renda, superiores a esse limite, o interesse das pessoas pelo programa habitacional está muito mais vinculado a um investimento do que à obtenção de um local para sua moradia.

Já, a análise dos dados referentes à utilização dos serviços médicos/odontológicos, pelas famílias de servidores públicos estatutários, nos últimos doze meses que precederam à pesquisa, revela que, em média, a demanda por esse serviço é baixa, não alcançando, na maioria das vezes, um índice superior a 25%. O único serviço procurado por pouco mais de 50% dos pesquisados desse grupo é a farmácia. Cabe observar que isso não significa que a frequência de utilização dos serviços seja baixa, visto que os componentes dessas famílias podem tê-los utilizados intensamente.

No entanto, embora pouco procurados, esses serviços fo-

ram bem avaliados por seus usuários, que os classificaram, predominantemente, com os conceitos "bom" e "excelente", num índice superior a 70% para cada um dos serviços. Exceção é feita à odontologia, que consegue reunir as opiniões mais diversas quanto à qualidade de seu atendimento.

Esse paradoxo entre a baixa utilização e a avaliação satisfatória dos serviços prestados pode ser entendido com maior clareza quando se considera a avaliação qualitativa feita pelo conjunto de amostrados.

Algumas críticas se referem à confiabilidade nos serviços prestados por médicos e dentistas do IPE, considerados insatisfatórios, como também foi muito criticada a atuação dos demais profissionais do Instituto.

Outros aspectos abordados dizem respeito à inadequação da estrutura física, localização e, principalmente, da mecânica de operação das atividades do IPE.

Em relação, ainda, aos servidores estatutários, foi analisado seu interesse quanto à implantação de novos programas, em complementação àqueles tradicionalmente já oferecidos pelo IPE. Tem-se, então, que os programas considerados de maior prioridade por este grupo são: programa de venda de material escolar a preços especiais (66% das preferências), programa habitacional (55%) e cooperativa de consumo (52%). A prioridade dada a esses três programas independe da faixa de rendimento dos amostrados.

Quanto aos servidores celetistas amostrados, verifica-se que 82% manifestaram interesse em tornar-se beneficiários do sistema médico/previdenciário do IPE, sendo que 50% já utilizam a farmácia.

Outro aspecto analisado, com relação a esse grupo de servidores, diz respeito à utilização de serviços médicos/odontológicos não-vinculados ao IPE. É bastante significativa a incidência das famílias que vão buscar assistência junto à rede particular - cerca de 70% deu preferência a esse tipo de atendimento. O serviço de clínica geral é o mais procurado por motivo de doença (61% dos casos), enquanto os de ginecologia/obstetrícia e de odontologia são os mais procurados para controle e prevenção (cerca de 82% dos casos).

Em termos gerais, o usuário é ainda o maior responsável pela cobertura financeira dos serviços médicos por ele utilizados - entre 42% e 75% do total das coberturas. No entanto, esse quadro se apresenta de forma diferente quando se considera essa variável segundo faixas de renda mensal familiar. Na faixa de até 6 salários mínimos, a cobertura financeira é quase que integralmente do INPS, à exceção de odontologia. Acima dessa faixa, a cobertura dos serviços divide-se entre convênio, o próprio usuário, com predomínio deste último.

ANEXO 1 - CÁLCULO DA AMOSTRA

ANEXO 1 - CÁLCULO DA AMOSTRA

Os procedimentos descritos a seguir foram os mesmos adotados tanto para a amostra original como para sua complementação. As informações e os cálculos apresentados correspondem aos resultados finais.

Para seleção da amostra, adotou-se o método de amostragem estratificada, usando o critério de alocação ótima ou de Neymann para a atribuição do número de elementos em cada estrato.

Definiram-se como estratos seis faixas salariais, quais sejam:

FAIXA SALARIAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE ABRIL DE 1985 (Cr\$ 166 560)

0	—————	2 SM
2	—————	3 SM
3	—————	5 SM
5	—————	7 SM
7	—————	10 SM
mais de		10 SM

Essa estratificação se justifica, pois se verificou uma grande heterogeneidade nos valores dos salários dos servidores, comparativamente ao salário médio do servidor, medido pelo coeficiente de variação da renda. Convém lembrar que a estratificação sempre traz ganhos de qualidade para a amostra; no mínimo é equivalente ao método de amostragem aleatória simples.

O cálculo da locação ótima para cada estrato pode ser

explicado através do princípio intuitivo, segundo o qual onde houver população maior, mais elementos a amostra deverá conter e, por outro lado, dadas duas populações de mesmo tamanho, deve-se tirar menos informações daquela cujos elementos forem mais homogêneos entre si.

O relatório do cadastro SIP apresenta o número de elementos de cada estrato (faixa de renda) - N_h . Como medida do grau de homogeneidade de cada estrato calculou-se o desvio padrão de renda (S_h) de todos os funcionários pertencentes ao estrato h .

A alocação ótima então será aquela em que seja obedecida a seguinte relação:

$$w_h = \frac{n_h}{n} = \frac{N_h \cdot S_h}{\sum_h N_h \cdot S_h}$$

onde n_h é o número de elementos da amostra que será extraída do estrato h , e n é o número total de elementos na amostra.

Os cálculos intermediários foram processados pela SEAD, e os resultados para cada estrato da amostra, aparecem nos quadros A.1 e A.2.

O primeiro elemento para o dimensionamento da amostra é o cálculo da variância do estimador que será utilizado. Neste caso, trata-se de estimar a renda média dos servidores, que é um parâmetro diretamente relacionado com os objetivos propostos pela pesquisa e que permite, portanto, avaliar a priori a precisão da amostra a ser retirada.

Essa variância é dada por:

$$V(\bar{Y}) = \frac{1}{N^2} \sum \frac{N_h^2 S_h^2}{w_h}$$

QUADRO A.1 - ALOCAÇÃO ÓTIMA DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL NA RMC - 1985

MUNICÍPIO	FAIXA SALARIAL SM	N _h	S _h	N _h S _h	W _h	n
Curitiba	0 — 2	777	29 647,93444	23 036 445,05739	0,0014668	0,33
	2 — 3	2 200	40 496,90723	89 093 195,91522	0,0056728	1,27
	3 — 5	9 071	610 476,91345	5 537 636 081,92444	0,3525940	78,98
	5 — 7	4 607	975 182,41882	4 492 665 403,51868	0,2860590	64,08
	7 — 10	1 879	140 865,16380	264 685 642,78603	0,0168532	3,78
	> 10	1 711	2 990 269,16504	5 116 350 541,38184	0,3257700	72,97
Almirante Tamandaré	0 — 2	16	20 420,57514	326 729,20227	0,0000208	0,00
	2 — 3	13	37 709,41973	490 222,45646	0,0000312	0,01
	3 — 5	61	84 522,18056	5 155 853,01399	0,0003283	0,07
	5 — 7	13	97 221,39359	1 263 878,11661	0,0000805	0,02
	7 — 10	2	4 000,00006	8 000,00012	0,0000005	0,00
	> 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Araucária	0 — 2	19	25 317,97886	481 041,59832	0,0000306	0,01
	2 — 3	20	49 769,47308	995 389,46152	0,0000634	0,01
	3 — 5	56	87 103,38593	4 877 789,61182	0,0003106	0,07
	5 — 7	23	100 064,96429	2 301 494,17877	0,0001465	0,03
	7 — 10	3	2 236,06810	6 708,20430	0,0000004	0,00
	> 10	2	913 370,51392	1 826 741,02783	0,0001163	0,03
Balsa Nova	0 — 2	5	14 966,62974	74 833,14872	0,0000048	0,00
	2 — 3	2	61 862,75482	123 725,50964	0,0000079	0,00
	3 — 5	13	81 344,92874	1 057 484,07364	0,0000673	0,02
	5 — 7	3	135 657,65381	406 972,96143	0,0000259	0,01
Bocaiúva do Sul	0 — 2	2	12 649,11056	25 298,22111	0,0000016	0,00
	2 — 3	13	36 083,23574	469 082,06463	0,0000299	0,01
	3 — 5	12	79 378,82900	952 546,94803	0,0000607	0,01
	5 — 7	3	59 371,70982	178 116,12947	0,0000113	0,00
	7 — 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Campina Grande do Sul	> 10	4	26 115,13138	104 460,52551	0,0000067	0,00
	0 — 2	5	61 765,68508	308 828,42541	0,0000197	0,00
	2 — 3	17	95 073,65227	1 616 252,08856	0,0001029	0,02
	3 — 5	6	124 743,74771	748 462,48627	0,0000477	0,01
	5 — 7	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Campo Largo	7 — 10	4	696 361,31287	2 785 445,25146	0,0001774	0,04
	> 10	20	15 968,71972	319 374,39442	0,0000203	0,00
	0 — 2	38	50 497,52235	1 918 905,84946	0,0001222	0,03
	2 — 3	167	87 874,92752	14 675 112,89597	0,0009344	0,21
	5 — 7	40	94 747,03789	3 789 881,51550	0,0002413	0,05
	7 — 10	10	155 884,57108	1 558 845,71075	0,0000993	0,02
Colombo	> 10	9	607 344,13147	5 466 097,18323	0,0003480	0,08
	0 — 2	24	20 999,99905	503 999,97711	0,0000321	0,01
	2 — 3	18	43 370,49961	780 668,99300	0,0000497	0,01
	3 — 5	116	95 362,46300	11 062 045,70770	0,0007043	0,16
	5 — 7	26	88 881,94084	2 310 930,46188	0,0001471	0,03
	7 — 10	2	11 789,82615	23 579,65231	0,0000015	0,00
> 10	2	471 356,54449	942 713,08899	0,0000600	0,01	

continua

MUNICÍPIO	FAIXA SALARIAL SM	N_h	S_h	$N_h S_h$	W_h	n
Contenda	0 — 2	8	24 413,11121	195 304,88968	0,0000124	0,00
	2 — 3	7	51 565,49454	360 958,46176	0,0000230	0,01
	3 — 5	18	91 607,85675	1 648 941,42151	0,0001050	0,02
	5 — 7	9	112 765,23590	1 014 887,12311	0,0000646	0,01
	7 — 10	2	19 078,78518	38 157,57036	0,0000024	0,00
	> 10	2	210 644,24515	421 288,49030	0,0000268	0,01
Mandirituba	0 — 2	8	11 489,12549	91 913,00392	0,0000059	0,00
	2 — 3	5	44 102,15378	220 510,76889	0,0000140	0,00
	3 — 5	30	115 043,47801	3 451 304,34036	0,0002198	0,05
	5 — 7	6	66 528,19633	399 169,17801	0,0000254	0,01
	7 — 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
	> 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Piraquara	0 — 2	32	21 954,49829	702 543,94531	0,0000447	0,01
	2 — 3	40	50 980,39150	2 039 215,66010	0,0001298	0,03
	3 — 5	286	95 807,09457	27 400 829,04816	0,0017447	0,39
	5 — 7	80	96 239,27116	7 699 141,69312	0,0004902	0,11
	7 — 10	29	152 006,58798	4 408 191,05148	0,0002807	0,06
	> 10	19	580 580,67322	11 031 032,79114	0,0007024	0,16
Quatro Barras	0 — 2	5	27 184,55553	135 922,77765	0,0000087	0,00
	2 — 3	8	37 027,01807	296 216,14456	0,0000189	0,00
	3 — 5	15	119 390,09666	1 790 851,44997	0,0001140	0,03
	5 — 7	5	121 511,29723	607 556,48613	0,0000387	0,01
	7 — 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Rio Branco do Sul	0 — 2	7	24 596,74597	172 177,22178	0,000110	0,00
	2 — 3	20	40 914,54506	818 290,90118	0,0000521	0,01
	3 — 5	45	103 300,54283	4 648 524,42741	0,0002960	0,07
	5 — 7	7	69 101,37553	403 709,63573	0,0000308	0,01
	7 — 10	3	61 919,30294	185 757,90882	0,0000118	0,00
	> 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
São José dos Pinhais	0 — 2	27	24 310,49109	656 383,25930	0,0000418	0,01
	2 — 3	54	41 976,18484	2 266 713,98163	0,0001443	0,03
	3 — 5	232	89 710,64568	20 812 869,79675	0,0013252	0,30
	5 — 7	98	89 621,41991	8 782 899,15085	0,0005592	0,13
	7 — 10	2	97 077,27432	194 154,54865	0,0000124	0,00
	> 10	10	901 862,71667	9 018 627,16675	0,0005742	0,13
TOTAL		22 160		15 705 398 863,0141		224,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Cadastro SIP/SEAD - Elaboração IPARDES

QUADRO A.2 - ALOCAÇÃO ÓTIMA DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA DE SERVIDORES CELETISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, NA RMC - 1985

MUNICÍPIO	FAIXA SALARIAL SM	N _h	S _h	N _h S _h	W _h	n
Curitiba	0 — 2	1 483	40 311,28883	59 781 641,34026	0,0381964	1,57
	2 — 3	3 795	42 402,83012	160 918 740,32021	0,1028160	4,22
	3 — 5	1 402	91 945,63866	128 907 785,39658	0,0823634	3,38
	5 — 7	738	95 430,60303	70 427 785,03418	0,0449986	1,84
	7 — 10	244	133 772,20154	32 640 417,17529	0,0208550	0,86
	> 10	191	5 556 286,62109	1 061 250 744,62891	0,6780680	27,80
Almirante Tamandaré	0 — 2	16	46 872,16282	749 954,60510	0,0004792	0,02
	2 — 3	9	55 569,77749	500 127,99740	0,0003195	0,01
	3 — 5	12	83 839,13994	1 006 069,67926	0,0006428	0,03
	5 — 7	2	127 062,98828	254 125,97656	0,0001624	0,01
	7 — 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Araucária	0 — 2	25	63 229,74205	1 580 743,55125	0,0010100	0,04
	2 — 3	10	46 604,72393	466 047,23930	0,0002978	0,01
	3 — 5	4	67 734,78031	270 939,12125	0,0001731	0,01
	5 — 7	2	173 453,15933	346 906,31856	0,0002216	0,01
Balsa Nova	0 — 2	9	90 564,89944	815 084,09500	0,0005208	0,02
	2 — 3	2	28 425,33827	56 850,67654	0,0000363	0,00
	3 — 5	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Bocaiúva do Sul	0 — 2	6	10 148,89121	60 893,34726	0,0000389	0,00
	2 — 3	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
	3 — 5	2	223 939,76212	447 879,52423	0,0002862	0,01
Campina Grande do Sul	0 — 2	8	91 312,64687	730 501,17493	0,0004667	0,02
	2 — 3	3	80 110,66570	240 356,99709	0,0001536	0,01
	3 — 5	7	102 907,72438	720 354,07066	0,0004603	0,02
Campo Largo	0 — 2	25	72 235,73208	1 805 893,30196	0,0011538	0,06
	2 — 3	5	45 166,35895	225 831,79474	0,0001443	0,01
	3 — 5	7	44 933,28094	314 532,96667	0,0002010	0,01
Colombo	0 — 2	32	66 820,65964	2 138 261,10840	0,0013662	0,06
	2 — 3	8	46 850,82912	374 806,63300	0,0002395	0,01
	3 — 5	11	89 230,01289	981 530,14183	0,0006271	0,03
	5 — 7	3	84 534,01566	253 602,04697	0,0001620	0,01
	7 — 10	2	1 000,00009	2 000,00018	0,0000013	0,00
Contenda	0 — 2	2	1 000,00009	2 000,00018	0,0000013	0,00
	2 — 3	2	18 867,96236	37 735,92472	0,0000241	0,00
Nandirituba	0 — 2	10	87 635,61249	876 356,12488	0,0005599	0,02
	2 — 3	6	52 163,20515	312 979,23088	0,0002000	0,01
	3 — 5	5	80 956,77376	404 783,86879	0,0002586	0,01
	5 — 7	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Piraquara	0 — 2	40	56 850,68130	2 274 027,25220	0,0014530	0,06
	2 — 3	213	44 147,48192	9 403 413,64861	0,0060081	0,25
	3 — 5	284	52 858,30498	15 011 758,61359	0,0095915	0,39
	5 — 7	17	77 897,36748	1 324 255,24712	0,0008461	0,03
	7 — 10	2	9 899,49524	19 798,99049	0,0000127	0,00
Quatro Barras	0 — 2	2	5 830,95193	11 661,90386	0,0000075	0,00
	2 — 3	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
Rio Branco do Sul	0 — 2	8	7 681,14567	61 449,16534	0,0000393	0,00
	2 — 3	6	30 463,08994	182 778,53966	0,0001168	0,00
	3 — 5	3	159 555,63545	478 666,90636	0,0003058	0,01
	5 — 7	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
São José dos Pinhais	0 — 2	43	74 552,00195	3 205 736,08398	0,0020482	0,08
	2 — 3	30	35 142,56716	1 054 277,01473	0,0006736	0,03
	3 — 5	17	110 530,54810	1 879 019,31763	0,0012006	0,05
	5 — 7	4	74 839,83040	299 359,32159	0,0001913	0,01
	7 — 10	1	0,00000	0,00000	0,0000000	0,00
TOTAL		8 764		1 565 110 462,4182		41,00

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Cadastro SIP/SEAD - Elaboração IPARDES

onde:

\hat{Y} = estimador da renda média dos servidores;

N = número total de servidores na população.

Essa função permite relacionar n e $V(\hat{Y})$, ou seja, o número total de elementos na amostra e a precisão (variância) do estimador que será utilizado.

Considerando-se a Região Metropolitana de Curitiba como o universo a ser pesquisado, obtêm-se a relação:

$$V(\hat{Y}) = \frac{1}{n} 5,022944036 \times 11 \quad \text{para os estatutários}$$

$$V(\hat{Y}) = \frac{1}{n} 3,1892174712 \times 10 \quad \text{para os celetistas}$$

Os estatutários e celetistas foram tratados separadamente por constituírem universos bastantes diferentes em termos de tamanho (22 160 estatutários e 8 764 celetistas), visando, dessa forma, não distorcer a representatividade da amostra.

Através dessas funções, calculou-se o erro amostral correspondente a cada número de elementos na amostra (n), supondo-se a normalidade do estimador \hat{Y} .

Sabendo-se que \hat{Y} é um estimador de \bar{Y} (verdadeira renda média), a variável:

$z = \frac{|\hat{Y} - \bar{Y}|}{\sqrt{V(\hat{Y})}}$ tem distribuição normal reduzida e dividindo-se ambos os membros por \bar{Y} , obtêm-se:

$$z = \frac{\frac{|\hat{Y} - \bar{Y}|}{\bar{Y}}}{\frac{\sqrt{V(\hat{Y})}}{\bar{Y}}}$$

A expressão $e = \frac{|\hat{Y} - \bar{Y}|}{\bar{Y}}$ mede o erro amostral relativo e, multiplicado por 100, mede o desvio percentual do estimador (\hat{Y}) do parâmetro (\bar{Y}) em relação a este último.

No cálculo do tamanho da amostra para os funcionários

estatutários e celetistas da RMC, adotou-se uma margem de erro de 10% da renda média dos servidores e um nível de confiança de 95%.

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO/FORMULÁRIO

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

1. NDF

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO

- 1- Este formulário deverá ser aplicado aos servidores públicos amostrados, em seu local de trabalho.
- 2- Os quadros I, II, III e IV deverão ser aplicados a todos os servidores amostrados (estatutários e celetistas).
- 3- O quadro V deverá ser aplicado somente aos servidores amostrados estatutários (folhas verdes).
- 4- O quadro VI deverá ser aplicado somente aos servidores amostrados celetistas (folhas rosa).
- 5- O quadro de opinião deverá ser respondido pelo servidor, sem auxílio do pesquisador e lacrado em envelope específico para este fim. O pesquisador deverá esclarecer ao servidor que a pesquisa de opinião será processada à parte, e que em nenhum caso será feita a identificação do informante.

CONTROLE DA APLICAÇÃO E TABULAÇÃO

REFERÊNCIA	NOME	DATA	REFERÊNCIA	NOME	DATA
A			N		
B			O		
C			P		
D			Q		
E			R		
F			S		
G			T		
H			U		
I			V		
J			X		
L			Y		
M			Z		

OBSERVAÇÕES:

CONTROLE

ENDEREÇO		ÓRGÃO
NOME DO ENTREVISTADOR		DEPTO
		SEÇÃO/ESCOLA
DATA DA ENTREVISTA		SALA <input type="text"/>
		DIA MÊS ANO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
ENTREVISTA REALIZADA <input type="checkbox"/> HORÁRIO Início <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> HS MIN Término <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> HS MIN		ENTREVISTA NÃO REALIZADA <input type="checkbox"/> (Férias) <input type="checkbox"/> (Tratamento de Saúde) <input type="checkbox"/> (Ausente) <input type="checkbox"/> (Recusa de Informações) <input type="checkbox"/>
MOTIVO		
APRECIÇÃO DA EQUIPE DE REVISÃO		RETORNAR Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
DATA <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> DIA MÊS ANO		COMPLETAR INFORMAÇÕES <input type="checkbox"/> QUADRO TORNAR LEGÍVEL <input type="checkbox"/>
REVISOR _____		I <input type="checkbox"/> II <input type="checkbox"/> III <input type="checkbox"/> IV <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/>
OBSERVAÇÕES _____ _____ _____ _____ _____		PERGUNTAS <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
		ENTREVISTA COMPLETA <input type="checkbox"/>

ESPAÇO PARA ANOTAÇÕES E/OU OBSERVAÇÕES SOBRE PROBLEMAS E/OU ASPECTOS RELATIVOS À APLICAÇÃO/TABULAÇÃO/PROCESSAMENTO DESTES FORMULÁRIO.

QUADRO I - CARACTERÍSTICAS DO SERVIDOR

1 - CARGO QUE O SERVIDOR OCUPA? (Por cargo entende-se o conjunto de atribuições e responsabilidades delegadas ao funcionário, com denominação própria)

2 - FUNÇÃO QUE EXERCE? (Por função entende-se a vantagem acessória atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento e outros)

3 - QUAIS AS ATIVIDADES QUE O SR.(A) EXECUTA COMO SERVIDOR PÚBLICO?

4 - EM MÉDIA, POR SEMANA, QUANTAS HORAS NORMAIS O SR.(A) TRABALHA COMO SERVIDOR PÚBLICO?

_____ Horas normais (exceto extras)

5 - EM MÉDIA, POR SEMANA, QUANTAS HORAS EXTRAS O SR.(A) FAZ COMO SERVIDOR PÚBLICO?

_____ Horas extras

6 - HÁ QUANTO TEMPO O SR.(A) TRABALHA COMO SERVIDOR PÚBLICO? (Caso seja há mais de 11 meses, considere apenas os anos completos)

_____ Anos _____ Meses

7 - ALÉM DESSE SEU EMPREGO, O SR.(A) TEM ALGUM OUTRO TRABALHO OU ATIVIDADE REMUNERADA? (Exceto juros, renda de capital)

1 Sim, tenho outro trabalho ou atividade remunerada

2 Não

8 - ESPECIFIQUE INDIVIDUALMENTE, CASO POSSUA MAIS DE UM OUTRO TRABALHO OU ATIVIDADE REMUNERADA, ALÉM DESSA COMO SERVIDOR PÚBLICO.

A

1. QUAL O OUTRO TRABALHO OU ATIVIDADE?

2. NESTE TRABALHO OU ATIVIDADE, EM MÉDIA, POR MÊS, NOS ÚLTIMOS 3 MESES, QUANTO O SR.(A) GANHOU? CRB _____

3. ESTA ATIVIDADE É DESENVOLVIDA DE QUE MANEIRA? CONSTANTE EVENTUAL

4. EM MÉDIA, POR SEMANA, QUANTAS HORAS O SR.(A) TRABALHA NESTA ATIVIDADE? _____ horas

B

1. QUAL O OUTRO TRABALHO OU ATIVIDADE?

2. NESTE TRABALHO OU ATIVIDADE, EM MÉDIA, POR MÊS, NOS ÚLTIMOS 3 MESES, QUANTO O SR.(A) GANHOU? CRB _____

3. ESTA ATIVIDADE É DESENVOLVIDA DE QUE MANEIRA? CONSTANTE EVENTUAL

4. EM MÉDIA, POR SEMANA, QUANTAS HORAS O SR.(A) TRABALHA NESTA ATIVIDADE? _____ horas

pule p/10

9 - COMO O SR.(A) ESTÁ VINCULADO A ESTE(S) OUTRO(S) TRABALHO(S) OU ATIVIDADE(S)?

- 1 Empregado(a) doméstico(a), com carteira assinada
 2 Empregado(a) doméstico(a), sem carteira assinada
 3 Diarista em serviços domésticos
 4 Autônomo, trabalhador por conta própria, profissional liberal, biscateiro, inscritos na Previdência Social

 5 Idem, não inscritos na Previdência Social
 6 Auxiliar membro da família, agregado sem remuneração
 7 Aprendiz ou outro, sem remuneração
 8 Empregador
 9 Trabalhador familiar
 10 Empregado, em regime de CLT
 11 Empregado, sem regime de CLT
 Outro _____

10 - O SR.(A) PAGA ALGUM TIPO DE SEGURO/MONTEPIO/PENSÃO OU COISA SEMELHANTE?

- 1 Sim
 2 Não

11 - QUAL(IS) TIPO(S) O SR.(A) PAGA?

- 1 Seguro
 2 Montepio
 3 Pensão
 Outro (descreva) _____

12 - DESTES, QUAIS SÃO DESCONTADOS EM FOLHA?

- 1 Seguro
 2 Montepio
 3 Pensão
 Outro (descreva) _____
 0 Nenhum deles

13 - QUANTO REPRESENTA ESTE DESCONTO EM VALOR OU EM PERCENTUAL, NO TOTAL DOS SEUS VENCIMENTOS?

- 1 Seguro _____ % ou valor em Cr\$ _____
 2 Montepio _____ % ou valor em Cr\$ _____
 3 Pensão _____ % ou valor em Cr\$ _____
 Outro _____ % ou valor em Cr\$ _____

14 - QUANTAS PESSOAS (da sua família ou não) DEPENDEM ECONOMICAMENTE DO SR:(A)?

_____ Pessoas

15 - QUAL O ENDEREÇO DO DOMICÍLIO ONDE O SR.(A) MORA?

Rua _____ nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Conjunto: _____

Próximo de: _____

16 - QUAL A DISTÂNCIA APROXIMADA, EM QUILOMETROS, DO SEU DOMICÍLIO AO LUGAR ONDE O SR.(A) TRABALHA?

_____ Km

17 - NORMALMENTE, QUANTO TEMPO O SR.(A) GASTA DIARIAMENTE SE DESLOCANDO PARA CHEGAR AO SEU TRABALHO? (Em horas e minutos)

18 - QUAL(IS) TIPO(S) DE TRANSPORTE QUE O SR.(A) UTILIZA PARA IR AO SEU TRABALHO? (Caso ocorra mais de um tipo, coloque números de ordem, na seqüência em que ocorreram)

- 1 Vai a pé (não deverá ser considerado o trajeto domicílio - ponto de ônibus)
- 2 Ônibus intermunicipal
- 3 Ônibus expresso, com alimentador
- 4 Ônibus expresso, sem alimentador
- 5 Alimentador
- 6 Interbairros
- 7 Ônibus convencional, (ônibus comum, em Curitiba)
- 8 Ônibus da empresa ou fornecido por ela
- 9 Carro particular
- 10 Carro de amigos (carona)
- 11 Motocicleta
- 12 Bicicleta
- Outro (especifique) _____

OBSERVAÇÕES

QUADRO II - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

19 - QUAL O TIPO DO DOMICÍLIO ONDE O SR.(A) MORA?

- 1 Casa
- 2 Apartamento
- 3 Cômodo de casa Quantos? _____
- 4 Cômodo de apartamento Quantos? _____
- Outro (descreva) _____

20 - HÁ QUANTO TEMPO O SR.(A) ESTÁ MORANDO NESTE DOMICÍLIO?

_____ Anos completos

21 - QUAL A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO ONDE O SR.(A) MORA?

- 1 Próprio, do servidor
- 2 Próprio, de outra pessoa da família
- 3 Cedido pela empresa ou empregador
- 4 Cedido por outro(s)
- 5 Alugado
- Outro (especifique) _____

pule p/ 29

pule p/ 27

22 - COMO FOI ADQUIRIDO O DOMICÍLIO ONDE O SR.(A) MORA?

- 1 Herdado
- 2 Comprado acabado
- 3 Comprado em construção (ou na planta)
- 4 Construído por terceiros, sob contrato formal ou não
- 5 Construído com mão-de-obra familiar ou vicinal gratuita (mutirão)
- Outro (especifique) _____

23 - ESTADO DE TRANSAÇÃO

- 1 Pago à vista por ocasião da compra
- 2 Pago em prestações ou a prazo (totalmente pago)
- 3 Atualmente em pagamento
- Outro (especifique) _____

pule p/25

24 - CASO EM PAGAMENTO, QUANTO PAGA DE PRESTAÇÃO ATUALMENTE (mês de dezembro de 84)

,Cr\$ _____

25 - QUAL A IDADE DO IMÓVEL ONDE O SR.(A) MORA?

_____ Anos completos

26 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO TERRENO DESSE IMÓVEL (Não aplicar esta questão quando o domicílio for apartamento)

- 1 Próprio, do servidor
- 2 Próprio, de outra pessoa da família
- 3 Arrendamento ou aluguel
- 4 Ocupação de terreno público ou particular
- Outro (especifique) _____

pule p/29

27 - QUANTO PAGA DE ALUGUEL?

Cr\$ _____ Por _____

28 - A QUEM É PAGO ESSE ALUGUEL?

- 1 Ao proprietário do imóvel (domicílio)
 2 Imobiliária
 3 Banco
 Outro (especifique) _____

29 - ALGUM CÔMODO OU PARTE DO DOMICÍLIO É SUBLOCADO A OUTRA(S) PESSOA(S) OU FAMÍLIA?

- 1 Sim
 2 Não

30 - QUE TIPO(S) DE CÔMODO(S) OU PARTE(S)?

31 - QUANTO É COBRADO PELO ALUGUEL DESSE CÔMODO OU PARTE?

Cr\$ _____ Por _____

32 - MATERIAL PREDOMINANTE DO PISO (Exceto do banheiro e da cozinha)

- 1 Madeira
 2 Cerâmica ou ladrilho
 3 Mármore
 4 Cimento
 5 Terra batida
 6 Materiais aproveitados
 7 Carpete
 Outro (descreva) _____

33 - MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES EXTERNAS

- 1 Madeira
 2 Alvenaria
 3 Misto
 Outro (descreva) _____

34 - TIPO DE COBERTURA PREDOMINANTE

- 1 Madeira
 2 Cimento amianto
 3 Zinco ou folha metálica
 4 Laje
 5 Telha de barro ou cerâmica
 6 Materiais aproveitados
 Outro (descreva) _____

35 - O DOMICÍLIO É SERVIDO POR ENERGIA ELÉTRICA?

- 1 Sim
 2 Não

36 - QUAL O TIPO DE LIGAÇÃO?

- 1 Com relógio (com medidor)
 2 Sem relógio (sem medidor)

pule p/32

pule p/37

37 - QUAL O TIPO DO EQUIPAMENTO SANITÁRIO UTILIZADO?

- 1 Vaso sanitário com descarga
 2 Latrina com fossa negra (casinha)
 Outro (descreva) _____

38 - COMO É USADO O EQUIPAMENTO SANITÁRIO DO SEU DOMICÍLIO?

- 1 Exclusivamente pela sua família
 2 Em comum com outro domicílio (ou família)
 Outro (especifique) _____

39 - QUAL O TIPO DE DESPEJO SANITÁRIO (esgoto) UTILIZADO NO SEU DOMICÍLIO?

- 0 Não tem nenhum tipo de despejo (= despejo a céu aberto)
 1 Rede geral
 2 Fossa séptica (revestida)
 3 Fossa rudimentar (dejetos em contato com a terra)
 Outro (especifique) _____

40 - QUAL O TIPO DE INSTALAÇÃO D'ÁGUA QUE ABASTECE O DOMICÍLIO

- 1 Rede Geral
 2 Poço
 3 Água de fonte
 Outra forma (especifique) _____
- 1 Com canalização interna
 2 Sem canalização interna
 1 Com relógio (medidor)
 2 Sem relógio (medidor)

41 - QUANTAS PESSOAS ESTÃO MORANDO NESSE DOMICÍLIO? (Parente ou não, que estejam morando efetivamente. Não devem ser computados os visitantes e empregados que não durmam no domicílio)

_____, Pessoas

42 - NÚMERO DE CÔMODOS OU DEPENDÊNCIAS DO DOMICÍLIO, POR USO, SEGUNDO A DESTINAÇÃO?

01. DESTINAÇÃO DO CÔMODO OU DEPENDÊNCIA	02. QUAL A QUANT. EXISTENTE NO DOMICÍLIO ?	03. DESSES, QUANTOS ESTÃO SERVINDO COMO DORMITÓRIO, NORMALMENTE ?	04. QUAL O Nº DE PESSOAS QUE USAM ESSA(S) DEPENDENCIA(S) COMO DORMITÓRIO	05. USA EM COMUM COM OUTRO DOMICÍLIO ? S/N
01. CÔMODO ÚNICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
02. QUARTO				
03. SALA				
04. COPA				
05. COZINHA				
06. BANHEIRO				
07. GARAGEM				
08. QUARTO DE EMPREGADA				
09. ÁREA DE SERVIÇO				
10. HALL OU CORREDOR				
OUTRO (descreva)				
TOTAL				<input checked="" type="checkbox"/>

43 - QUAL A INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS EXISTENTES NA RUA, EM FRENTE AO IMÓVEL? (No caso de imóvel em esquina, considerar as duas ruas)

- 0 Não tem nenhum tipo de infra-estrutura
 1 Rede d'água pública
 2 Iluminação pública
 3 Rede de esgotos pública
 4 Galeria de águas pluviais (rua que tem buero)
 5 Valeta
 6 Rede telefônica
 7 Coleta do lixo
 8 Calçada
 9 Pavimentação
 10 Arborização viária
 Outro (descreva) _____

44 - QUAIS OS GASTOS MENSIS DE SUA FAMÍLIA COM CADA UM DOS ITENS ABAIXO? (No caso de gasto variável, estabelecer uma média dos últimos três meses)

TIPO DE GASTO MENSAL	VALOR GASTO (em Cr\$)
01. Condomínio	
02. Água-Esgoto	
03. Luz (energia elétrica)	
04. Telefone	
05. Taxa de asfalto	
06. Imposto predial	
07. Educação (mensalidade na escola ou creche)	
08. Empregada doméstica	
09. Transporte (gasolina, ônibus, etc.)	
10. Aulas extras (EX.: GINÁSTICA, PIANO, PARTICULAR)	
11. Alimentação	
12.	
13.	
14.	

45 - QUAIS OS BENS MÓVEIS EXISTENTES NO SEU DOMICÍLIO, PERTENCENTES A SUA FAMÍLIA?
(família do servidor)

TIPO OU DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
01- Chuveiro (elétrico ou a gás)	
02- Aspirador de pó	
03- Aparelho de som	
04- Automóvel	
05- Aquecedor de ar (elétrico ou gás)	
06- Batedeira	
07- Bicicleta	
08- Enceradeira elétrica	
09- Espremedor (elétrico)	
10- "Freezer"	
11- Fogão a gás (exceto fogareiro)	
12- Fogão a lenha	
13- Ferro elétrico	
14- Geladeira (refrigerador)	
15- Gravador portátil	
16- Liquidificador	
17- Máquina de lavar roupa	
18- Máquina de lavar louça	
19- Máquina de secar roupa	
20- Máquina de costura	
21- Motocicleta	
22- Rádio	
23- Secador de cabelos	
24- Televisor preto e branco	
25- Televisor colorido	
26- Telefone	
27- Ventilador ou circulador de ar	
28- Aparelho de ar refrigerado	

46 - CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS NO DOMICÍLIO

11A - NAS OUTRAS RENDAS COMPROVADAS COMPUTAR RENDAS DE CAPITAL, JUROS, TÍTULOS, ALUGUÉIS, POUPANÇA, APLICAÇÕES, ETC
 11B - RENDA PROVENIENTE DE BISCATES E OUTRAS NÃO COMPROVÁVEIS

3- SEXO *	4- EST. CIVIL *	5- DATA DE NASCIMENTO			6- REL. DE PARENTESCO COM O CHEFE *	7- SITUAÇÃO DE PRESENCIA *	8- SITUAÇÃO ATUAL DE FREQUÊNCIA A ESCOLA *	9- CASO ESTU- DE, QUAL A DEPENDÊN- CIA ADMIN- DA ESCOLA *	10- ATUAL NÍVEL DE ESCOLA- RIDADE *	11- RENDA MENSAL					
		A. DIA	B. MÊS	C. ANO						A. COMPROVADA OU COMPROVÁVEL			B. NÃO COMPROVADA OU NÃO COMPROVÁVEL		
										1. SALÁRIO	2- VANTAGENS (SOMENTE PARA ESTATUTÁRIOS)	3- OUTRAS COMPROVADAS			

<p>* 3 - SEXO M - Masculino F - Feminino</p>	<p>* 4 - ESTADO CIVIL S - Solteiro C - Casado D - Desquitado/Divorciado V - Viúvo L - União Livre</p>	<p>* 6 - REL. DE PARENTESCO 1 - Chefe 2 - Cônjuge 3 - Filho 4 - Outro parente 5 - Agregado 6 - Pensionista 7 - Empregado doméstico 8 - Parente da empregada 88 - Outro (descreva)</p>	<p>* 7 - SIT. DE PRESENCIA P - Morador presente A - Morador ausente</p> <p>* 8 - SIT. DE FREQUÊNCIA NE - Nunca estudou PT - Parou temporariamente PD - Parou definitivamente PE - Pré-escolar CR - Creche EA - Estuda atualmente</p>	<p>* 9 - DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA P - Particular M - Municipal E - Estadual F - Federal</p>	<p>* 10 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Não se aplica aos que tem menos de 6 anos A - Analfabeto SLE - Sabe ler e escrever PE - Pré-escolar PRI - Primário GIM - Ginásio COL - Colegial PG - Primeiro Grau SG - Segundo Grau CT - Curso Técnico CUR - Cursinho SPT - Supletivo SPA - Superior PGS - Pós-graduação</p>
--	--	--	--	---	--

ANO
 Ex: PG1 = Primeiro grau, 19 ano

12.* ATUAL- MENTE ESTÁ TRABA- LHANDO (S/N)	13 - CASO ESTEJA TRABALHANDO	
	A - QUAL O NOME PELO QUAL É CONHECIDA ESTA OCUPAÇÃO?	B - EM QUE LOCAL (ONDE) É EXERCIDA ESTA OCUPAÇÃO?
*12 S = Sim N = Não		

-Coloque "X" ou descreva

14 - BENS QUE POSSUI CADA UMA DAS PESSOAS <small>(Caso necessário usar mais de uma linha faça anotações que indiquem este uso)</small>						
TERRE- NOS *	CASA *	APAR- TAMEN- TO *	CHÁ- CARA	POU- PAN- ÇA	FUNDO MÚTUA	OUTRO(S) (especifique)

*Exceto a casa/apartamento/terreno onde mora o servidor.

- A QUESTÃO 46.15 SÓ SE APLICA A ESTATUTÁRIOS

QUADRO III

- Coloque "X" ou descreva

1- REF. Nº	2- NOME DE REFERÊNCIA (Iniciar pelo servidor e depois por ordem de idade começando pelo mais velho)	15 - NOS ÚLTIMOS 12 MESES, QUE TIPO(S) DE SERVIÇO(S) DO IPE UTILIZOU CADA UMA DAS PESSOAS DE SUA FAMÍLIA?										
		CLÍNICA GERAL	GINECO- LOGIA/ OBSTE- TRÍCIA	PEDIA- TRIA	OFTAL- MOLO- GIA, OCU- LISTA	ATENDI- MENTO ODONTO- LÓGICO	INTERNA- MENTO HOSPI- TALAR	SERVIÇOS			OUTROS (descreva)	
LABORA- TÓRIO	RADIO- LÓGICO							FARMÁ- CIA				

QUADRO IV - EXPECTATIVA QUANTO À HABITAÇÃO

47 - O SR.(A) TEM INTERESSE EM OBTER FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO/MELHORIA DE CASA PRÓPRIA?

- 1 Sim
 2 Não

48 - CASO VENHA A OBTER UM FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO/MELHORIA DE CASA PRÓPRIA, QUAL SERÁ SUA PREFERÊNCIA?

- 1 Adquirir um imóvel pronto
 2 Construir um imóvel novo
 3 Reformar ou ampliar um imóvel já existente
 Outra preferência: _____

49 - ATUALMENTE O SR.(A) DISPÕE DE UM TERRENO NO QUAL POSSA CONSTRUIR PARA SEU USO?

- 1 Sim
 2 Não

50 - O SR.(A) POSSUI ALGUM TIPO DE RECURSO QUE POSSA SER USADO COMO POUPANÇA PARA ENTRADA, NA EVENTUALIDADE DE ADQUIRIR UM IMÓVEL?

- 1 Sim
 2 Não

51 - QUE TIPO DE RECURSO O SR.(A) POSSUI, QUE POSSA SER USADO COMO POUPANÇA NA EVENTUALIDADE DO SR.(A) ADQUIRIR UM IMÓVEL?

- 1 FGTS
 Outro (especifique) _____

52 - APROXIMADAMENTE, QUAL É O VALOR DESTES RECURSOS?

Cr\$ _____

53 - QUAL TIPO DE HABITAÇÃO O SR.(A) PREFERE?

- 1 Casa térrea
 2 Apartamento
 3 Sobrado
 Outro (especifique) _____

54 - QUAL O NÚMERO DE CÔMODOS QUE O SR.(A) ACHA NECESSÁRIO PARA SUA HABITAÇÃO?

VÁ PARA O QUADRO DO CELETISTA OU DO ESTATUTÁRIO CONFORME O CASO

pule p/ 53

55 - QUAL O TAMANHO, EM METROS QUADRADOS, DA HABITAÇÃO QUE O SR.(A) TEM INTERESSE EM TER?

_____ m²

56 - QUE LOCAL (BAIRRO, VILA) O SR.(A) ESCOLHERIA PARA SUA HABITAÇÃO?

57 - O SR.(A) POSSUI DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA PARTICIPAR DE UM PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO EM REGIME DE MUTIRÃO?

1 Sim

2 Não

VÁ PARA O
QUADRO DO
CELETISTA
OU DO
ESTATUTÁRIO
CONFORME
O CASO

QUADRO V - MÓDULO ESPECÍFICO DO ESTATUTÁRIO

58 - QUAIS DESTES SERVIÇOS VOCÊ TEM INTERESSE QUE SEJAM PRESTADOS PELO IPE (marque com um x)

- 1 Assistência alimentar
- 2 Assistência judiciária
- 3 Restaurante no local de trabalho
- 4 Creche
- 5 Cooperativa de consumo
- 6 Cooperativa de crédito
- 7 Cursos de aperfeiçoamento (treinamento)
- 8 Cursos de especialização (profissional)
- 9 Grupo de atendimento no local de trabalho ("check up", exame de sangue, pressão, etc.)
- 10 Ginástica
- 11 Publicações com orientações e conselhos sobre saúde
- 12 Entrega a domicílio, pelas farmácias do IPE
- 13 Material escolar a preços especiais
- 14 Financiamento para compra de material escolar
- 15 Serviço de atendimento por telefone (saúde)
- 16 Consórcio para carros usados
- 17 Convênio TOURING/IPE para atendimento e assistência de emergência
- 18 Livros, discos e espetáculos de ordem cultural a preços especiais
- 19 Convênio com agência de turismo a preços especiais
- 20 Construção e manutenção do cemitério do servidor
- 21 Linha de financiamento para aquisição de lote em cemitério de sua escolha
- 22 Programa habitacional
- 23 Programa habitacional de casas populares tipo solo-cimento, de baixo custo
- 24 Ampliação do serviço odontológico às demais cidades do Estado
- 25 _____

60 - AVALIE OS SEGUINTE SERVIÇOS DO IPE, QUE VOCE (OU ALGUÉM DE SUA FAMÍLIA) TENHA UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES. (Utilize a escala de avaliação a seguir)

+ 3 EXCELENTE - atendimento totalmente satisfatório (altamente confiável)

+ 2 BOM - atendimento normal, mas nada de especial

+ 1 REGULAR - algumas falhas, sem no entanto serem problemas

- 1 RAZOÁVEL - atendimento com um ou outro problema

- 2 SOFRÍVEL - atendimento com muito problemas

- 3 PÉSSIMO - impossível usar o serviço (atendimento não-confiável)

NÃO - não usou

-
- 1 - Inscrição/carteira de identificação: _____
 - 2 - Farmácia: _____
 - 3 - Forma de marcar consultas: _____
 - 4 - Consulta de clínica geral: _____
 - 5 - Consulta de ginecologia/obstetrícia: _____
 - 6 - Consulta de pediatria: _____
 - 7 - Consulta de oftalmologia (oculista): _____
 - 8 - Consulta de doenças respiratórias: _____
 - 9 - Consulta do aparelho digestivo: _____
 - 10 - Consulta de odontologia (dentista): _____
 - 11 - Exames complementares de laboratório: _____
 - 12 - Exames complementares de Raio X: _____
 - 13 - Internamento hospitalar: _____
 - 14 - Outros (especifique) _____: _____
 - 15 - _____: _____
 - 16 - _____: _____

APLIQUE
O
QUADRO
DE
OPINIÃO

OBSERVAÇÕES

QUADRO VI - MÓDULO ESPECÍFICO DO CELETISTA

61 - O SR.(A) UTILIZA OS SERVIÇOS DAS FARMÁCIAS CONVENIADAS DO IPE?

pule p/ 63

- 1 Sim
- 2 Não

62 - COMO O SR.(A) AVALIA O ATENDIMENTO PRESTADO PELAS FARMÁCIAS CONVENIADAS DO IPE?

- +3 EXCELENTE - atendimento totalmente satisfatório (altamente confiável)
- +2 BOM - atendimento normal, mas nada de especial
- +1 REGULAR - algumas falhas, sem no entanto serem problemas
- 1 RAZOÁVEL - atendimento com um ou outro problema
- 2 SOFRÍVEL - atendimento com muito problemas
- 3 PÉSSIMO - impossível usar o serviço (atendimento não-confiável)
- NAO - não usou

63 - O SR.(A) GOSTARIA DE USUFRUIR DOS DEMAIS SERVIÇOS DO IPE?

pule p/ 65

- 1 Sim
- 2 Não

64 - DE QUAIS SERVIÇOS DO IPE QUE O SR.(A) GOSTARIA DE USUFRUIR? (Cite um ou mais)

OBSERVAÇÃO:

Ao servidor público celetista que trabalha na área do Centro Cívico (Palácio e Secretarias), deverá ser indagado se utiliza o serviço da creche mantida pelo IPE e como avalia o atendimento da mesma.

65 - VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA UTILIZOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES, SERVIÇOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS NÃO VINCULADOS AO IPE?

APLIQUE
O
QUADRO
DE
OPINIÃO

- 1 Sim
 2 Não

66 - ESPECIFIQUE O TIPO DE SERVIÇO PROCURADO, PORQUE PROCUROU, ONDE PROCUROU E QUEM COBRIU AS DESPESAS?

TIPO DE SERVIÇO	PORQUE PROCUROU*	ONDE PROCUROU*	QUEM COBRIU AS DESPESAS*
<input type="checkbox"/> 1 Laboratório _____			
<input type="checkbox"/> 2 Radiografia _____			
<input type="checkbox"/> 3 Clínica geral _____			
<input type="checkbox"/> 4 Ginecologia/obstetrícia _____			
<input type="checkbox"/> 5 Pediatria _____			
<input type="checkbox"/> 6 Oftalmologia (oculista) _____			
<input type="checkbox"/> 7 Doenças respiratórias _____			
<input type="checkbox"/> 8 Aparelho digestivo _____			
<input type="checkbox"/> 9 Odontologia (dentista) _____			
<input type="checkbox"/> 10 Internamento hospitalar _____			
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Outros _____			
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> _____			
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> _____			
<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> _____			

APLIQUE
O
QUADRO
DE
OPINIÃO

* - Porque procurou

- 1 - Acidente
- 2 - Doença
- 3 - Controle/prevenção
- 4 - Obtenção de carteira de saúde/atestado
- 8 - Outro _____

* - Onde procurou

- 1 - Rede pública
- 2 - Rede particular

* - Quem cobriu as despesas

- 1 - INPS
- 2 - Particular
- 3 - Convênio
- 8 - Outro _____

QUADRO DE OPINIÃO SOBRE O GOVERNO ESTADUAL

NA SUA OPINIÃO, COMPARANDO COM GOVERNOS ANTERIORES, COMO O SR.(A) AVALIA O GOVERNO JOSÉ RICHÁ, NOS ASPECTOS ABAIXO:

A - DE MANEIRA GERAL, O GOVERNO JOSÉ RICHÁ ESTÁ SENDO:

- 1 Melhor que os governos anteriores
- 2 Igual aos governos anteriores
- 3 Pior que os governos anteriores
- 4 Não sabe

B - EM RELAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO, O GOVERNO JOSÉ RICHÁ ESTÁ SENDO:

- 1 Melhor que os governos anteriores
- 2 Igual aos governos anteriores
- 3 Pior que os governos anteriores
- 4 Não sabe

C - EM RELAÇÃO À POLÍTICA EDUCACIONAL, O GOVERNO JOSÉ RICHÁ ESTÁ SENDO:

- 1 Melhor que os governos anteriores
- 2 Igual aos governos anteriores
- 3 Pior que os governos anteriores
- 4 Não sabe

D - EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE SAÚDE, O GOVERNO JOSÉ RICHÁ ESTÁ SENDO:

- 1 Melhor que os governos anteriores
- 2 Igual aos governos anteriores
- 3 Pior que os governos anteriores
- 4 Não sabe

E - EM RELAÇÃO À POLÍTICA HABITACIONAL, O GOVERNO JOSÉ RICHÁ ESTÁ SENDO:

- 1 Melhor que os governos anteriores
- 2 Igual aos governos anteriores
- 3 Pior que os governos anteriores
- 4 Não sabe

F - GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU SUGESTÃO AO GOVERNO JOSÉ RICHÁ? (Caso sim, explicita (use o verso da folha, se necessário))

ANEXO 3 - RELAÇÃO SIMPLIFICADA
DE CARGOS DO SIP/SEAD

- 1, "ABRIDOR"
- 2, "ADMINISTRADOR DE ENSINO/ESCOLAR"
- 3, "ADMINISTRADOR DE ESCOLA AGRICOLA FLORESTAL"
- 4, "ADMINISTRADOR DE OBRAS"
- 5, "ADMINISTRADOR TRIBUTARIO"
- 6, "ADVOGADO"
- 7, "AEROFOTOGRAFETRISTA"
- 8, "AGENTE DE MEDICAO DE CAMPO"
- 9, "AGENTE DE RECLUSAO"
- 10, "AGENTE DE SANEAMENTO"
- 11, "AGENTE DE SEGURANCA"
- 12, "AGENTE FAZENDARIO/FISCAL"
- 13, "AGENTE RODOVIARIO"
- 14, "AGENTE RURAL"
- 15, "AGENTE SOCIAL"
- 16, "ALMOXARIFE"
- 17, "ANALISTA DE MATERIAL"
- 18, "ANALISTA DE MICROFILMAGEM"
- 19, "ANALISTA DE SISTEMA"
- 20, "ARQUITETO"
- 21, "ARQUIVISTA"
- 22, "ARTIFICE"
- 23, "ASCENSORISTA"
- 24, "ASPIRANTE OFICIAL"
- 25, "ASSISTENTE ADMINISTRATIVO"
- 26, "ASSISTENTE BIBLIOTECARIO"
- 27, "ASSISTENTE DE ALUNOS"
- 28, "ASSISTENTE DE ASSUNTOS CULTURALS"
- 29, "ASSISTENTE DE DIVULGACAO"
- 30, "ASSISTENTE DE ENGENHARIA"
- 31, "ASSISTENTE DE ENSINO"
- 32, "ASSISTENTE DE ENSINO SUPERIOR"
- 33, "ASSISTENTE DE PROCESSAMENTO DE DADOS"
- 34, "ASSISTENTE EDUCACIONAL"
- 35, "ASSISTENTE EM PERICIA DE TRANSITO"
- 36, "ASSISTENTE EM PROCESSOS EDUCACIONAIS"
- 37, "ASSISTENTE JURIDICO"
- 38, "ASSISTENTE SOCIAL"
- 39, "ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO"
- 40, "ATENDENTE"
- 41, "ATENDENTE DE SAUDE"
- 42, "ATENDENTE SANITARIO"
- 43, "ATENDENTE SOCIAL"
- 44, "AUDITOR TRIBUTARIO"
- 45, "AUXILIAR DE RECLUSAO"
- 46, "AUXILIAR ADMINISTRATIVO"
- 47, "AUXILIAR ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO"
- 48, "AUXILIAR ATUARIO"
- 49, "AUXILIAR DE ANALISE"
- 50, "AUXILIAR DE ARTES GRAFICAS"
- 51, "AUXILIAR DE ARTIFICE"
- 52, "AUXILIAR DE BIBLIOTECA"
- 53, "AUXILIAR DE CALCULISTA"
- 54, "AUXILIAR DE CONTABILIDADE"
- 55, "AUXILIAR DE ENFERMAGEM"
- 56, "AUXILIAR DE ESCRITORIO"
- 57, "AUXILIAR DE ESTATISTICA"

58, "AUXILIAR DE FARMACIA"
59, "AUXILIAR DE FISIOTERAPIA"
60, "AUXILIAR DE HIDROMETRISTA"
61, "AUXILIAR DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS"
62, "AUXILIAR DE MANDRAS"
63, "AUXILIAR DE MICROFILMAGEM"
64, "AUXILIAR DE NECROLOGISTA/NECROPCIA"
65, "AUXILIAR DE PISCICULTURA"
66, "AUXILIAR DE PORTARIA"
67, "AUXILIAR DE RECLUSAO"
68, "AUXILIAR DE SERVICOS DIVERSOS/GERAIS"
69, "AUXILIAR DE TRANSITO"
70, "AUXILIAR EM MANUTENCAO POLICIAL"
71, "AUXILIAR JUDICIARIO"
72, "AUXILIAR SANITARIO"
73, "AUXILIAR TECNICO"
74, "AUXILIAR TECNICO DE ARTES GRAFICAS"
75, "AUXILIAR TECNICO DE MANUTENCAO ELETRONICA"
76, "AUXILIAR TECNICO DE TOPOGRAFIA/MEDICAO DE CAMP"
77, "BARBEIRO"
78, "BIBLIOTECARIO"
79, "BIOLOGO"
80, "BIOQUIMICO"
81, "CABO"
82, "CALCULISTA DE MEDICAO"
83, "CALCULISTA EM MEDICAO RODOVIARIA"
84, "CAPATAZ"
85, "CAPATAZ AUXILIAR RODOVIARIO"
86, "CAPATAZ RODOVIARIO"
87, "CAPITAO"
88, "CARCEREIRO"
89, "CARPINTEIRO"
90, "CARREGADOR DE MATERIAIS"
91, "CARREIRO"
92, "CARVOEIRO"
93, "CINEGRAFISTA"
94, "CIRURCIAO DENTISTA"
95, "CLASSIFICADOR DE PRODUTOS"
96, "COMISSARIO DE POLICIA"
97, "COMPOSITOR GRAFICO"
98, "CONFERENTE DE MATERIAIS"
99, "CONFERENTE PORTUARIO"
100, "CONSULTOR JURIDICO TRIBUTARIO"
101, "CONTABILISTA"
102, "CONTADOR"
103, "CONTINHO"
104, "COORDENADOR ADMINISTRATIVO"
105, "COPEIRO"
106, "CORONEL"
107, "COSTUREIRO"
108, "COZINHEIRO"
109, "COZINHEIRO DE BORDO"
110, "DATILOGRAFO"
111, "DATILOSCOPISTA"
112, "DELEGADO DE POLICIA"
113, "DESENHISTA"
114, "DESENHISTA ESPECIALIZADO/PROJETISTA"

115, "DETECTIVE"
116, "DISCOTECARIO"
117, "ECONOMISTA"
118, "EDUCADOR SANITARIO"
119, "ELETRICISTA"
120, "ELETRICISTA DE INSTALACAO"
121, "ELETRICISTA DE VEICULOS"
122, "ENCADERNADOR"
123, "ENCANADOR"
124, "ENFERMEIRO"
125, "ENGENHEIRO"
126, "ESCRITURARIO"
127, "ESCRIVAO DE POLICIA"
128, "ESTATISTICO"
129, "FARMACEUTICO"
130, "FEITOR"
131, "FEITOR DE OBRAS"
132, "FISCAL DE OBRAS"
133, "FISCAL DE TRANSPORTE COLETIVO"
134, "FISCAL FAZENDARIO"
135, "FISCAL TRIBUTARIO"
136, "FONOAUDIOLOGO"
137, "FOTOGRAFO"
138, "FOTOLITOGRAFO"
139, "FRENTISTA"
140, "GARCON"
141, "GEOGRAFO"
142, "GEOLOGO"
143, "GUARDA CIVIL"
144, "GUARDA DE PRESIDIO"
145, "GUARDA DE TRANSITO"
146, "GUARDA RURAL"
147, "GUARDA-VIDAS"
148, "GUARDIAO"
149, "GUARDIAO ADASTECEDOR"
150, "GUIA DE MUSEU"
151, "HIDROBIOLOGISTA"
152, "HIDROMETRISTA"
153, "IDENTIFICADOR DATILOSCOPICO"
155, "INSPETOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS"
156, "INSPETOR DE ALUNOS"
157, "INSPETOR DE ENSINO"
158, "INSPETOR DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS"
159, "INSPETOR DE GUARDA CIVIL"
160, "INSPETOR DE OBRAS"
161, "INSPETOR DE PESOS E MEDIDAS"
162, "INSPETOR DE PRESIDIOS"
163, "INSPETOR DE SANEAMENTO"
164, "INSPETOR DE TRANSITO"
165, "INSPETOR DE TRANSPORTE COLETIVO"
166, "INSPETOR HIDROLOGISTA"
167, "INSTRUTOR DE ENSINO SUPERIOR"
168, "INSTRUTOR DE FORMACAO ESPECIFICA"
169, "INVESTIGADOR CRIMINAL"
154, "INSPETOR DE ALUNOS"
170, "JORNALISTA"
171, "LABORATORISTA"

172, "LABORATORISTA DE SOLOS"
173, "LABORATORISTA MICROGRAFICO"
174, "LATEIRO"
175, "LOCUTOR"
176, "MAJOR"
177, "MAQUINEIRO INTERNO"
178, "MAQUINISTA DE EMBARCAÇÕES"
179, "MAQUINISTA FERROVIARIO PORTUARIO"
180, "MARCENEIRO"
181, "MARINHEIRO"
182, "MECANICO DE EQUIPAMENTO PESADO"
183, "MECANICO DE MANUTENCAO DE AERONAVES"
184, "MECANICO DE VEICULOS/ESPECIALIZADO EM VEICULO"
185, "MEDICO"
186, "MEDICO LEGISTA"
187, "MEDICO VETERINARIO"
188, "MENSAGEIRO"
189, "MESTRE DE ARRAIS"
190, "MESTRE DE ARTES GRAFICAS"
191, "MESTRE DE CONSTRUCAO CIVIL"
192, "MESTRE DE OBRAS"
193, "MESTRE DE OFICINA"
194, "MESTRE DE OFICIO"
195, "MESTRE DE PEQUENA CADOTAGEM"
196, "METEOROLOGISTA"
197, "MINISTRO DE CULTO RELIGIOSO"
198, "MOÇO DE CONVES"
199, "MOTORISTA"
200, "MOTORISTA AUXILIAR"
201, "MUSICOTERAPEUTA"
202, "NATURALISTA"
203, "NUTRICIONISTA"
204, "OFICIAL JUDICIARIO"
205, "OFICIAL DE ADMINISTRACAO"
206, "OPERADOR DE EQUIPAMENTO DE CARGA E DESCARGA"
207, "OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO"
208, "OPERADOR DE EQUIPAMENTO RODOVIARIO"
209, "OPERADOR DE ESTUDIO DE RADIO"
210, "OPERADOR DE GUILDOTINA"
211, "OPERADOR DE RAIO X"
212, "OPERADOR DE SON"
213, "OPERADOR DE TELECOMUNICACOES POLICIAIS"
214, "OPERADOR DE TRANSMISSOR DE RADIO"
215, "OPERARIO RURAL"
216, "ORIENTADOR DE DISCIPLINA ESPECIFICA"
217, "ORIENTADOR EDUCACIONAL"
218, "PEDREIRO"
219, "PERITO AUXILIAR"
220, "PERITO CRIMINAL/CRIMINALISTA"
221, "PERITO DE TRANSITO"
222, "PERITO POLICIAL"
223, "PILOTO DE AERONAVES"
224, "PINTOR"
225, "PINTOR DE PAREDES"
226, "PINTOR DE VEICULOS"
227, "PLANEJADOR"
228, "PORTEIRO"

229, "PRIMEIRO TENENTE"
230, "PROCURADOR DA JUSTICA"
231, "PRODUTOR DE RADIO"
232, "PROFESSOR"
233, "PROFESSOR DE ENSINO MEDIO"
234, "PROFESSOR DE ENSINO PRIMARIO"
235, "PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR"
236, "PROGRAMADOR MUSICAL"
237, "PROGRAMADOR VISUAL"
238, "PROMOTOR"
239, "PROTETICO"
240, "PSICOLOGO"
241, "QUIMICO"
242, "QUIMICO LEGAL"
243, "RADIOCOMUNICADOR"
244, "RADIOOPERADOR DE VOO"
245, "RADIOTECHICO"
246, "RECEPCIONISTA"
247, "REDATOR"
248, "REPORTER FOTOGRAFICO"
249, "RESTAURADOR DE LIVROS"
250, "REVISOR CALCULISTA"
251, "ROUPEIRO"
252, "SARGENTO"
253, "SECRETARIA"
254, "SEGUNDO TENENTE"
255, "SERRALHEIRO"
256, "SERVENTE"
257, "SERVENTE RECUPERADOR"
258, "SERVICAL"
259, "SOCIOLOGO"
260, "SOLDADO"
261, "SOLDADOR"
262, "SONDADOR"
263, "SONOPLASTA"
264, "SUBTENENTE"
265, "SUPERVISOR DE ENSINO"
266, "SUPERVISOR DE SEGURANCA NO TRABALHO"
267, "TECHICO AGRICOLA"
268, "TECHICO ASSISTENTE"
269, "TECHICO CIENTIFICO"
270, "TECHICO DE ARQUIVO"
271, "TECHICO DE ARTES GRAFICAS"
272, "TECHICO DE ASSUNTOS CULTURALS"
273, "TECHICO DE ENFERMAGEM"
274, "TECHICO DE LABORATORIO"
275, "TECHICO DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS"
276, "TECHICO DE MECANIZACAO"
277, "TECHICO DE PONTES E ESTRADAS"
278, "TECHICO DE RAIOS X"
279, "TECHICO DE SOLOS"
280, "TECHICO DE TRATAMENTO DE AGUA"
281, "TECHICO DE USINA"
282, "TECHICO DE USINA DE ASFALTO E PISTA"
283, "TECHICO DO MAGISTERIO"
284, "TECHICO EM ADMINISTRACAO"
285, "TECHICO EM ASSUNTOS CULTURALS"

286, "TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL"
287, "TECNICO EM CONTABILIDADE"
288, "TECNICO EM ECONOMIA DOMESTICA"
289, "TECNICO EM EDUCACAO"
290, "TECNICO EM EQUIPAMENTO RODOVIARIO"
291, "TECNICO EM ESTATISTICA"
292, "TECNICO EM FINANÇAS"
293, "TECNICO EM FISIOTERAPIA"
294, "TECNICO EM INSTALACAO HIDRAULICA"
295, "TECNICO EM MANUTENCAO ELETRONICA"
296, "TECNICO EM MANUTENCAO POLICIAL"
297, "TECNICO EM MATERIAL BIOLOGICO"
298, "TECNICO EM MEDICAO DE CAMPO"
299, "TECNICO EM O M"
300, "TECNICO EM OBRAS DE SANEAMENTO"
301, "TECNICO EM PLANEJAMENTO"
302, "TECNICO EM PROCESSOS COMERCIAIS"
303, "TECNICO EM PRODUTOS QUIMICOS"
304, "TECNICO EM PROGRAMAS EDUCACIONAIS"
305, "TECNICO EM RADIOLOGIA"
306, "TECNICO EM SISTEMAS DE INFORMACAO"
307, "TECNICO EM VISTORIA DE VEICULOS"
308, "TECNICO FLORESTAL"
309, "TECNICO OPERADOR DE MANUTENCAO"
310, "TECNICO QUIMICO"
311, "TECNICO TELECOMUNICACOES POLICIAIS"
312, "TECNOLOGISTA"
313, "TELEFONISTA"
314, "TENENTE CDONEL"
315, "TESOUREIRO"
316, "TIPOGRAFO PAGINADOR"
317, "TOPOGRAFO"
318, "TORNEIRO MECANICO"
319, "TOXICOLOGISTA"
320, "TRADALHADOR"
321, "TRADALHADOR DE MANUTENCAO PREDIAL"
322, "TRADALHADOR RODOVIARIO"
323, "TRATADOR DE AGUA"
324, "TRATORISTA"
325, "TRATORISTA AGRICOLA"
326, "VIGIA"
327, "VISITADOR SANITARIO"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1983. t.6, p.xliii.
- 2 VETTER, David Michel. Problemas conceituais e operacionais na avaliação da "adequação" das condições residenciais através de indicadores elaborados com dados dos Censos e das PNAD's. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 42(168):284, out./dez. 1981.